



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO**

Raquel Fernandes de Macedo

**FATORES DE SUCESSO OU INSUCESSO DO TURISMO
AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL: PERCEPÇÃO DAS AUTORIDADES
PÚBLICAS NO PÓLO COSTA DAS DUNAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Natal

2011

Raquel Fernandes de Macedo

**FATORES DE SUCESSO OU INSUCESSO DO TURISMO
AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL: PERCEPÇÃO DAS AUTORIDADES
PÚBLICAS NO PÓLO COSTA DAS DUNAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Wayne Thomas Enders, Ph.D

Natal

2011

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Macedo, Raquel Fernandes de.

Fatores de sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável : percepção das autoridades públicas no pólo costa das dunas do Rio Grande do Norte / Raquel Fernandes de Macedo. - Natal, RN, 2011.

164 f.

Orientador: Prof. Ph. D. Wayne Thomas Enders.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo - Dissertação. 2. Fatores de sucesso - Dissertação. 3. Fatores de insucesso - Dissertação. 4. Turismo sustentável - Dissertação. 5. Meio ambiente. 6. Poder público - Dissertação. I. Enders, Wayne Thomas. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RNBS/CCSA

CDU 338.484:502.131.1

Raquel Fernandes de Macedo

**FATORES DE SUCESSO OU INSUCESSO DO TURISMO
AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL: PERCEPÇÃO DAS AUTORIDADES
PÚBLICAS NO PÓLO COSTA DAS DUNAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Aprovada pela banca examinadora.

Natal, 09 de agosto de 2011.

Wayne Thomas Enders, Ph.D- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Sérgio Marques Junior, D.Sc- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Banca Examinadora

Flávio José de Lima Silva, D. Sc- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
Banca Examinadora

Dedico a todos os estudantes e pesquisadores que buscam compreender as formas de atuação da política pública para se alcançar o turismo ambientalmente sustentável.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer...

A Deus por me dar forças, determinação e ousadia para realização desse trabalho, uma vez que muitas vezes quando estava a caminho dos municípios para realização das entrevistas Deus era meu único companheiro que me guiava para que não errasse o caminho, chegasse em segurança e por fim conseguisse retornar para minha casa.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Centro de Ciências Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Turismo (Rosana Mazaro, Mauro Lemuel e Juliane) pelo aporte institucional que me proporcionaram com a concessão de ofícios para realização de entrevistas, que me ajudaram a mostrar a seriedade das minhas pesquisas para com os gestores públicos municipais e estaduais, colaborando para que estes me recebessem.

A Capes, pela concessão da Bolsa que permitiu que me dedicasse a minhas pesquisas, patrocinando as viagens que realizei pelos municípios para realização deste trabalho. Assim, como para financiar a apresentação de alguns artigos.

Aos meus pais Miguel Fernandes de Macedo e Maria da Conceição Silva, minha irmã Rosemeire Fernandes de Macedo, meu irmão Reinaldo Fernandes de Macedo e aos meus parentes pelo apoio dado em momentos difíceis.

Em especial ao professor Wayne Thomas Enders, meu orientador, que tem me guiado para a construção deste trabalho, buscando atender-me sempre, tirando minhas dúvidas e transmitindo-me seus valiosos conhecimentos inerentes a pesquisa.

A esposa do professor Wayne Thomas Enders pelas suas orações de ajuda para que Deus iluminasse a mim e ao professor Thomas quanto ao seguimento do trabalho.

Aos professores Sérgio Marques Junior e Hironobu Sano pelas suas valiosas contribuições durante a qualificação do projeto desse trabalho.

Ao professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Flávio José de Lima Silva por ter aceitado fazer parte da minha banca.

As minhas amigas, Viviane Costa, Flávia Luana, Juliana Cristina, Messalina Karoline, Anna Karenine e Darlyne Fontes por em momentos de estresse com o andamento do trabalho me ouvirem.

A Darlyne Fontes também pela concessão de todos os contatos de telefones fixos das secretarias, além dos telefones pessoais e emails para que me permitisse entrar em contato com os representantes dos municípios do Pólo Costa das Dunas.

A professora Andréa Virginia por aceitar que eu realizasse o estágio docência na turma, a qual ela ministrava aula, colaborando para aprimorar meus conhecimentos através da utilização de referências utilizadas na disciplina.

Aos meus colegas de mestrado e ao professor Mauro Lemuel pelas contribuições na disciplina de projetos de dissertação.

Aos representantes do poder público municipal e estadual que me concederam a realização das entrevistas.

Peço desculpas por não poder nomear todos que foram e são essenciais neste estudo e na minha vida. Sintam-se homenageados. Por isso, deixo o meu: Muito obrigada, a todos!

O gestor público de turismo e meio ambiente tem por responsabilidade gerir a atividade turística e os recursos naturais do destino, buscando a harmonia do turismo com a natureza.

(Raquel Fernandes de Macedo)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer os fatores que contribuem para o sucesso ou o insucesso do poder público municipal no planejamento do turismo ambientalmente sustentável no Pólo Costa das Dunas. Para alcançá-lo foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar a importância que os representantes do poder público municipal do meio ambiente e de turismo atribuem ao meio ambiente; identificar os fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável; descobrir quais as ações que as prefeituras estão tomando para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios e identificar os principais desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes a atividade turística. Foram investigados vinte e oito representantes públicos, onde vinte e seis são dos municípios e dois são dos órgãos estaduais de turismo e meio ambiente, nos meses de setembro a novembro de 2010. Quanto à metodologia, a pesquisa foi caracterizada como descritiva, com uma abordagem qualitativa por utilizar técnicas de entrevista e observação do seu conteúdo. Todavia, também foram utilizados alguns elementos quantitativos para medição estatística através de técnicas como: frequências, médias, análise de conglomerados, Correlação de Pearson, Correlação de Spearman, Teste-T, técnicas para casos resumidos de respostas múltiplas e técnicas para casos resumidos de questões fechadas. Os resultados da pesquisa indicaram que: a maioria dos municípios dizem estar bem informados sobre as legislações ambientais, tendo colaborado com órgãos estaduais e federais que lidam com o meio ambiente, como IDEMA e IBAMA. Além disso, na percepção da maior parte dos municípios, eles vêm investindo nas questões ambientais para o desenvolvimento do turismo. Observa-se que há fatores humanos do planejamento municipal que contribuem para o sucesso ou o insucesso do turismo ambientalmente sustentável como as pessoas que fazem parte da política partidária de nível municipal e estadual, os vereadores que colaboram para aprovação de leis e os vereadores que impedem a implantação de algum projeto por interesse político e a descontinuidade das pessoas em posições relevantes, que termina por prejudicar o andamento de alguns projetos ou mesmo se renova com novas idéias trazidas por uma outra pessoa. Quanto às ações das prefeituras para se alcançar a sustentabilidade ambiental do turismo percebe-se que a maioria possui um Plano Diretor e um grupo constituído para tratar das questões ambientais e do turismo. No que diz respeito, aos desafios ambientais o saneamento básico tem sido o principal desafio para os municípios e os principais causadores da degradação ambiental são: a coleta de lixo deficiente, esgotos clandestinos e criação de camarão em alguns municípios. Concluiu-se que melhorias devem ser feitas quanto às questões ambientais para tornar os municípios mais sustentáveis, como por exemplo, ajustes em alguns Planos Diretores que não condiz com a realidade da localidade turística, construção de um novo aterro sanitário, visto que ainda existem municípios que tem somente um lixão e comprometimento das autoridades públicas da outra gestão no fornecimento de informações para a nova gestão, buscando dessa forma, maximizar os fatores de sucesso dessas localidades turísticas, de modo que possam em conjunto alcançar um melhor nível de sustentabilidade ambiental do turismo no Pólo.

Palavras-chaves: Fatores de Sucesso. Fatores de Insucesso. Turismo Sustentável. Meio Ambiente. Poder Público.

ABSTRACT

The overall aim of this study is to understand factors that contribute to success or failure of municipal government in the planning of environmentally sustainable tourism within the Polo Costa das Dunas. To achieve this the following specific objectives were pursued: to identify the importance that the representatives of the municipal government's environment and tourism attach to the environment, to identify human factors that influence the success or failure of municipal planning for an environmentally sustainable tourism; to discover what actions local governments are taking to achieve environmental sustainability in their municipalities and to identify major challenges to environmental sustainability, relevant to tourism. Twenty-eight agency public representatives, were investigated of which twenty-six are municipal and two are state agencies of tourism and environment during the months of September to November, 2010. Regarding methodology, the research has been characterized as descriptive, with a qualitative approach with the use of interviewing techniques and observation of its contents. However, some quantitative measurement through statistical techniques were also used: frequencies, means, cluster analysis, Pearson correlation, Spearman correlation, t-test, techniques for summarizing multiple response to closed questions. The results indicated that: most of the cities are well informed about environmental legislation, cooperating with state and federal agencies that deal with the environment, such as IDEMA and IBAMA. Furthermore, the perception in most municipalities is that, they are investing in environmental issues for the development of tourism. It was observed that there are human factors of municipal planning that contribute to success or failure in environmentally sustainable tourism such as partisan politics at both the municipal and state levels, council members who work to pass laws that prevent the implementation of some projects because at political interest or discontinuity of people in prominent positions, which on the one hand can harm the progress of some projects while on the other hand might represent renovation with new ideas brought by another person. As for the actions of local governments to achieve environmental sustainability of tourism it is clear that most municipalities have a Master Director Plan and a group formed to address the environmental and tourism. With regard to environmental challenges, sanitation has been the main challenge for the municipalities with the main causes of environmental degradation being deficient garbage collection, sewers and illegal shrimp farming in some municipalities. It was concluded that improvements can be made on environmental issues to make cities more sustainable, such as adjustments to some of the Master Plans which are inconsistent with the needs of local tourism, building a new sanitary landfill, being that there are still municipalities that use a common landfill and commitment of outgoing public authorities to providing management information to the incoming government, seeking thereby to maximize success factors of these tourist areas, in order that, together, they can achieve a higher level of environmental sustainability in the tourism region.

Keywords: Success Factors. Failure Factors. Sustainable Tourism Environment. Government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01- As dimensões do turismo sustentável.....	32
FIGURA 02- Recursos naturais como diferenciais turísticos.....	40
FIGURA 03- Diagrama Esquemático de Hierarquização de Espaço	48
FIGURA 04- Galpão da coleta seletiva.....	144
FIGURA 05- Esgoto despejado no mar em Baía Formosa.....	146
FIGURA06- Avenida Getúlio Vargas: área comercial situada no centro da cidade de Canguaretama. As fachadas e alguns comércios, bem como os locais de descarga de produtos tornam-se empecilhos à arborização do local.....	147
FIGURA 07- Problemas causados no Rio Jundiáí	149
FIGURA 08- Rio Jundiáí antes da poluição	150
QUADRO 01- Características do turismo de massa versus turismo alternativo	31
QUADRO 02- Síntese dos procedimentos metodológicos	55
MAPA 01- Municípios do Pólo Costa das Dunas no Rio Grande do Norte	19
MAPA 02- Mapa de alguns atrativos naturais de Nísia Floresta	152

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- Cargos ocupados por município.	59
TABELA 02- Tempo de ocupação do cargo	60
TABELA 03- Frequência de participação dos entrevistados em cursos que tratem sobre turismo e sobre as questões ambientais	62
TABELA 04- Nível de utilização de fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais	63
TABELA 05- Nível de flexibilidade ou de autoridade para se tomar decisões inerentes ao meio ambiente e ao turismo.....	64
TABELA 06- Diversidade de informações sobre a legislação ambiental por município.....	68
TABELA 07- Nível de colaboração e integração dos órgãos estaduais e federais para lidar com o meio ambiente por município	70
TABELA 08- Prioridade, segundo o custo-benefício, em investir nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística por município	72
TABELA 09- Importância dos elementos por instância para um destino turístico se tornar procurado por instância	75
TABELA 10- Importância dos elementos para que o destino turístico se torne procurado segundo os municípios.....	76
TABELA 11- Importância dos elementos para que o destino turístico se torne procurado por municípios	77
TABELA 12- Importância que o turista atribui as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar	78
TABELA 13- Opinião dos responsáveis pelo turismo e meio ambiente sobre a importância que o turista atribui às práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar por municípios ...	79
TABELA 14- Nível de desempenho no tratamento sobre as questões ambientais e o turismo por municípios	83
TABELA 15- Relação entre o tratamento sobre as questões ambientais e o turismo e alguns itens de envolvimento dos gestores públicos municipais.....	85
TABELA 16- Influência da política partidária no planejamento e execução de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável por município	86

TABELA 17- Nível de colaboração da câmara de vereadores para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável por município	88
TABELA 18- Problemas relevantes à descontinuidade de pessoas em posições relevantes por municípios	90
TABELA 19- Nível de qualificação das pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e de meio ambiente ou de outra secretaria responsável pelo turismo ambientalmente sustentável de acordo com cada município.....	93
TABELA 20- Relação entre nível de escolaridade e forma como o município está conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo.....	94
TABELA 21- Frequência que os representantes públicos de turismo e de meio ambiente utilizam fontes de informação específica que trate sobre as práticas ambientais.....	95
TABELA 22- Tipo de fonte de informação utilizada sobre as práticas ambientais	96
TABELA 23- Relação entre sexo do entrevistado e a opinião sobre o nível em que o município está conseguindo tratar das questões ambientais e do turismo.....	97
TABELA 24- Ações que fazem parte dos municípios do Pólo Costa das Dunas e nível de sucesso deles	100
TABELA 25- Correlação entre o nível implementação das práticas ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas e o nível que eles estão conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo	102
TABELA 26- Médias da implementação das práticas ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas.....	103
TABELA 27- Médias entre as avaliações do nível de sucesso do destino turístico por itens de recebimento de recursos	105
TABELA 28- Formas como o PRODETUR tem colaborado para o turismo ambientalmente sustentável por município.....	106
TABELA 29- Sugestões dos gestores públicos municipais para garantir a sustentabilidade ambiental do turismo por município.....	109
TABELA 30- Desafios ambientais gerados pela atividade turística nos municípios	112
TABELA 31- Média dos fatores causadores de degradação ambiental por município.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01- Sexo do entrevistado	58
GRÁFICO 02- Escolaridade	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA's	Áreas de Proteção Ambiental
APAERC	Área de Proteção Ambiental Estadual dos Recifes de Corais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMMADS	Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
DNPU	Departamento Nacional de Produção Mineral
ETHBR	Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Rocha
EIA	Avaliação de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDITIS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRODETUR/NE	Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RPPN	Reserva Particular Natural
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
SPU	Secretaria de Planejamento da União
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo
WWF	Worldwide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problemática	16
1.2 Justificativa	20
1.3 Objetivos	24
1.4 Objetivo Geral	24
1.5 Objetivos Específicos	24
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 Desenvolvimento sustentável	27
2.2 Turismo Sustentável	30
2.3 Políticas Públicas e o Planejamento Turístico sob a Perspectiva da Sustentabilidade ..	42
2.3 Turismo e Regionalização	47
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1 Caracterização do estudo	51
3.2 Abrangência do estudo	51
3.3 Procedimentos de coleta de dados	52
3.4 Análise de dados.....	53
4 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS DADOS.....	57
4.1 Caracterização dos entrevistados.....	58
4.2 Grau de importância do meio ambiente para os representantes públicos de meio ambiente e de turismo	66
4.3 Fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável.....	82
4.4 Ações das prefeituras para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios.....	99
4.5 Desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes a atividade turística	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	130
APÊNDICE A- Formulário de entrevista com os representantes públicos municipais	131

APÊNDICE B-Formulário de entrevista com os representantes públicos estaduais.....	136
ANEXOS	141
ANEXO A- Caracterização do Pólo Costa das Dunas	142
ANEXO B – Cartilha Educativa de Arez	162
ANEXO C- Campanha Educativa de Nísia Floresta	164

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

O presente trabalho focaliza fatores que influem no turismo ambientalmente sustentável na região do Pólo Costa das Dunas no Estado do Rio Grande do Norte. Tal estudo se faz necessário devido a questão ambiental está sendo cada vez mais discutida pela sociedade, posto que o futuro da humanidade depende da relação homem e natureza, assim como o turismo que precisa dos recursos naturais disponíveis que são limitados e devem ser conservados.

Nesse sentido, cabe observar que o turismo, quanto atividade econômica, vive do espaço como atrativo e precisa em grande parte, da matéria-prima do meio ambiente para sua atividade. Assim pensando, não é de se surpreender que o poder público tenha uma posição central no que se refere à questão ambiental, posto que é ele que organiza a utilização do espaço e promove o dialogo entre as partes interessadas pela atividade turística, tais como, população local, empresários e turistas.

Destarte, pode-se assegurar que para manter os recursos naturais se faz necessário buscar amenizar os impactos negativos sobre os mesmos, podendo desse modo, se atingir o turismo sustentável. Nesse contexto, vale salientar que o turismo sustentável trata-se de um meio de reduzir os riscos da condução inadequada da atividade sobre a economia, o meio ambiente e a sociedade (ALMEIDA, FROEHLICH, ROEDL, 2000). Sendo assim, para se atingir o turismo sustentável é necessário que realize um planejamento do território, compreendendo os fatores ecológicos, culturais, sociais, econômicos e espaciais (RODRIGUES, 2000).

Face ao exposto, observa-se que o município quanto território exerce um papel fundamental no planejamento do destino turístico, sendo que para um melhor ordenamento da atividade turística a nível regional, diversos municípios podem se unir e buscarem metas e objetivos em comum para promover o turismo e a sustentabilidade, levando em consideração os fatores citados por Rodrigues (2000).

Destarte, para se ter um planejamento do território turístico de modo adequado Almeida e Costa (2007) citam a necessidade de reconhecer três dimensões, sendo elas: a de ordem técnica, uma vez que irá realizar diagnósticos sobre a realidade local, formulando planos e programas que darão origem a projetos para o desenvolvimento da atividade turística; a de ordem

financeira, que terão definidas as fontes de financiamento para execução do projeto e a de ordem política, que toma decisões sobre ações presentes e futuras.

Diante disso, pode-se conjecturar que o planejamento é elemento chave para países que buscam alcançar a sustentabilidade ambiental do turismo no destino. O Brasil tem buscado promover o turismo em várias regiões do país, tendo atuação predominante dos gestores públicos, de forma a tentar incentivar a conservação dos recursos naturais, pois estes são vistos como objetos de consumo do turismo e devem, para tanto, ser mantidos para o desenvolvimento turístico, por meio do planejamento para alcançar a sustentabilidade ambiental.

Nessa perspectiva, é permitido afirmar que para o melhor uso de tais recursos pela atividade turística é preciso que haja inclusão de políticas públicas direcionadas ao turismo, de forma a organizar a atividade em âmbito nacional e regional no Brasil. Atualmente, quem assume esse papel é o Ministério do Turismo (MTUR), criado em 2003 e que já conta com a publicação de dois Planos Nacionais (PNT): o PNT-2003-2007 e o PNT-2007-2010: Uma viagem de Inclusão. Atualmente o terceiro plano está em fase de elaboração.

Sem embargo, é interessante pensar que apesar dessa organização política em torno da atividade turística do Brasil, existe uma deficiência em muitos municípios quanto a elaboração de planos diretores e de ação e agenda 21. Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), apenas 14,5% dos municípios brasileiros possuem plano diretor, sendo, portanto, algo que interfere na sustentabilidade ambiental do destino, posto que é evidente que um município sem plano diretor para organização do uso e ocupação do solo pode comprometer os recursos naturais. Carvalho et al. (2005, p. 4) afirmam que no que concerne a Agenda 21 percebe-se que somente 30% dos municípios brasileiros iniciaram a implantação da Agenda 21. Já 70% dos municípios ainda não começaram, dentro do qual, 10% não sabem o que é uma Agenda 21. Essa falta de comprometimento dos governantes para com os problemas ambientais pode vir a comprometer a sustentabilidade do destino, dificultando o planejamento turístico.

Além disso, observa-se que os municípios brasileiros precisam de pessoas especializadas para desenvolverem planos de ação para o desenvolvimento do turismo sustentável. Uma pesquisa realizada por Almeida e Costa (2007) com os órgãos públicos de turismo brasileiros e os profissionais de turismo, mostra que 70% dos entrevistados acreditam que as razões para não se planejar, desenvolvendo planos de ação, é que os responsáveis pelo

planejamento local não têm conhecimento técnico e científico suficiente, comprometendo o futuro do turismo nesses destinos, posto que passam a trabalhar muitas vezes mais na lógica do crescimento econômico e menos sob a óptica da sustentabilidade.

No que tange ao presente trabalho percebe-se que tem relevância para uma grande parte dos municípios do país, visto que há uma necessidade de um planejamento mais adequado para condução do turismo ambientalmente sustentável, compreendendo fatores como: Plano Diretor, Agenda 21 e Plano de Ação.

Destarte, observa-se que para que os municípios possam alcançar o desenvolvimento turístico teve uma contribuição do Plano Nacional de Turismo elaborado pelos gestores públicos e privados do turismo no Brasil, com uma preocupação acerca dos reflexos multiplicadores de diversos setores da economia, na geração de empregos diretos e indiretos.

Por essa razão, as localidades do Nordeste brasileiro, que têm um potencial em termos de recursos naturais e culturais e necessitam de alguma atividade econômica que gere emprego e renda para colocar essa região em um patamar parecido com o da região Sudeste, tornaram-se nos últimos anos, áreas prioritárias de investimentos públicos no turismo.

Uma forte proeminência desse fato, segundo Fonseca (2005), se dá por meio da ação do Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que está baseado no sol, praia, entretenimento e lazer. O PRODETUR foi criado em 1991 pelos governos estaduais, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para suprir as deficiências de condições de infraestrutura que dificultavam a expansão da atividade turística do país. Passou na segunda etapa a ter como um dos seus objetivos a capacitação profissional, que teve início da década de 2000 e encontra-se ainda em fase de execução.

Isto posto, o PRODETUR/NE, na sua segunda etapa, também tem demonstrado uma preocupação com os impactos negativos ocorridos em áreas naturais, buscando investimentos para conservar os mais de setenta mil hectares de áreas de meio ambiente (FONSECA, 2005).

Com efeito, a mesma autora afirma que o Estado do Rio Grande do Norte teve uma atuação expressiva do PRODETUR, em específico no Pólo Costa das Dunas, sendo implantado o PRODETUR I, no qual esteve voltado para infraestrutura em alguns municípios como: Parnamirim com a ampliação do aeroporto Augusto Severo, investimentos em saneamento básico e melhoramentos de rodovias como Rodovia BR10; Natal, com obras de saneamento básico e

construções de estradas; Nísia Floresta, Ceará Mirim, Tibau do Sul e Extremoz com a construção de estradas.

No que concerne ao PRODETUR II observa-se que houve uma preocupação com os aspectos ambientais, a continuação do PRODETUR I e a capacitação dos recursos humanos. Dessa forma foi criada pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Rocha (ETHBR) que funciona em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com cursos básicos e técnicos, cursos de reciclagem, cursos de educação continuada e cursos de gerência para abastecer o mercado dos municípios potiguares (FONSECA, 2005).

Face ao exposto, cabe frisar que o presente estudo circunscreve a região conhecida como Pólo Costa das Dunas, situado no litoral leste do Estado do Rio Grande do Norte, que compreende os seguintes municípios: Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará Mirim, Extremoz, Natal, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Arez, Nísia Floresta, Parnamirim, São José do Mipibu, São Gonçalo do Amarante e Macaíba (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-BNB, 2010). Juntos, estes municípios, localizados no Mapa 01, constituem a região do Estado mais visitada pelo turista, por ter um vasto litoral rico em belezas naturais.



MAPA 01-Municípios do Pólo Costa das Dunas no Rio Grande do Norte.
Fonte: BNB (2010).

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITIS) tem contribuído para que os recursos do Pólo Costa das Dunas disponíveis sirvam de fator vocacional para o desenvolvimento da atividade turística dessa região, buscando monitorar os investimentos

do PRODETUR e das instituições e comunidades envolvidas ao longo do tempo e avaliando o êxito do programa (BNB, 2008).

No que concerne aos órgãos públicos que lidam com o turismo e o meio ambiente pode-se dizer que estes influenciam diretamente no sucesso ou insucesso do desenvolvimento turístico sustentável dessa região. Face ao discutido, esse trabalho se propõe a tratar sustentabilidade ambiental, os recursos naturais, os impactos do turismo, a atuação das políticas públicas e o planejamento turístico.

Diante disso, observa-se a importância de gerir um destino turístico com responsabilidade e compromisso com as pessoas que nele vivem, uma vez que, para que a atividade turística continue a trazer benefícios para os empresários e a população local dos municípios integrantes do pólo, os atrativos devem ser conservados.

Para efeito de esclarecimento sobre a temática a ser estudada, entende-se que fatores de sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável são elementos que determinam os resultados de êxito ou da falta de eficácia para se alcançar um turismo mais responsável em relação ao meio ambiente natural. Sendo assim, serão analisadas as percepções dos gestores públicos, as quais são compreendidas como a forma que os representantes públicos enxergam os fatores citados anteriormente no Pólo estudado. Desse modo, o presente trabalho buscará entender o modo como os representantes dos municípios administram a região do Pólo Costa das Dunas para com o meio ambiente através da determinação de objetivos e metas para o desenvolvimento do turismo sustentável da região.

Diante do exposto, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta-problema: Quais são os fatores que contribuem para o sucesso ou o insucesso do poder público municipal no planejamento e gestão de um turismo ambientalmente sustentável no Pólo Costa das Dunas?

1.2 Justificativa

O turismo tem sido visto como uma atividade que vem cada vez mais sendo discutida por estudiosos da área, na busca de se tentar criar paradigmas que tratem sobre o uso dos recursos naturais, buscando novas estratégias para gerir tais recursos mediante o desenvolvimento da atividade turística em uma região ou localidade.

No Brasil tais estudos se fizeram, e ainda se fazem necessários, devido ao fato do país deter a potencialidade para o turismo, posto que é rico em belezas naturais e culturais. Contudo, percebe-se que, a princípio, a atividade turística no país baseava-se no turismo de massa e no consumo intenso dos recursos sem a devida preocupação com as gerações futuras. Entretanto, as discussões mundiais que deram origem ao conceito de desenvolvimento sustentável através do Relatório *Brundtland* repercutiram sobre a ECO-92 que ocorreu no Brasil, mudando o pensamento de alguns estudiosos sobre como conduzir o turismo no país (MOWFORTH, MUNT, 2003).

É possível afirmar que algumas localidades da Região Nordeste, como Natal no Rio Grande do Norte, João Pessoa na Paraíba, Recife em Pernambuco, Maceió em Alagoas e Salvador na Bahia já vinham utilizando-se do turismo como uma atividade econômica através da política de megaprojetos turísticos desde a década de 1980 e também aderiram a algumas medidas de promoção da sustentabilidade, através do PRODETUR/NE. (FONSECA, 2005, CARVALHO, 2009, MOURA, GARCIA, 2009). No entanto, no início do desenvolvimento do PRODETUR não foi demonstrado o comprometimento com a conservação dos recursos naturais, mas com as iniciativas do PRODETUR II teve uma preocupação acerca de tais recursos. Por tudo isso, cumpre frisar que esse estudo é importante na medida em que terá como justificativa prática à investigação acerca do planejamento e da administração dos recursos naturais para se atingir a sustentabilidade ambiental do Pólo Costa das Dunas, na atividade turística. Sendo assim, é relevante observar quais são os recursos naturais mais divulgados e visitados e como as autoridades públicas têm cuidado dos mesmos para o desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios.

Nessa perspectiva, vale salientar que as autoridades públicas têm um papel de organização da atividade turística da região, visualizando os problemas advindos da mesma, dando ênfase ao meio ambiente, de modo a garantir a sustentabilidade ambiental, minimizando os impactos negativos do turismo sobre a população. Além disso, engloba os empresários através da infra-estrutura básica necessária para o funcionamento da atividade que estava sob responsabilidade do poder público, de forma que os empresários possam investir em infra-estrutura turística, gerando emprego e renda a população.

Com efeito, permiti-se ressaltar que as autoridades públicas têm um papel central na reunião dos envolvidos na atividade turística no intuito de melhorá-la através do planejamento

turístico, levando em consideração o uso e ocupação do espaço para que não venha ser ocupado de maneira aleatória ou que privilegie uns ao custo de outros. Sendo para isso, necessária uma atuação do poder público municipal e não apenas estadual ou federal, visto que os governantes dos municípios convivem diariamente com os problemas e necessidades de suas localidades por meio de informações dos moradores locais e empresários.

Todavia, vale lembrar que o município por si só pode não ser capaz de se desenvolver turisticamente, precisando para tanto da colaboração de outros municípios que trabalhando de forma integrada pode ajudar a tornar a região composta por diversos municípios um destino turístico. Desse modo, pode-se dizer que o Pólo Costa das Dunas que constitui uma região composta por dezoito municípios retrata a importância do planejamento e da integração entre tais municípios para que a atividade turística seja conduzida adequadamente. Isto posto, a proposta do presente trabalho gira em torno da sustentabilidade ambiental e do planejamento desta região ou no destino turístico.

Nesse sentido, este estudo gera uma inquietação que é justificável e constitui-se tema do presente trabalho acadêmico, posto que deve ser explorado em âmbito regional e local, mostrando os condicionantes que colaboram ou não para o sucesso ou insucesso de destinos turísticos, mesmo quando se encontram sob a atuação de uma mesma política de desenvolvimento regional. Resta ainda lacunas a serem preenchidas na literatura científica do turismo por estudiosos nos campos de gestão pública do turismo, planejamento e sustentabilidade ambiental.

Entretanto, alguns estudos vêm despontando a temática sugerida, como: a dissertação de Cerutti (2003), onde mostra uma proposta de sustentabilidade ambiental no RN; a dissertação de Lemos (2007) que expõe o instrumento de planejamento turístico como forma de realizar uma avaliação estratégica ambiental; a tese de doutorado de Hanai (2009) que apresenta um estudo de indicadores de sustentabilidade aplicados ao turismo; a tese de doutorado de Martins (2002) que traz o turismo como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável; a tese de doutorado de Mazaro (2006) que expõe um modelo de competitividade e sustentabilidade do destino e a tese de doutorado de Saldanha (2007) que mostra um modelo de planejamento estratégico da sustentabilidade sócio-ambiental através de indicadores sócio-ambientais. Além disso, também observa-se artigos como: o de Carlo et.al. (2008) que expõe um modelo do planejamento estratégico de um destino e a interdependência dos indicadores para desenvolvimento do turismo

através da promoção de projetos ambientais; o de Darcy et. al. (2010), onde expõe as estratégias de planejamento turístico como forma de atingir a sustentabilidade e o de Ribeiro e Srisuwan (2005) que apresenta a política em níveis de governos centrais e municipais para planejar e gerir o meio ambiente em termos de promoção do turismo. Contudo, ainda necessita de outros estudos na área para dar suporte ao planejamento de um turismo ambientalmente sustentável.

Portanto, este trabalho tem o intuito de trazer contribuições para a:

- Sociedade na medida em que busca conhecer os fatores que contribuem para o sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável nos municípios do Pólo Costa das Dunas. Sendo assim, foram levadas em consideração as questões que influenciam no nível de sucesso como os fatores humanos, a importância atribuída ao meio ambiente pelos representantes públicos dos municípios, as ações tomadas pelas prefeituras nessas localidades e a identificação dos desafios ambientais enfrentados por tais destinos turísticos; e
- Academia e pesquisadores da área, posto que pode contribuir com o planejamento turístico de uma região onde existe um pólo já consolidado. Além disso, vem mostrar a necessidade de atuação mais ativa da academia para colaborar com a sustentabilidade ambiental desse pólo. Assim como serve de parâmetro para definição de critérios de sustentabilidade ambiental baseados em Mowforth e Munt (2003), Schianetz et. al.(2007), Ruschmann (1999), Ministério de Meio Ambiente, leis e decretos da Política Nacional de Meio Ambiente e nas medidas provisórias do Conselho Nacional de Meio Ambiente para municípios do Brasil que se assemelham aos municípios do Pólo Costa das Dunas, afim de formular teorias, produzir conhecimento científico e realizar relações entre variáveis relevantes.

Diante disso, cabe mencionar que essa pesquisa traz o olhar dos gestores públicos de turismo e meio ambiente sobre o tratamento das questões ambientais nos destinos turísticos ao qual fazem parte, bem como dos principais representantes estaduais que influenciam no desenvolvimento regional.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho é analisar os fatores que contribuem para o sucesso ou o insucesso do poder público municipal no planejamento e gestão de um turismo ambientalmente sustentável no Pólo Costa das Dunas.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desse estudo são os seguintes:

- a) Identificar a importância que os representantes do poder público municipal do meio ambiente e de turismo atribuem ao meio ambiente.
- b) Identificar fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável.
- c) Descobrir quais as ações que as prefeituras estão tomando para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios.
- d) Identificar os principais desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes a atividade turística.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo busca apresentar uma visão geral de tópicos selecionados da literatura existente sobre o problema em estudo. Primeiro, serão apresentadas algumas reflexões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, a polêmica em torno de tal conceito e a sua importância.

Em seguida, trará a definição de turismo sustentável, que veio a surgir como uma nova forma de turismo, buscando minimizar impactos ambientais, levando em consideração as seis dimensões identificadas por Sachs (1997): dimensão econômica, dimensão social, dimensão ecológica, dimensão política, dimensão espacial e dimensão cultural, posto que esses são elementos-chaves de atração turística.

Entretanto, o foco desse trabalho é sobre meio ambiente e os recursos naturais, sendo inclusive colocado um tópico sobre Meio Ambiente e Turismo, onde ficará evidenciado a relação entre os dois e a importância do desenvolvimento do plano ambiental, inventário turístico e plano de ação. Ademais, mostra alguns indicadores de sustentabilidade que são importantes para o planejamento turístico.

Posteriormente, será mostrado o conceito de recursos turísticos naturais na visão da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), Barretto (2006), Beni (2007) e de Dulley (2004). Também, serão mostrados alguns itens essenciais ao processo de planejamento e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A seguir terá o tópico sobre políticas públicas e o planejamento turístico sob a perspectiva da sustentabilidade que mostra cinco áreas de atuação do poder público, as quais são: coordenação, legislação, regulamentação, empreendimentos, incentivo e planejamento; sendo mostrada a importância do planejamento e como este contribui para organização do espaço e como isso poderá colaborar para implementação do turismo sustentável.

Por fim, apresenta um tópico sobre turismo e regionalização, mostrando a definição de regionalização e a relação dela com o turismo, ilustrando as políticas desenvolvidas no Brasil nos últimos anos até o atual Programa de Regionalização do Turismo.

Em suma, observa-se que tais tópicos vêm a contribuir para o estabelecimento de algumas questões que serão trabalhadas no decorrer deste estudo. Sendo assim, pode-se dizer que a importância que os representantes do poder público municipal de meio ambiente e de turismo

atribuem ao meio ambiente está relacionado à forma como estes vêem os recursos naturais e sua preocupação sobre os mesmos que é algo que vem sendo discutido desde a década de 1960, porém somente no ano de 1987 que foi definido um conceito de desenvolvimento sustentável, levando em consideração tais recursos e passando a surgir também o conceito de turismo sustentável como uma forma de turismo alternativo (MOWFORTH, MUNT, 2003, TELFER, SHARPLEY, 2008). Além disso, há outros elementos de interesse desse estudo como a identificação dos fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável que podem ser vistos por Yasarata et. al (2010) quando fala da transição de um governo a outro e os problemas que isso pode trazer ao destino turístico, uma vez que quando há transição de um governo ao outro, muitas vezes, há uma descontinuidade de pessoas nos seus cargos.

No que se refere às ações que as prefeituras tomam para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios tem uma relação com: o Plano Diretor desenvolvido em cada município, para auxiliar no uso e ocupação do solo, segundo Magalhães (2002), as técnicas para controle do número de visitantes e as auditorias ambientais realizadas para observar como têm sido utilizados os recursos naturais, de acordo com Mowforth e Munt (2003) e Schianetz et. al. (2007). Ademais, também percebe-se como desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes a atividade turística: a degradação da paisagem natural, danos irreversíveis ao meio ambiente, caça e pesca ilegal e poluição conforme cita Ruschmann (1999), Kobal (2000) e Fonteneles (2007).

Diante do exposto, percebe-se que tais teorias levam a definição de alguns fatores que contribuem para o sucesso ou insucesso do poder público municipal no planejamento do turismo ambientalmente sustentável. Nesse sentido, Connel et. al (2009) mostra que o sucesso do desenvolvimento do turismo sustentável em uma localidade depende do planejamento e dos gestores existente na mesma, uma vez que o progresso do destino turístico se faz por meio da adequação dos indicadores sociais, culturais, ambientais e econômicos que também são descritos por Sachs (1997) que insere mais os indicadores políticos e espaciais, como modo de criar um ambiente onde o turismo não entre em declínio.

Entretanto, observa-se que uma localidade por si só, as vezes não consegue progredir quanto destino turístico, mas quando trabalhada juntamente com outras localidades formando um pólo turístico pode proporcionar um destaque a nível regional, de modo que se tornam uma

unidade administrativa e política que segundo Whitford (2009) compreende um caráter complexo e multidimensional para implantação de políticas e programas regionais.

2.1 Desenvolvimento sustentável

Na década de 1960, iniciou-se discussões em âmbito mundial sobre a necessidade de diminuir o crescimento econômico em prol da igualdade social, pois enquanto uns passavam por miséria e privações uma minoria desfrutava de fartura e riqueza. Além disso, fez-se notável que a questão ambiental também passou a ser discutida, visto que com a degradação e poluição cada vez mais crescente, coloca-se em risco os recursos naturais existentes (MOWFORTH, MUNT, 2003).

Os mesmos autores afirmam que essa preocupação se deu devido ao processo de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, que está diretamente vinculado ao processo de globalização, fazendo emergir novas destinações turísticas que a princípio adotaram o modelo de turismo massivo, mas posteriormente viu-se a necessidade de que os representantes políticos tivessem uma noção de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Notou-se que as formas de desenvolvimento do turismo de massa são insustentáveis em termos de impactos negativos sobre o meio ambiente, uma vez que corrompem as culturas locais e reduzem os impactos econômicos positivos (MOWFORTH, MUNT, 2003).

Nesse sentido, surgem novas formas de turismo em uma tentativa de minimizar os impactos negativos do turismo e estabelecer um novo turismo baseado na sustentabilidade ambiental, econômica, social, geográfica e cultural (SALDANHA, 2007).

Esse assunto continuou a ser discutido nos anos seguintes, sendo que em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e algumas grandes corporações se reuniram para oficializar o conceito de desenvolvimento sustentável no documento cujo nome é Relatório *Brundtland*. Tal definição tem como premissa atender as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, colocando em conformidade as questões econômicas, ambientais e sociais (TELFER, SHARPLEY, 2008).

Destarte, Martins (2002) assegura que o Relatório *Brundtland* apresentou algumas sugestões de políticas públicas, que poderiam promover o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, as seguintes medidas deveriam ser adotadas: garantia de segurança alimentar em longo

prazo; limitação do crescimento demográfico da população; conservação da biodiversidade e dos ecossistemas; redução do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que incorporassem o uso de fontes renováveis de energia; satisfação das necessidades básicas das pessoas; aumento da produção industrial nos países industrializados à base de tecnologias que fossem ecologicamente limpas; controle da urbanização desenfreada das populações e promoção da integração entre campo e cidade.

Em 1992 teve o ápice dos debates da temática da sustentabilidade através da reunião chamada ECO-92 que ocorreu no Brasil e que teve o propósito de elaborar a Agenda 21 para que os recursos naturais sejam utilizados de modo mais responsável. Ademais, o debate da ECO-92 serviu para que o poder público pudesse atuar de maneira a organizar o uso e ocupação do solo por meio dos órgãos ambientais, assim como para proporcionar a sociedade civil a participação no processo de desenvolvimento (TELFER, SHARPLEY, 2008).

Entretanto, apesar dos fatores positivos mencionados antes, é importante destacar que houve polêmicas em torno de tal conceito. Sendo assim, Mowforth e Munt (2003) expõem uma crítica ao mostrar que o conceito de desenvolvimento sustentável foi criado pelas grandes corporações e conseqüentemente notou-se que o interesse das mesmas se deu pelo fato de que seria favorável aos negócios. Nesse sentido, assevera-se que tal definição tem sido imposta aos países do Terceiro Mundo para atender as exigências do capitalismo, visto que o paradigma fordista não estava mais atendendo aos interesses dos investidores.

Desse modo, salta-se a mente o seguinte questionamento: muda a roupagem do termo desenvolvimento entendido aqui como sinônimo e derivado do crescimento econômico, mas será que o conteúdo mudou também ou continua o mesmo?

De maneira simplificada, pode-se responder que dificilmente conseguirá se atingir esse desenvolvimento sustentável, posto que sempre vai haver investidores interessados somente em si próprios, que consideram em primeira instância o lucro que eles desejam obter. Além disso, também vai haver interesse dos políticos, segundo Hall (2004), em se promoverem com a desculpa que precisam de tais investidores para gerar emprego e renda a população de determinada localidade ou país, mesmo que sejam empregos de caráter informal e de exploração, visto que o imposto é muito alto para se manter um funcionário.

Rodrigues (2000) também tem um posicionamento crítico sobre o desenvolvimento sustentável, porém a autora se mostra completamente contra, diferente de Mowforth e Munt

(2003), que mostra alguns pontos em que observa as contradições, mas considera importante o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, Rodrigues (2000) acredita que o desenvolvimento sustentável não existe uma vez que para essa autora não tem como, em uma sociedade capitalista que trabalha com a produção cada vez maior de mercadorias, pensar na sustentabilidade, pois com o uso intensivo dos recursos naturais se tornará mais difícil à reposição dos mesmos.

No entanto, vale lembrar que tanto o posicionamento de Mowforth e Munt (2003) quanto o de Rodrigues (2000) vieram a colaborar para o estudo do desenvolvimento sustentável. Isto posto, observa-se os interesses por trás de tal conceito, que se traduz no intuito de que se perceba as contradições em torno da sustentabilidade, buscando solucionar os problemas desse conceito, tentando coloca-lo em prática, pois muitas vezes nota-se que existe apenas nas discussões.

Esta visão leva a crer que o consumo cada vez maior de mercadorias, colocado por Rodrigues (2000), realmente promove o esgotamento dos recursos naturais e tal consumo excessivo advém da política capitalista adotada no mundo pelas grandes corporações conforme pensa Mowforth e Munt (2003). Contudo, estes dois autores disseram que essas grandes corporações têm interesse na conservação de tais recursos, uma vez que necessitam deles para continuar a se utilizá-los durante um longo prazo.

Por essa razão, para que isso não fique apenas no discurso deve-se colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável, seguindo a Agenda 21 que possui critérios para se atingir a sustentabilidade, assim como seguir algumas metodologias de estudos sobre sustentabilidade. Um exemplo pode ser o trabalho proposto por Mazaro (2006) que se trata de um estudo sobre a atividade turística dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, visto que trabalha com o desenvolvimento turístico, competitividade turística e sustentabilidade turística do destino.

Partindo disso, cabe frisar que há outros pontos de vista que tratam sobre o desenvolvimento, podendo servir de pauta para possibilitar a sustentabilidade. Face ao exposto, nota-se que a obra de Sen (2000) contribui de forma a mostrar como pode ocorrer o desenvolvimento em uma nação. Sendo assim, essa obra leva em consideração que deve-se remover as principais fontes de privação da liberdade como: pobreza e tirania, carência de

oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Isso autoriza afirmar que com os direitos e liberdades adquiridas pela sociedade, possibilitará que a mesma seja ouvida e participe do processo de desenvolvimento, vindo a contribuir para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade virá a compreender também os problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos que passam, vindo a colaborar no processo de tomada de decisão para buscar a sustentabilidade da nação.

Desse modo, conjectura-se que o desenvolvimento pode está relacionado com a atividade turística, a partir do momento em que se leva em conta a forma ética de tratar tal atividade como uma maneira de lidar com a pobreza no Terceiro Mundo e redistribuir a renda, reduzindo as desigualdades entre os pobres e ricos. Nessa perspectiva, o turismo deve trazer benefícios econômicos para as comunidades do Terceiro Mundo e também tratar de conservar os recursos turísticos das localidades que tenham vocação turística (MOWFORTH, MUNT, 2003).

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser aplicado no turismo de forma a tentar de minimizar os impactos do turismo e estabelecer um novo turismo que seja baseado na sustentabilidade ambiental, econômica e sócio-cultural.

2.2 Turismo Sustentável

O conceito de Turismo Sustentável ganhou espaço no mundo do turismo nos últimos anos, de forma que chamou a atenção de inúmeras conferências, livros acadêmicos e relatórios empresariais (SWARBROOKE, 2002).

Nesse sentido, Telfer e Sharpley (2008) asseguram que o turismo sustentável surgiu como uma forma alternativa de turismo na década de 1980, devido às conseqüências rápidas e incontroláveis do crescimento do turismo de massa, de modo a tentar minimizar os impactos negativos do turismo, enquanto busca otimizar os benefícios para a destinação. Assim, os mesmos autores mostram a diferença entre o turismo de massa convencional e as formas alternativas do turismo.

Diante do exposto, pode-se perceber no Quadro 01 que o turismo alternativo é considerado como um sinônimo de turismo sustentável, uma vez que possui critérios parecidos

para o desenvolvimento da atividade turística, enquanto que o turismo de massa é o oposto, podendo levar o destino ao declínio no futuro (TELFER, SHARPLEY, 2008).

Turismo de massa convencional	Formas alternativas de turismo
Traços gerais	
Desenvolvimento rápido	Desenvolvimento lento
Meio ambiente e sociedade são desconsiderados	Considera-se o meio ambiente e a sociedade
Não tem controle	Controlado
Curto prazo	Longo prazo
Setorial	Holístico
Controle remoto	Controle local
Estratégias de desenvolvimento	
Desenvolvimento sem planejamento	Primeiro planejar, enquanto desenvolve
Desenvolvimento do turismo por toda parte	Desenvolvimento sustentável das localidades
Novas construções	Reutilização das construções já existentes
Desenvolvido por estrangeiros	Desenvolvimento pelos indivíduos da localidade
Importa trabalhadores	Utiliza trabalhadores locais
Arquitetura urbana	Arquitetura original
Comportamento dos turistas	
Grandes grupos	Solteiros, famílias, amigos
Pacote programado	Decisão espontânea
Pouco tempo	Muito tempo
Atrações turísticas (Paisagens)	Experiências
Estilo de vida importado	Estilo de vida local
Acomodado/passivo	Exigente/ ativo
Espalhafatoso	Calmo

QUADRO 01- Características do turismo de massa versus turismo alternativo
Fonte: Adaptado de Telfer e Sharpley (2008).

Assim sendo, pode-se dizer que a idéia de turismo sustentável veio como uma maneira de pensar nas gerações futuras, tentando minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais negativos e ao mesmo tempo gerar benefícios econômicos para as comunidades locais (INSTITUTO ECOBRASIL, 2009).

Há de se considerar que caso não haja essa preocupação por parte dos envolvidos, poderão vir a ocorrer vários impactos negativos na destinação. Ruschmann (1999) ressalta que os impactos do turismo são diversas modificações ou uma seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras.

Conforme Sachs (1997), o conceito de desenvolvimento turístico sustentável possui seis dimensões, as quais são apresentadas na Figura 01.

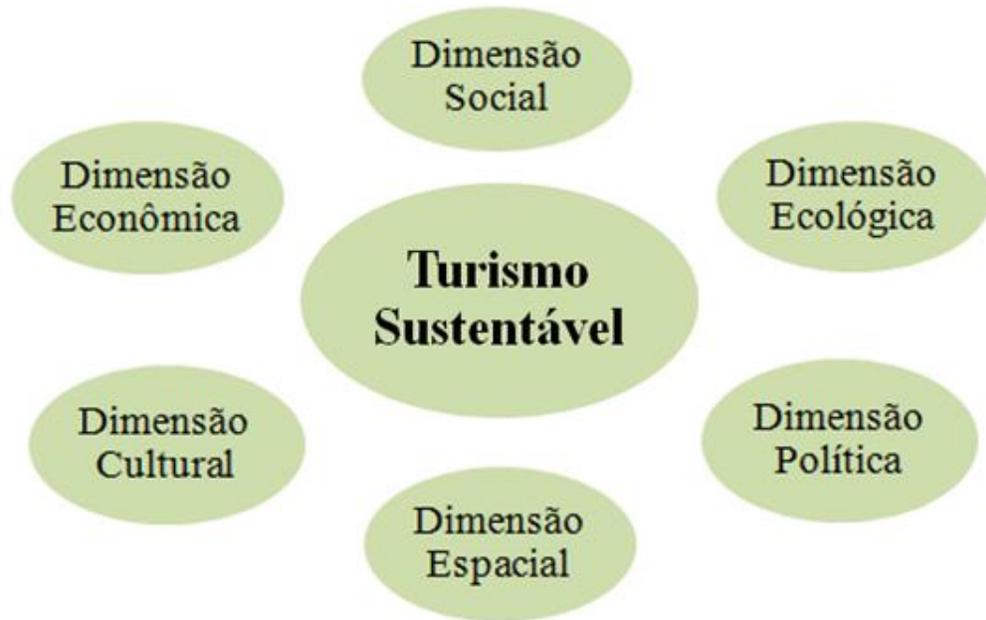


FIGURA 01-As dimensões do turismo sustentável
 Fonte: Adaptado de Sachs (1997)

No que tange a dimensão social pode ser levada em consideração dentro da atividade turística quando há uma tentativa de redução da pobreza por meio da inserção da população menos favorecida no turismo. Sendo assim, percebe-se que essa tentativa de redução da pobreza pode ser realizada através da melhora das condições de vida da população, de modo a trazer benefícios econômicos à comunidade e possibilitar que a população participe e se envolva no processo de tomada de decisão (COOPER et al, 2007).

Na dimensão econômica pode-se perceber que para que ocorra o desenvolvimento econômico de uma localidade turística, precisa-se ter investimentos do setor público e privado, tendo em vista que a atividade turística é consumidora do espaço, e, portanto, necessita dos atrativos para que possa continuar gerando empregos e renda para a população e empresários em longo prazo. Ademais, dinamiza outros setores econômicos que estão indiretamente relacionados com o turismo.

No que concerne a dimensão ecológica pode-se dizer que o turismo sustentável busca conservar os recursos naturais, posto que são finitos e o turismo necessita deles para se servir de atrativo (WORLDWIDE FUND FOR NATURE - WWF, 2009).

Na dimensão cultural observa-se que a mesma se relaciona com o turismo de modo sustentável a partir do momento em que se pensa que proporciona a valorização da herança cultural e valorização e conservação do patrimônio e o orgulho da etnia por parte da comunidade local (RUSCHMANN, 2002, DIAS, SILVEIRA, 2003).

Na dimensão política pode-se notar que se trata da governança democrática, a qual dá a população o direito de escolher quem deve governar. Além disso, observar se as ações públicas voltadas para o turismo estão levando em consideração dimensões como: social, econômica, ecológica e espacial, para que dessa forma, o processo de desenvolvimento da atividade turística possa atingir a sustentabilidade (SEN, 2000, SACHS, 2008).

No que diz respeito à dimensão espacial pode-se assegurar que está relacionada à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades que estão vinculadas ao turismo (SACHS, 2008).

Destarte, é permitido asseverar que as seis dimensões citadas por Sachs (1997) se complementam. Sendo isso evidente pelo fato de que se notou que quando se envolve a população no processo de desenvolvimento do turismo sustentável pensa-se que ela pode ser inserida por meio da educação ambiental e cultural, de modo a fazer entendê-la como podem utilizar-se dos recursos naturais e culturais de maneira responsável para obter benefícios econômicos.

Nesse sentido, observa-se que para garantir a organização espacial e o planejamento da atividade turística se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o turismo que busquem a integração dos atores envolvidos que são: empresários, população local, os órgãos públicos e os turistas (SACHS, 1997).

Entretanto, vale lembrar que assim como a atividade turística traz impactos positivos, também traz os impactos negativos e o desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo vem na perspectiva de minimizar os negativos. Eles podem ser sócio-culturais, naturais e econômicos.

Os impactos sócio-culturais negativos podem ser observados quando há descaracterização do artesanato; vulgarização das manifestações tradicionais, criando, dessa forma, uma imagem simplista e estereotipada; arrogância cultural, em que se evita o contato direto do turista com os nativos, colocando os objetos do folclore em salões especiais, com ar-condicionado e poltronas confortáveis; destruição do patrimônio histórico através da circulação excessiva de veículos e das ações depredatórias dos próprios turistas; inserção de novos hábitos

de entretenimento, como o jogo ou o consumo excessivo de drogas e bebidas alcoólicas; aumento da prostituição e da criminalidade e dependência total dos países em desenvolvimento da vinda de turistas dos países de Primeiro Mundo (RUSCHMANN, 1999).

De acordo com a mesma autora, os impactos econômicos negativos são: evasão de divisas para compra de produtos do exterior para atender às necessidades dos turistas; dependência excessiva do turismo, que leva alguns países ao colapso econômico, quando o número de turistas diminui; inflação e especulação imobiliária e sazonalidade da demanda turística.

Já os impactos negativos do meio ambiente natural, sintetizando os trabalhos de Ruschmann (1999), Kobal (2000) e Fonteneles (2007) são:

- Impactos pelo excesso de veículos motorizados, cavalos e bicicletas que contribuem para permeabilidade e compactação do solo, assim como a visita de moradores e turistas em áreas de campings e piquiniques que colaboram para o acúmulo de lixo nesses locais;
- Poluição sonora por meio dos congestionamentos advindos pela quantidade por exemplo de veículos transitando pela localidade turística;
- Destruição da paisagem natural e das áreas agropastoris;
- Impactos sobre a fauna, causados pela diminuição das espécies em períodos de extinção devido ao comércio, a caça, a pesca ou as próprias condutas dos turistas que levam os animais para suas casas e realizam alimentação desses animais de forma não autorizada ou perturbam as atividades reprodutivas de algumas espécies;
- Impactos estéticos sobre a paisagem, que podem estar nas diversas obras de infra-estruturas, como por exemplo, as construções de edifícios em locais indevidos;
- Impactos na hotelaria, como a quantidade de energia para eletricidade utilizada em serviços de hotelaria, saunas e ar condicionado para ventilação ou provocando, também, uma diminuição nas reservas de água subterrâneas devido a procura por água potável, a quantidade de resíduos sólidos e líquidos gerados devido à grande quantidade de material para o dia a dia dos turistas e a quantidade de esgotos despejados no mar, lagos, rios e cachoeiras e construção de hotéis e resorts nas zonas costeiras, que podem remover a vegetação da praia.

No que tange aos impactos negativos do espaço destinado ao turismo pode-se dizer que caso não seja bem planejado o uso e ocupação do solo, poderá vir a comprometer os recursos naturais e culturais, assim como possibilita a expulsão dos moradores locais para outras áreas mais distantes do local de trabalho, excluindo a população local do processo de desenvolvimento turístico. Isto indica que para que tais efeitos não venham a ocorrer se faz necessário a criação de um Plano de Diretor da cidade que possibilite a busca de soluções para os fatores citados em todas as dimensões do turismo sustentável.

Nesse contexto, conjectura-se que para que o Plano Diretor de uma cidade funcione, se faz necessário levar em consideração a dimensão política, posto que os governantes que contratam quem elabora o plano e o aprovam ou não, e se não for levado em conta todos os requisitos para se realizar o planejamento, corre-se o risco da atividade turística não ocorrer conforme o esperado. Isso se deve ao fato de muitas vezes a maior preocupação das autoridades públicas ser o desenvolvimento da atividade turística em curto prazo, na perspectiva de mostrar serviço em pouco tempo para, conforme afirma Hall (2004), se autopromoverem no intuito de ganhar nas próximas eleições.

Diante dessas constatações pode-se perceber que fundamentação de critérios de sustentabilidade colabora para o desenvolvimento da atividade turística de modo ecologicamente responsável, viável economicamente e equitativamente dentro de uma perspectiva ética e social para as comunidades locais. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é um processo orientado pela gestão global dos recursos com o fim de assegurar a durabilidade dos mesmos, permitindo conservar o meio natural e cultural, incluindo áreas protegidas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO-OMT, 1993 *apud* MAZARO, 2006).

Para tanto, nota-se que o planejamento é um potente instrumento de desenvolvimento que pode e deve possibilitar que os atores envolvidos participem no desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

Assim pensando, Connel et. al.(2009, p. 867) apontam que o sucesso do desenvolvimento do turismo sustentável em uma localidade depende do planejamento e da gestão existente na mesma, posto que a evolução do destino turístico na perspectiva de adequação dos fatores sociais, culturais, ambientais e econômicos, cria um ambiente onde o turismo não seja pensado apenas em curto prazo, como também em longo prazo.

2.2.1 Meio Ambiente e Turismo

A relação entre turismo e meio ambiente é perceptível quando se nota que o segundo é matéria-prima para o primeiro. Nesse sentido, há de convir que os elementos que compõem a natureza devem ser conservados para que sirvam de atrativos turísticos, uma vez que os indivíduos buscam cada vez mais um refúgio na natureza para fugirem da deteriorização das condições de vida dos grandes conglomerados urbanos (RUSCHMANN, 1999).

Assim sendo, vale salientar que o desenvolvimento de um plano ambiental contribui para uma melhor gestão dos recursos naturais. Este plano trata-se de um documento que dará um panorama geral da localidade, mostrando as áreas de preservação, a hidrografia, a geologia, a malha viária, solo, relevo, insolação, entre outros aspectos relevantes para busca de soluções aos problemas ambientais, levantados através de pesquisa de campo por uma equipe técnica especializada, de forma a colaborar com o desenvolvimento sustentável (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE GRAMADO, 2010).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o Ministério do Meio Ambiente aconselha que os municípios formem um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) na tentativa de procurar ter um melhor assessoramento nas decisões do poder executivo municipal (prefeituras) e de suas secretarias e dos órgãos ambientais municipais nas questões relativas ao meio ambiente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA, 2010).

Assim, o mesmo órgão deixa claro que cabe ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) as seguintes funções:

- Propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento; promover a educação ambiental.
- Propor criação de normas legais, além de adequar e regulamentar os padrões e normas municipais.
- Opinar sobre os aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impacto sobre o município e receber e apurar denúncias advindas da população sobre a degradação ambiental, sugerindo que a prefeitura tome providências.

Face ao exposto, percebe-se que para definição das normas ambientais de caráter municipal deve conhecer os recursos naturais da localidade, através do desenvolvimento do plano ambiental, dando suporte a solução dos problemas ambientais.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010) mostra que cada conselho deve se espelhar nas forças atuantes locais representadas por :

- Secretarias municipais de saúde, educação, meio ambiente, obras, planejamento e outras cujas ações interfiram no meio ambiente.
- Câmara dos vereadores; sindicatos; entidades ambientalistas; grupos de produtores; instituições de defesa do consumidor.
- Associações de bairros; grupos de mulheres, jovens e de pessoas da terceira idade; entidades de classe, como arquitetos, engenheiros, advogados, professores, dentre outros; entidades representativas do empresário.
- Instituições de pesquisa e extensão e movimentos sociais e de minorias que sejam importantes para o município.

À medida que essas forças atuantes locais são educadas, de forma a assumir uma responsabilidade sobre a redução dos impactos ambientais negativos, há uma tendência maior para colaborar com o desenvolvimento de um turismo ambientalmente sustentável (PARK; BOO, 2010).

Diante disso, observa-se que a atividade turística que depende dos recursos naturais para se desenvolver, necessita também dos planos ambientais municipais para que desse modo possa dar suporte ao desenvolvimento de um turismo sustentável.

Além disso, deve-se levar em consideração que também deve ser desenvolvido o inventário turístico e o plano de ação para conhecer os atrativos e os serviços de infra-estrutura básica e turística da localidade, de forma a respeitar as leis e normativas de caráter ambiental.

Convém mencionar que para que o turismo seja planejado e desenvolvido dentro dos parâmetros da sustentabilidade, é necessário levar em consideração os indicadores de sustentabilidade que, segundo Mowforth e Munt (2003, p. 107) e Schianetz et. al.(2007, p. 376, 378) são:

- Áreas de proteção ambiental: preocupação dos ambientalistas com essas áreas, que são categorizadas como parques nacionais, fuga da fauna selvagem, reservas biológicas, áreas de belezas naturais bem conhecidas e locais de interesse científico;
- Avaliação de Impacto Ambiental (EIA)¹: que é geralmente usado para projetos específicos, realizando uma lista de checagem, sistemas de diagramas, modelos matemáticos;
- Auditoria Ambiental: aplicado periodicamente como uma ferramenta de monitoramento, com uma importante especificação para organizações e destinos turísticos que são constantemente e rapidamente desenvolvidos e modificados;
- Indústria de regulação: introduzida desde 1986 através da Sociedade Americana de Agências de Viagens que produziu os princípios de conduta profissional e ética e passa a ser regulado pela legislação governamental, regulação da associação profissional, regulação e controle internacional, auto-regulagem voluntária e responsabilidade social-corporativa;
- Técnicas de gerenciamento dos visitantes: que existem para controlar o movimento de turistas. Algumas técnicas para estes fins são as seguintes: zoneamento, dispersão de visitantes, abertura do canal para fluxo turístico, entrada restrita, restrição de veículos em áreas frágeis e estrutura de preços diferenciais;
- Cálculo de capacidade de carga: definição do número máximo de visitantes para não comprometer o meio ambiente;
- Técnicas de participação: que mostra que a comunidade local deve participar de maneira ativa e democrática através de reuniões e levantamento das preferências da população por meio de pesquisas;
- Código de conduta: para turistas, empresários, órgãos públicos e comunidade local na tentativa de influenciar as atitudes e modificar o comportamento como forma de solucionar problemas como: monitoramento e avaliação de códigos de conduta e código de tentativas genuínas para aperfeiçoar as práticas de turismo, debate entre regulagem e auto-regulagem voluntária da indústria turística e variabilidade entre códigos e a necessidade para coordenação.

¹ Trata-se de um termo que veio do inglês Environmental Impact Assessment (EIA) que significa Avaliação de Impacto Ambiental.

Em resumo, pode-se dizer que para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável é necessário ter conhecimento sobre ecologia e planejamento, de modo a buscar não causar danos ecológicos irreversíveis, levando em consideração a recuperação de áreas naturais, posto que dependem dos recursos naturais para a atividade turística (SEALEY, CUSHION, 2009).

2.2.1.1 Recursos turísticos naturais

O recurso turístico é algo inválido por si só, pois depende de como estes podem vir a satisfazer as necessidades turísticas do indivíduo, para então ser considerado como tal. Destarte, os atrativos diferenciam-se dos recursos pelo fato dos recursos naturais serem fundamentos para o desenvolvimento posterior da atração. Dessa forma, pode-se dizer que os recursos como praias, montanhas, dentre outros, que estão situados em locais acessíveis e que sejam válidos para a exploração turística, são considerados realmente atrativos (OMT, 2001, p. 171).

Para Barretto (2006) trata-se de uma equivalência terminológica, visto que os recursos são núcleos dos atrativos. Assim, ao se falar em recursos, fala-se, de certo modo, em atrativos, uma vez que atrativos equivalem a recursos mais facilidades no entorno dos mesmos. Beni (2007) sequer menciona essa diferença, tomando recursos como sinônimos de atrativos. Desse modo, Barretto (2006) assegura que os atrativos são os componentes do produto turístico que motivam o fluxo de visitantes. Nesse contexto, o produto turístico é igual aos atrativos mais facilidades e acesso. Dulley (2004) define os recursos naturais como os recursos disponíveis no ambiente físico (a terra, o ar, a água, a vegetação, a vida selvagem) para satisfazer as necessidades do homem.

Desse modo, parece conveniente a OMT (2003, p. 172) afirmar que “O ambiente físico é um recurso turístico importante e, desde, a época de Roma e a Grécia antiga, os viajantes têm sido motivados por um desejo de experimentar diversos de seus aspectos.” Notou-se que as pessoas começaram a fazer turismo desde os tempos remotos, e os recursos naturais têm sido ferramentas de atração turísticas, motivando milhares de viagens ao redor do mundo.

Assim, pode-se dizer que para o desenvolvimento da atividade turística se faz necessário utilizar-se dos recursos naturais, na perspectiva de, através disso, ter um diferencial turístico. Dessa forma, depreende-se que tais recursos podem ser observados na Figura 02, onde

se verifica que os recursos naturais existentes possuem características relevantes para o turismo como: vegetação, fauna, locais de interesse de visitação, qualidade da água, praias, falésias, baías, rios, características da paisagem circundante e conformação geológica e morfológica. Estes itens servem de atrativos para os visitantes de determinada localidade, sendo que devem ser levados em consideração de forma a buscar conservá-los para que a atividade turística continue a trazer benefícios tanto para as gerações presentes como as futuras gerações (BENI, 2007).

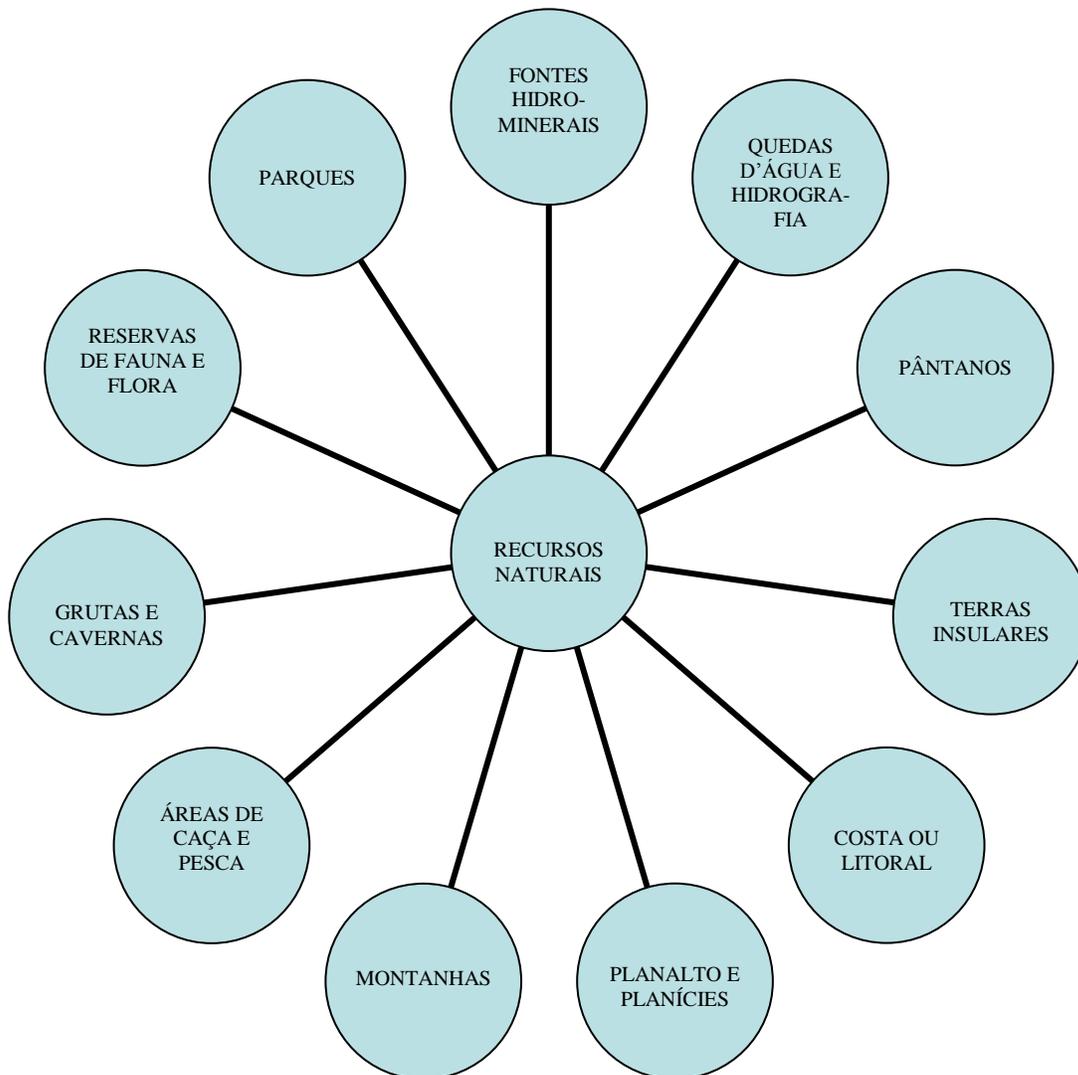


FIGURA 02-Recursos naturais como diferenciais turísticos
Fonte: Elaboração própria baseada em Beni (2007).

Nessa perspectiva, é permitido asseverar que o ambiente físico no turismo deve ser tido como fator fundamental para o sucesso de um destino, baseado na qualidade ambiental, uma vez que os destinos que são vistos como poluídos ou congestionados terão dificuldades em manter a atividade turística, podendo entrar em declínio (OMT, 2003).

Assim, não é de se estranhar que a mesma fonte assegure que o planejamento seja uma estratégia essencial para ser utilizada afim de minimizar os impactos negativos e promover o desenvolvimento sustentável da localidade. Para isso, devem ser considerados os seguintes itens: capacidade de carga, limites à mudança aceitável, zoneamento, permissões e licenças, padrões ambientais, padrões de projeto, sistemas de gerenciamento de visitantes e adaptação do meio ambiente.

Conforme Lorente (2001), a capacidade de carga é um fator que irá mostrar o número máximo de visitantes que se pode ter em determinado espaço sem uma alteração inaceitável do meio físico e sem uma diminuição na qualidade para os visitantes. Segundo a OMT (2003), os limites de mudanças aceitáveis são tentativas de estabelecer um limite ao turismo para identificar o conjunto de condições ambientais desejáveis.

Swarbrooke (2000) assevera que o uso do solo deve ser planejado, por isso necessita basear-se no zoneamento, o qual deve definir a utilização do solo para moradia, indústria e para a separação de diferentes tipos de turistas.

No que concerne as permissões e licenças ambientais são utilizadas para definição dos padrões de qualidade ambiental, sendo importantes como forma de minimizar os impactos negativos sobre o destino turístico, posto que as licenças podem prever obrigações contratuais para as empresas turísticas (OMT, 2003).

Dessa maneira, o mesmo órgão afirma que os padrões de qualidade ambientais são relevantes pelo fato de incluir a altura máxima permitida dos prédios, restrições ao uso de alguns materiais de construção, controles arquitetônicos e localização de prédios.

No que se refere aos padrões de projeto estão relacionados ao fato de planejar o destino turístico, de forma a desenvolvê-lo controladamente (SWARBROOKE, 2000).

Já no que diz respeito aos sistemas de gerenciamento de visitantes, são projetados para controlar o número de fluxo de turistas, bem como suas atividades, diminuindo o acesso a determinadas áreas, estabelecendo caminhos e controlando os horários das visitas (OMT, 2003).

Com relação à adaptação ao meio ambiente, a mesma fonte assegura que trata-se da colocação de estruturas protetoras, como muros de pedra, passarelas, degraus, trilhas definidas e instalações para visitantes.

Destarte, pode dizer que conforme cita Swarbrooke (2000, p. 78), “ao mesmo tempo, o turismo pode ser benéfico ao meio ambiente natural quando oferece motivação para sua conservação”. Nesse sentido, nota-se que como os recursos naturais são objetos de consumo do turismo e este por sua vez traz o desenvolvimento econômico para uma localidade, a proteção ao meio ambiente natural necessita ter maior atenção por parte de todos os *stakeholders*.

2.3 Políticas Públicas e o Planejamento Turístico sob a Perspectiva da Sustentabilidade

As políticas públicas colaboram para o desenvolvimento da atividade turística, visto que, segundo Hall (2004) sem o apoio por parte do poder público no que concerne à coordenação, legislação, regulamentação, empreendimentos, incentivo e planejamento de tal atividade, haverá conseqüências que levam o destino a ser desorganizado no que se refere à receptividade do turista não conseguindo se despontar como competitivo. De acordo com Crouch e Ritchie (1999), não basta um destino ter vantagens comparativas, as quais implicam em recursos naturais e culturais necessários para se desenvolver a atividade turística, se tal localidade não possui vantagens competitivas, que são os investimentos em inovação, tecnologia e infra-estrutura para receber o turista.

Nesse sentido, as cinco áreas que o setor público atua, citadas por Hall (2004) anteriormente, se mostram como uma alternativa ao desenvolvimento turístico na perspectiva de se tornar competitivo. No que diz respeito à coordenação, esta é necessária dentro e entre diferentes escalas do governo para evitar a duplicação de recursos entre as várias entidades turísticas governamentais e o setor privado, e para desenvolver estratégias eficientes para o setor (DINICA, 2009; HALL, 2004).

Já no que tange à legislação e regulamentação, o envolvimento do governo nessa área varia da autoridade em emitir passaportes e vistos à política relacionada ao meio ambiente e relações trabalhistas (HALL, 2004).

Nessa perspectiva, no que se refere aos empreendimentos, observa-se que o governo pode ser visto como empresário por fornecer infra-estrutura, no intuito de buscar o crescimento

econômico para localidade através da atividade turística, estimulando o investimento privado em uma determinada região ou projeto turístico.

Outro meio de intervenção do poder público é pelo incentivo, que compreende três dimensões, as quais são: estímulo de investimentos no setor turístico; patrocínio de pesquisas que beneficiam a indústria do turismo, fornecendo apoio estatístico e analítico ao governo e ao setor privado para o desenvolvimento turístico planejado e equilibrado e incentivo ao marketing e a divulgação voltados para a captação de demanda turística, fomentando os investimentos de capital em atrações e instalações turísticas (HALL, 2004).

Para Ruschmann (1999), no que concerne ao planejamento turístico, nota-se que se configura como uma ferramenta que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar os objetivos propostos, provendo facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades, ou desenvolva estratégias que permitam a uma organização comercial conceber oportunidades de lucro em determinados segmentos de mercado, contribuindo, dessa forma, para a competitividade do destino.

Segundo a mesma autora, os objetivos do planejamento turístico podem envolver localidades, regiões, países e até continentes, abarcando tanto o setor público quanto às empresas privadas desse ramo de atividade, como fatores influenciadores em todos os níveis, estando o planejamento relacionado às cinco áreas de atuação do poder público citadas acima.

O planejamento do turismo é uma condição *sine qua non* para o destino aonde o turismo irá se desenvolver, pois sem o planejamento a atividade poderá se tornar massificada, comprometendo, assim, a originalidade dos recursos naturais e culturais existentes e excluindo algumas camadas da população desse processo.

O planejamento deve ser integrado e de caráter interdisciplinar, contemplando os elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais para satisfação dos turistas, empresários e comunidade local.

Deve-se buscar desenvolver o turismo de maneira sustentável para que a atividade traga benefícios no presente e principalmente no futuro dos empresários e comunidade local.

Cabe ressaltar que o turismo, embora seja uma atividade de caráter privado, é, na sua gestão, altamente dependente do poder público. Dessa forma, dever-se-ia dizer que o turismo implica a articulação de setores público e privado, sem a qual a atividade turística não será completa para o visitante (DIAS, PIMENTA, 2005).

Em suma, pode-se conjecturar que essa articulação colabora para que a cidade ou município se torne um produto turístico global, sendo composto tanto por espaços públicos, como praças, vias públicas, parques, dentre outros, quanto por espaços privados como hotéis, agências de viagens, transportes e restaurantes. Esse aspecto particular deve ser levado em consideração ao se elaborar uma política municipal de turismo, bem como atrelar as questões voltadas para o desenvolvimento do turismo de maneira sustentável (DIAS, PIMENTA, 2005).

O desenvolvimento do turismo sustentável envolve a tomada de medidas políticas vigorosas, baseadas em trocas complexas nos níveis: social, econômico e ambiental. Diante disso, nota-se a importância do setor público para promoção do turismo sustentável, de forma a geri-lo através do planejamento, tendo em conta a proteção e utilização econômica adequada do espaço socioambiental das áreas anfitriãs (MAGALHÃES, 2002).

De acordo com Fonseca (2005), o Estado deve ter um papel protagonista na constituição de um ambiente competitivo para atividade turística, contribuindo com o desenvolvimento das cidades. Tem-se ressaltado, nos últimos anos, a descentralização da gestão pública do turismo, de forma a passar responsabilidade para os municípios, que em última instância serão os maiores responsáveis pela condução e promoção da atividade. O poder público municipal deve definir o uso e ocupação do solo, autorizar instalações de atividades, prover a localidade de infra-estrutura básica, incentivar as manifestações culturais, dentre outros.

Ademais, o poder público municipal deve verificar o que os grupos sociais e indivíduos esperam das políticas públicas desenvolvidas na perspectiva de evitar conflitos em torno da política de implementação, incluindo tais grupos no processo de planejamento do destino (KRUTWAYSHO, BRAMWELL, 2010, p. 674).

Além disso, observa-se que à tomada de decisões de planejamento por parte do poder público é uma forma dos destinos eleitos pelo turismo não ignorarem a presença do turismo, deixando que ele se aproprie do espaço, de maneira aleatória e não planejada (CRUZ, 2001).

Magalhães (2002) afirma que na organização desse espaço, as localidades que possuem potencialidades naturais e/ou histórico-culturais expressivas e que têm o interesse de implementar a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico e social devem buscar utilizá-lo de forma racional, sendo capaz de provocar a valorização do mesmo e da comunidade local. Desse modo, o governo local deve proceder à organização do destino, trabalhando em parceria com técnicos, comunidade e investidores/empresários.

Para o melhor ordenamento das práticas turísticas locais, observa-se a necessidade de um Plano Diretor Turístico definindo o zoneamento, as normas e procedimentos de uso do solo, agrupamento funcional das instalações e das atividades turísticas. Nessa perspectiva, nota-se que essa é uma maneira de resguardar os ambientes físico e cultural do município que devem ser implementadas por um setor específico (MAGALHÃES, 2002).

Diante disso, observa-se que “a forma de atuação do poder local é primordial para atingir com excelência e qualidade o produto turístico, definindo o marco de competitividade do destino turístico.” (FONSECA, 2005, p. 63).

No que tange ao fator social, Fennell (2006) depreende que o planejamento deve atuar desenvolvendo programas e planos de ação para abrandar a situação em que se encontram as camadas menos privilegiadas da sociedade, no sentido de:

- Minimizar a pobreza através da profissionalização das mesmas;
- Gerar emprego e renda, por meio da adoção de medidas estratégicas, inserindo novos microempresários no setor turístico e inserindo indivíduos também no setor formal; melhoria da qualidade de vida desses indivíduos;
- Educar os indivíduos quanto à importância do meio ambiente para que os mesmos entendam que podem ser afetados pelas adversidades ambientais e climáticas;
- Incluir a comunidade local, que está relacionada ao resgate de valores culturais, à ética nas relações sociais cotidianas e ao estímulo a soluções encontradas pelos pobres, para que busquem a sua sobrevivência.

Assim, pode-se dizer que o planejamento turístico voltado para a inclusão das camadas menos privilegiadas da comunidade local condiz com o “turismo pró-pobre”, que direciona a atividade turística para que traga benefícios aos pobres, por meio de estratégias que visam oportunidades para todos (FENNELL, 2006).

Nesse contexto, pode-se dizer que há uma tendência de aplicação do planejamento e implementação do turismo sustentável, visto que é de interesse dos atores envolvidos na atividade turística o desenvolvimento sócio-econômico. No entanto, conforme Yasarata et. al. (2010, p. 346) para que isso seja possível é necessário envolver também meios de conscientização da conservação do meio ambiente, posto que a atividade turística precisa dos recursos naturais para

contribuir com a economia local, sendo fundamental a cooperação entre os envolvidos no turismo.

Todavia, segundo Yasarata et al. (2010), em alguns países, a participação da comunidade no processo de desenvolvimento é manipulada e dominada pela elite política. Além disso, traz-se a seguinte questão para reflexão: Como as transições de um governo a outro em um destino turístico podem influenciar de forma negativa o turismo nessa localidade? A bem da verdade responde-se a essa pergunta de maneira que parece evidente que conflitos políticos muitas vezes conduzem os governantes a mudarem os planos federais, estaduais ou municipais, impedindo o desenvolvimento da atividade turística por não dar, muitas vezes, continuidade aos planos e projetos anteriores que são relevantes para o desenvolvimento da localidade turística.

Contudo, vale lembrar que se as políticas de turismo tiverem sua continuidade, ou mesmo se os governantes buscarem o aprimoramento de tais políticas, bem como se no processo de planejamento turístico forem envolvidos todos atores da atividade turística, não excluindo nenhum deles, possibilitará o desenvolvimento do turismo sustentável.

Portanto, conforme assevera Beaumont e Dredge (2010) para eficácia das políticas de turismo em âmbito local para realização dos objetivos de seus atores é necessário que as estruturas institucionais funcionem com coerência, participando ativamente nas decisões relacionadas ao turismo.

Assim sendo, as mesmas autoras presumem que para o desenvolvimento do turismo sustentável podem ser desenvolvidas ações e projetos de estratégias voltados para sustentabilidade como: campanhas de educação para o turismo sustentável, incluindo visitantes, empresas e programas de educação escolar; contratos de financiamento de subsídios para operadores de turismo local para concessão de créditos; inserção das redes comunitárias e grupos de ação nas questões relacionadas ao turismo e programas de reciclagem na localidade.

Dessa maneira, é oportuno frisar que conforme Amuquandoh (2010), quando a educação ambiental começa a ser aplicada a sociedade por meio das escolas com disciplinas ou palestras voltadas para o meio ambiente há uma colaboração preventiva quanto aos problemas ambientais, sendo necessário que as autoridades públicas levem isso em consideração e desenvolvam projetos turísticos de caráter ambiental.

2.4 Turismo e Regionalização

A regionalização é um pré-requisito para a descentralização que objetiva transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento, preservando práticas protecionistas para favorecimento de tais territórios. Assim, pode-se assegurar que o regionalismo é uma postura proativa, entregue à necessidade de se tornar competitivo exatamente num momento em que diminui a disposição das localidades de formularem políticas e regularem o mercado de modo individual (LIMA, COUTINHO, 2005).

Isto posto, presume-se que região é uma unidade administrativa e política que compreende um caráter complexo e multidimensional para implementação de políticas e programas regionais (WHITFORD, 2009).

Partindo desse pressuposto, observa-se que a formação de uma região através da união de vários municípios ou Estados se configura como uma forma de proporcionar uma colaboração mútua entre eles. Isto é um fator relevante para o turismo, uma vez que para a atividade turística faz-se necessária essa distribuição dos atrativos turísticos por região, de maneira a observar o que pode ser encontrado em cada uma dessas regiões, sendo definidas de acordo com as suas similaridades ou mesmo complementaridades.

Isso faz crer que a relação entre turismo e desenvolvimento regional pode ser examinada sob três aspectos: turismo é um produto que deve ser consumido no ponto de produção; a maioria das formas de turismo é sazonal e o turismo é uma indústria subjetiva que precisa ter sempre atenção para se fazer modificações quando necessário. Assim, percebe-se que esses pontos são influenciados pela distribuição climática e geomorfológica dos atrativos naturais e pela distribuição dos elementos culturais que fazem parte do produto turístico, podendo contribuir para a união em âmbito regional afim de promover o desenvolvimento de diferentes formas de turismo, de maneira a ter controle sobre as mesmas (TELFER, SHARPLEY, 2002).

No que se refere ao Brasil, pode-se observar que as políticas de turismo que tiveram maior êxito foram as dos últimos anos, descritas nos seguintes programas:

- Programa de Municipalização do Turismo- PNMT, que contribuiu para a descentralização da atividade, vista como uma ação contínua dos seus programas, colaborando para que os municípios se conscientizassem sobre a importância do planejamento e gerenciamento da atividade turística (BEZERRA, CARVALHO, 1999);

- Plano Nacional do Turismo 2003-2007- PNT, que foi o elo entre os governos federal, estadual e municipal, as entidades não-governamentais, a iniciativa privada e a sociedade como um todo, enfatizando também um novo modelo de enfoque descentralizado. Tal modelo se traduz em Fóruns estaduais que devem estabelecer comunicação permanente com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos, que devem ser fator de integração de objetivos, otimização dos recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional (MTUR, 2003a);
- Programa de Regionalização do Turismo- PRT, que é uma iniciativa do Ministério do Turismo, de acordo com as orientações da OMT para regionalizar e roteirizar o turismo no país, deixando claro que os municípios quando integrados na configuração regional colabora para o desenvolvimento dos municípios, pois em conjunto podem se tornar competitivos (MTUR, 2003b). A Figura 02 mostra de forma esquemática hierarquicamente embutida a distribuição do espaço, onde P é o país que está representado no Brasil pelo MTUR, E é o Estado amparado pela Secretaria Estadual de Turismo, M é o município que é representado pela Secretaria Municipal de Turismo e R é a região amparada pelos programas desenvolvidos pelo MTUR que vem a beneficiar os municípios que fazem parte da região. Em certo sentido supõe-se que a região mencionada no diagrama pode ser representada pelo Pólo Costa das Dunas, que possui diversos municípios, os quais possuem já algumas ações tomadas para o desenvolvimento do mesmo, porém percebe-se que nem todos progrediram, necessitando de um estudo mais aprofundado em torno do planejamento do turismo sustentável.

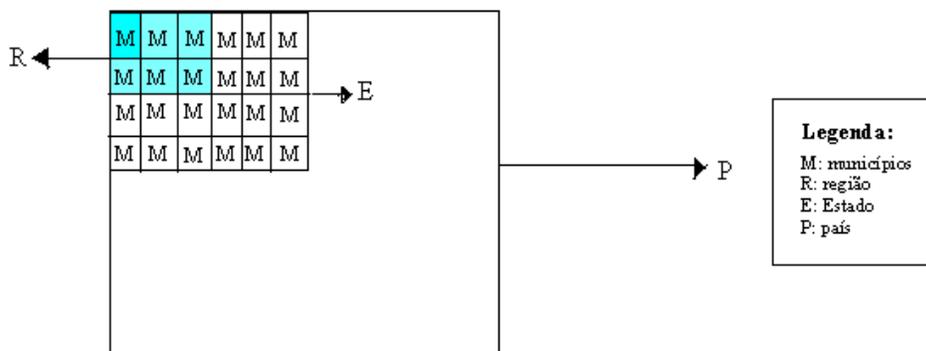


FIGURA 02-Diagrama Esquemático de Hierarquização de Espaço
Fonte: Elaboração própria.

Assim sendo, pode-se notar que tem desenvolvido o Programa de Regionalização do Turismo conhecido também por Macroprograma de Regionalização do Turismo, que propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial base territorial do PNT. Isso faz crer que um paradigma de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões é uma estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do Plano Nacional de Turismo (MTUR, 2007).

Desse modo, pode-se dizer que um dos programas fortalecidos através da Regionalização do Turismo é o PRODETUR, tendo como finalidade assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado. Além disso, proporciona melhorias às condições de vida da população local, aumenta as receitas do setor e melhora a capacidade de gestão de atividades em áreas de expansão e de potencial turístico (MTUR, 2007).

Dessa maneira, observa-se que as ações e projetos executivos do PRODETUR podem expressar o planejamento turístico em nível regional, contribuindo para geração de fluxos turísticos significativos que fará com que também se crie uma consciência preservacionista na população diretamente beneficiada, podendo surgir demandas de recuperação de ambientes degradados e ações que evitem alterações ambientais significativas (RODRIGUES, 1999).

Face ao exposto, Fonseca (2005) assevera que no Brasil o Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo, que mais tarde ficou conhecido por Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) foi criado pela SUDENE e EMBRATUR, em novembro de 1991, posteriormente foi integrado a Política Nacional de Turismo (PNT).

A mesma autora afirma que tal programa foi criado como forma de suprir as deficiências em infra-estrutura que dificultavam a expansão da atividade turística no país. Nessa perspectiva, a finalidade do Programa foi dotar os pólos turísticos elegidos de condições estruturais que viabilizassem o estabelecimento e desenvolvimento de atividades turísticas, objetivando a geração de novos postos de trabalho.

Nesse contexto, Lopes e Pereira (2010) afirmam que foram criados, em meados dos anos 2000, os Pólos de Desenvolvimento Turístico, por meio de projetos e ações voltados ao fortalecimento dos elos da cadeia produtiva. Nesse sentido, vale salientar que no Rio Grande do

Norte foram criados cinco pólos que são: Pólo Costa Branca, Pólo Seridó, Pólo Serrano, Pólo Agreste/Trairi e o Pólo Costa das Dunas. Sendo este último, o que mais tem recebido recursos do PRODETUR, de modo a promover o desenvolvimento do turismo seletivo e organizado nesta região, levando em consideração o planejamento turístico e as questões ambientais, de forma a trazer vantagens competitivas e vocacionais dos municípios que integram o pólo, afim de buscar a sustentabilidade do turismo (BNB, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização do estudo

O estudo que foi desenvolvido é de caráter descritivo quanto aos objetivos. A pesquisa descritiva, de acordo com Dencker (1998, p. 24) “procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. Utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados como questionário e a observação sistemática”. Dessa forma, este estudo tratou de variáveis como meio ambiente, turismo, planejamento, órgãos públicos e sustentabilidade, fazendo relações entre elas. O estudo versa um assunto já abordado periféricamente nos meios acadêmicos do país e do mundo por alguns autores (YASARATA, 2010, WHITFORD, 2009, HANAI, 2009 e LEMOS, 2007), pois abrange questões relativas à atuação do poder público para conservação dos recursos naturais através do planejamento para o desenvolvimento de um turismo ambientalmente sustentável. Mesmo assim, ainda, necessita outros estudos na área.

Além da descritiva, a pesquisa foi qualitativa, uma vez que foram usadas técnicas de entrevista e análise do conteúdo da mesma, buscando responder como os representantes públicos do turismo e do meio ambiente dos municípios do Pólo Costa das Dunas estão agindo para alcançar a sustentabilidade ambiental do turismo. Entretanto, possui alguns elementos onde foi utilizada a abordagem quantitativa, sendo necessário o emprego de alguns itens de medição estatística.

3.2 Abrangência do estudo

A população que foi analisada neste estudo se constituiu de representantes do poder público de turismo e de meio ambiente nos municípios do Pólo Costa das Dunas e os representantes estaduais do Rio Grande do Norte, visto que possuem um papel fundamental no planejamento e gestão da atividade turística na região. Foi contemplado 100% desta população, que chega a vinte e oito pessoas.

Os entrevistados foram os representantes públicos de turismo e meio ambiente nos municípios que estão situados no Pólo Costa das Dunas, conforme mostrado na problemática. Sendo assim, a nível municipal foram entrevistados vinte e seis representantes públicos de

turismo e meio ambiente. Além disso, foram escolhidos dois representantes de órgãos estaduais, sendo eles do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) e outro da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), que estão representados respectivamente na figura do Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA e do Subsecretário do PRODETUR.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

Os dados foram coletados a partir de fontes primárias e secundárias. Nesse sentido, dados das fontes primárias foram coletadas prioritariamente através de pesquisa de campo, na qual foram utilizados como instrumentos de coleta roteiros de entrevistas semi-estruturados, com questões abertas e fechadas com os representantes públicos de turismo e do meio ambiente do Pólo Costa das Dunas, nos meses de setembro a novembro de 2010.

Dessa forma, os entrevistados foram representantes públicos de turismo e meio ambiente, pois alguns municípios como Canguaretama, São Miguel do Gostoso e Touros não possuem necessariamente um secretário de turismo, sendo assim, as decisões inerentes ao turismo tomadas por um coordenador ou mesmo um diretor que assume mais de uma responsabilidade.

No que concerne ao município de Nísia Floresta, alguns meses antes da realização da entrevista, a Secretaria de Turismo era conjugada a Meio Ambiente. Entretanto, na época da entrevista, já tinha sido desmembrada, embora ninguém havia assumido a Secretaria de Meio Ambiente. Nesse caso, a responsabilidade sobre as questões ambientais ainda recaía sobre a Secretaria de Turismo que foi contemplada na pesquisa.

No que tange ao município de Senador Georgino Avelino havia um Secretário de Turismo e Meio Ambiente. Porém, durante a entrevista foi dito que as principais decisões são de uma assessora e consultora na área em tal município que poderia especificar melhor as ações sobre o turismo ambientalmente sustentável no município.

Em outros municípios as secretarias de turismo e meio ambiente são conjugadas.

No que se refere à cidade de Rio do Fogo, observou-se que não existe um Secretário de Turismo e Meio Ambiente e a responsabilidade por esse setor foi dada a um Secretário Especial de Governo de Rio do Fogo, que após várias tentativas, não teve sucesso para obtenção da entrevista. Portanto, o município não teve participação no estudo.

Quanto aos órgãos públicos estaduais do Rio Grande do Norte, entrou-se em contato com o Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente (IDEMA) e a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), onde tais órgãos designaram pessoas dentro desses órgãos estaduais responsáveis pelo turismo ambientalmente sustentável nos municípios do Pólo Costa das Dunas para serem entrevistados.

Além das entrevistas, o presente trabalho também se valeu de pesquisa documental através de arquivos de instituições públicas, como é o caso de documentos relativos às políticas públicas e dados estatísticos voltados para esse estudo que foram concedidos pelos municípios estudados.

No que tange as fontes secundárias, segundo Dencker (1998), são os materiais como livros, sites, artigos, publicações e obras diversas que, neste estudo, giraram em torno de temas como meio ambiente, recursos naturais, gestão pública, turismo sustentável e planejamento.

3.4 Análise de dados

A abordagem que foi utilizada foi qualitativa, posto que tratou de interpretar as respostas das questões abertas sobre como os representantes públicos têm utilizado os recursos naturais para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

Sendo assim, foi realizada a análise do conteúdo através da interpretação dos dados conseguidos por meio de entrevistas com representantes públicos de turismo e de meio ambiente escritos na íntegra e através dos documentos referentes à situação do meio ambiente nos municípios, enfocando os fatores de sucesso ou insucesso para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

Bardin (1977) assegura que a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que podem ser quantitativos ou qualitativos que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.

Todavia em alguns momentos foram necessários os usos de algumas técnicas quantitativas descritivas como frequências, médias, análise de conglomerados, Correlação de Pearson, Correlação de Spearman, Teste T, técnicas para casos resumidos por respostas múltiplas

e técnicas para casos resumidos de questões fechadas por meio de programas de análises de dados sobre ciências sociais.

Dessa forma, nas médias as respostas que obtiveram valores maiores são mais positivas.

No que tange a análise de conglomerados é uma técnica multivariada de classificação para formar grupos, onde cada elemento dentro do conglomerado tende a ser semelhante entre si, mas diferente dos demais objetos de outros conglomerados (HAIR, 1998).

No que se refere a correlações de Pearson e Spearman foram utilizadas para observar a relação entre algumas variáveis. Sendo que a Correlação de Pearson é utilizada para dados inteiros que são no caso contínuos, enquanto que a Correlação de Spearman são para dados a nível ordinal, ou seja, que têm uma seqüência, mas sem tanta precisão nos dados. Nesse contexto, Malhotra (2001) assegura que o Coeficiente de Correlação não paramétrica de Spearman corresponde a Correlação paramétrica de Pearson.

No que diz respeito ao Teste-T, segundo Malhotra (2001) pode ser utilizado tanto para amostras independentes como em amostras pareadas. Sendo nesse estudo utilizado para compara às médias entre os grupos independentes, porém sem a inserção da significância no Teste T, tendo em vista que foi trabalho com população nesse trabalho e não com amostra.

Também foram utilizadas as técnicas para casos resumidos por respostas múltiplas e para questões fechadas, onde na pesquisa em questão foram utilizados para verificar as respostas dadas por municípios.

Vale salientar que na questão sobre a ordem de importância de alguns elementos como: saúde, mão-de-obra qualificada, segurança, meio ambiente, infra-estrutura turística, acesso aos atrativos e beleza da cidade, foram transformados no programa estatístico onde 1 passou a ser considerado menos importante e 7 mais importante. Deste modo, tal transformação do formulário de entrevista para o programa estatístico foi a seguinte: 1 equivale a 7; 2 equivale a 6; 3 equivale a 5; 4 equivale a 4; 5 equivale a 3; 6 equivale a 2; 7 equivale a 1.

Em geral, é importante esclarecer que os dados tratados na pesquisa são opiniões subjetivas dos gestores públicos entrevistados sobre o sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável nos municípios. Em princípio, é pressuposto que as opiniões subjetivas apresentadas pelos entrevistados, reflitam a realidade objetiva. Contudo, é importante

reconhecer que existem diversos fatores que possam interferir nesta relação, resultando na divergência entre a realidade subjetiva e a realidade objetiva. Consciente desta situação, a metodologia adotada no trabalho pode ser observada na síntese dos procedimentos metodológicos apresentada no Quadro 02.

Fatores que contribuem para o sucesso ou o insucesso do poder público municipal no planejamento e gestão de um turismo ambientalmente sustentável no Pólo Costa das Dunas			
Objetivos Específicos	Variáveis (Categoria de Análise)	Coleta de dados	Tratamento dos dados
Identificar a importância que os representantes do meio ambiente e de turismo atribuem ao meio ambiente.	-Diversidade de fontes de informação sobre as legislações ambientais; -Nível de colaboração e integração do município com os órgãos estaduais e federais que lide com o meio ambiente; -Prioridade de investimento nas questões ambientais; -Ordem de importância atribuída ao meio ambiente em relação a outros elementos. -Importância que os órgãos públicos pensam que o turista atribui as práticas ambientais para escolha do destino.	-Entrevista semi-estruturada com os órgãos públicos de meio ambiente e de turismo. -Questões do formulário com escalas Likert.	-Análise de conteúdo -Técnicas quantitativas descritivas <ul style="list-style-type: none"> • Técnica para casos resumidos para respostas múltiplas; • Média; • Frequência; • Análise de conglomerados.
Identificar os fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável.	-Cargo ocupado; -Tempo de ocupação do cargo; -Autoridade para tomar decisões sobre as questões inerentes ao meio ambiente e turismo; - Sexo; -Escolaridade; -Participação em cursos sobre gestão ambiental e turismo; -Frequência de utilização de fontes de informação sobre as questões ambientais; -Nível de qualificação profissional das pessoas que trabalham nas secretarias de meio ambiente e de turismo; -Nível de colaboração entre os setores envolvidos; -Influência da política partidária no planejamento do turismo ambientalmente sustentável; -Participação da câmara de vereadores para o planejamento e a implementação do turismo ambientalmente sustentável; -Efeito da descontinuidade das pessoas nas posições relevantes para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável; -Nível em que o município está conseguindo tratar sobre o meio ambiente e o turismo na forma desejada.	-Entrevista semi-estruturada com órgãos públicos de meio ambiente e de turismo. -Questões do formulário com escalas Likert.	-Análise de conteúdo; -Técnicas quantitativas descritivas <ul style="list-style-type: none"> • Técnica para casos resumidos para respostas múltiplas; • Média; • Frequência; • Correlação de Pearson; • Correlação de Spearman.

QUADRO 02-Síntese dos procedimentos metodológicos (1º parte)

Fonte: Elaboração própria.

Continua...

Objetivos Específicos	Variáveis (Categoria de Análise)	Coleta de dados	Tratamento dos dados
<p>Descobrir quais as ações que as prefeituras estão tomando para atingir a sustentabilidade ambiental dos municípios.</p>	<p>-Plano Diretor; Agenda 21; Inventário turístico; Plano de Ação para o desenvolvimento do turismo; Plano ou código ambiental legalmente constituído; Posto de Saúde; Hospitais públicos; Escolas de nível fundamental, médio, técnico ou superior; aterro sanitário; cooperativas de reciclagem e grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar das questões ambientais e do turismo.</p> <p>-Preocupação com a inserção da Educação Ambiental nas escolas dos municípios.</p> <p>-Implementação de práticas ambientais (aproveitamento do lixo por meio da reciclagem; elaboração de mini-cartilhas com traduções em inglês e espanhol para os turistas; elaboração dos manuais para sensibilização da população, gestores públicos e empresários; oportunidade de participação da população local em audiências públicas sobre meio ambiente e turismo; pesquisa com a população local para que a mesma opine sobre o uso dos recursos naturais e a atividade turística; controle sobre a altura máxima permitida dos prédios; controle sobre o uso e ocupação do espaço; limitação do nº de visitantes nas áreas de proteção ambiental; realização de auditorias ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados; contratação permanente ou temporária de corpo técnico responsável pelo meio ambiente e turismo; criação de leis municipais para proteção do meio ambiente natural).</p> <p>-Fundo municipal legalmente constituído para promoção do turismo.</p> <p>-Auxílio financeiro do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>-Recursos financeiros advindos do PRODETUR.</p> <p>-Papel do PRODETUR no município.</p> <p>-Sugestões para se atingir a sustentabilidade ambiental do turismo nos municípios</p>	<p>-Entrevista semi-estruturada com os órgãos públicos de meio ambiente e de turismo.</p> <p>-Questões do formulário com escalas Likert.</p>	<p>Análise de conteúdo;</p> <p>-Técnicas quantitativas descritivas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnica para casos resumidos para respostas múltiplas; • Técnica para casos resumidos para questões fechadas; • Média; • Frequência; • Correlação de Pearson; • Teste T.
<p>Identificar os principais desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes à atividade turística.</p>	<p>-Desafios ambientais (destruição de áreas naturais para atividades relacionadas com o turismo, áreas ameaçadas de degradação, falta de saneamento básico, falta de avaliação ambiental, poluição sonora, poluição visual e poluição d' água).</p> <p>-Indicadores que contribuem com a degradação dos ambientes naturais do município (empresas, vendedores ambulantes, coleta de lixo deficiente, turistas, esgotos clandestinos, morados locais, agricultura, pesca e criação de camarão).</p>	<p>-Entrevista semi-estruturada com os órgãos públicos de meio ambiente e de turismo.</p> <p>-Questões do formulário com escalas Likert</p>	<p>-Análise de conteúdo;</p> <p>- Técnicas quantitativas descritivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Média.

QUADRO 02-Síntese dos procedimentos metodológicos (2º parte)

Fonte: Elaboração própria.

4 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos, através da análise dos dados coletados. Sendo assim, a primeira etapa dessa análise consiste em caracterizar os vinte e oito representantes públicos estaduais e municipais de turismo e meio ambiente.

No que diz respeito à segunda etapa será exposto o grau de importância que os representantes públicos de meio ambiente e turismo atribuem ao meio ambiente, que podem ser observados por meio da diversidade de informações sobre a legislação ambiental, do nível de colaboração e integração dos municípios para com os órgãos federais e estaduais que lidem com o meio ambiente, da prioridade de investimentos nas questões ambientais, da ordem de importância atribuída ao meio ambiente em relação a outros elementos e a importância que os órgãos públicos pensam que o turista atribui às práticas ambientais para escolha do destino.

A terceira etapa mostra fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável através da descrição dos representantes públicos municipais e estaduais, da participação dos gestores em cursos sobre turismo e meio ambiente e da influência de fatores políticos.

Em seguida, apresenta as ações que as prefeituras estão tomando para atingir a sustentabilidade ambiental dos municípios, como: se o município tem ou não tem um Plano Diretor; hospital público; escolas de nível fundamental, médio e superior; grupos que tratem sobre as questões ambientais e sobre o turismo; cooperativas de reciclagem; inventário turístico; código ambiental; plano de ação; aterro sanitário e Agenda 21. Além disso, mostra de que forma a educação ambiental está sendo tratada nas escolas dos municípios, de que modo as práticas ambientais têm sido implementadas no município, se há auxílio financeiro municipal para promoção turística e do Ministério do Meio Ambiente e do PRODETUR. Nesse sentido, foram realizadas algumas sugestões pelos próprios gestores para se atingir a sustentabilidade ambiental do turismo.

Por fim, foram identificados os desafios ambientais enfrentados pelo poder público municipal relevantes à atividade turística e apontados alguns indicadores que contribuem com a degradação dos ambientes naturais do município.

4.1 Caracterização dos entrevistados

A pesquisa foi realizada com representantes públicos municipais e estaduais, sendo necessário conhecer o perfil desses entrevistados. Para este fim as seguintes variáveis foram analisadas: sexo, cargo ocupado, tempo de ocupação desse cargo, escolaridade, nível de participação em cursos que tratem sobre turismo e as questões ambientais. Também foram analisadas a frequência com que utilizam fontes de informação específica que tratam sobre as práticas ambientais e o nível de autoridade ou flexibilidade para se tomar decisões inerentes ao turismo e a meio ambiente.

4.1.1 Perfil dos representantes públicos municipais de turismo e meio ambiente

O trabalho em questão busca conhecer os fatores de sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável dos municípios do Pólo Costa das Dunas. Nesse sentido, como a pesquisa envolveu um estudo desses locais através de seus representantes públicos municipais faz-se necessário conhecer o perfil dos vinte e seis entrevistados.

No que concerne ao sexo dos entrevistados do poder público municipal do Pólo Costa das Dunas percebe-se que são em sua maioria do sexo feminino, conforme é observado no Gráfico 01.

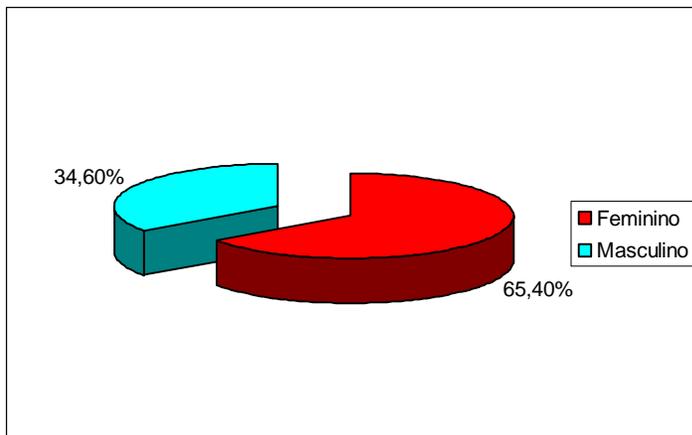


GRÁFICO 01- Sexo do entrevistado
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Assim, pode-se identificar no Gráfico 01 que, 65,40% dos entrevistados são mulheres e 34,60% são homens.

No que concerne aos cargos ocupados por municípios na Tabela 01 percebe-se que alguns municípios como Nísia Floresta e São Miguel do Gostoso possuem somente um representante público de turismo.

TABELA 01- Cargos ocupados por município

Cargos ocupados	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Secretário de Meio Ambiente	8	1		1		1	1		1		1		1					1	
Secretário de Turismo	8	1				1	1		1	1	1		1					1	
Secretário de Turismo e Meio Ambiente	6		1		1			1				1			1		1		
Coordenador de Turismo	2			1												1			
Assessora de Comunicação e Consultoria da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente	1																1		
Diretor de Comunicação	1																		1
Total	26	2	1	2	1	2	2	1	2	1	2	1	0	2	1	1	2	2	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

A Tabela 01 vem a mostrar que alguns municípios como Canguaretama e São Miguel do Gostoso possui um coordenador de turismo que vem substituindo o Secretário de Turismo na tomada de decisões, visto que em Canguaretama a Secretária de Turismo se encontra afastada de suas atividades segundo o Coordenador de Turismo de Canguaretama (2010), enquanto que em São Miguel do Gostoso não há um Secretário de Turismo.

No que se refere ao município de Senador Georgino Avelino há um Secretário de Turismo e Meio Ambiente, porém este se encontra assessorado por uma Assessora e Consultora da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Em alguns municípios, como Baía Formosa, Ceará Mirim, Maxaranguape, Pedra Grande, São José do Mipibu e Senador Georgino Avelino, a Secretaria de Turismo é acoplada a de Meio Ambiente, assumindo, portanto, os representantes desses municípios dois papéis, sendo que são de Secretário de Turismo e de Meio Ambiente.

Todavia, há alguns municípios em que as secretarias de turismo e de meio ambiente são separadas como: Arez, Canguaretama, Extremoz, Macaíba, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Tibau do Sul.

No que concerne a Touros percebe-se que a responsabilidade das ações municipais inerentes a turismo e meio ambiente está sob os cuidados de um Diretor de Comunicação dentro da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Em síntese, todos os municípios possuem pessoas responsáveis para gerir o turismo e o meio ambiente, sendo que alguns com poucos recursos humanos, como é o caso dos municípios que possuem um representante para representar tanto o meio ambiente quanto o turismo.

No que diz respeito ao tempo de ocupação dos cargos pelos gestores públicos de turismo e meio ambiente pode-se perceber que varia de menos de dois anos até mais de seis anos, conforme se observa na Tabela 02. Isso implica dizer que alguns representantes estão ocupando seus cargos a pouco tempo, enquanto outros estão em seus cargos a um tempo maior.

TABELA 02- Tempo de ocupação do cargo

Tempo de ocupação	Número	Porcentagem
Menos de 2 anos	14	53,85%
Entre 2 anos até 4 anos	4	15,38%
Mais de 4 anos até 6 anos	5	19,23%
Mais de 6 anos	3	11,54%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Destarte, a Tabela 02 mostra que 53,85% dos gestores públicos municipais ocupam seus cargos a menos de 2 anos, ou seja, há trocas frequentes dos representantes públicos de turismo e meio ambiente, interferindo em ações que podem ser paralisadas. Tais trocas podem ocorrer devido às transições de um governo a outro, pois conforme sugere Yasarata (2010) as

mudanças de governo podem gerar conflitos políticos, impedindo a continuidade de planos e projetos anteriores que são interessantes para o desenvolvimento turístico.

No que se refere à escolaridade dos gestores municipais pode-se perceber que nenhum dos entrevistados tem apenas o primeiro grau completo conforme se pode ver no Gráfico 02. Além disso, também nota-se no mesmo Gráfico que 25% dos entrevistados possuem segundo grau, 28,6% dos entrevistados têm ensino superior completo e 46,4% deles têm pós-graduação. Percebe-se, assim que a maioria dos municípios possui representantes com alto grau de instrução.

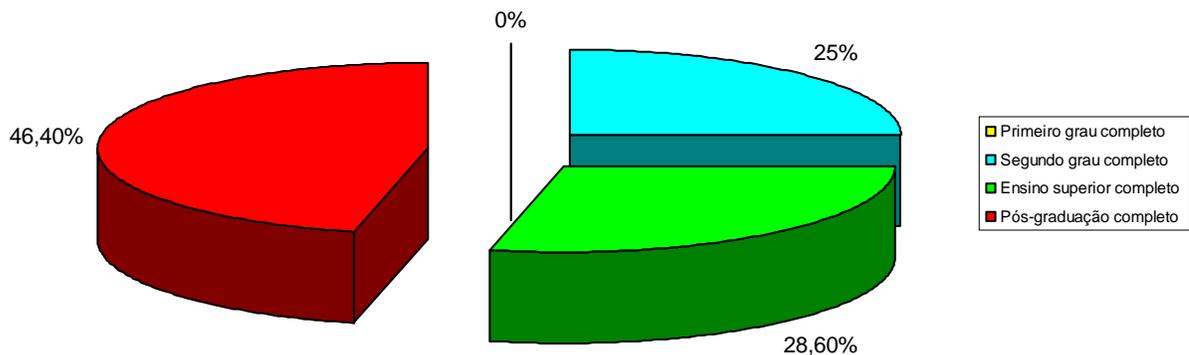


GRÁFICO 02- Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Desse modo, observa-se que o grau de instrução dos gestores públicos é importante, posto que a aprendizagem nas disciplinas escolares ou mesmo no ensino universitário pode contribuir para seu desenvolvimento crítico em relação às questões ambientais e sobre o turismo, de forma a possibilitar aos gestores conhecimentos para exercerem seu papel de força atuante local. Nesse contexto, Park e Boo (2010) afirma que à medida que os responsáveis pelas forças atuantes são instruídos podem assumir uma responsabilidade sobre redução dos impactos ambientais negativos, tendendo a contribuir com o planejamento do turismo ambientalmente sustentável.

Outro modo dos representantes públicos adquirirem conhecimentos para gerir o turismo e o meio ambiente é participando de cursos que tratem de tais questões para entender o turismo ambientalmente sustentável. Assim, a Tabela 03 mostra que todos os entrevistados participaram em algum momento de algum curso que trate sobre as questões ambientais, visto que a escala mínima foi 2, significando que os que participam menos, tem alguma participação nesse tipo de curso. Entretanto, sobre a participação de cursos que tratem sobre o turismo percebe-se que existe pelo menos um entrevistado que nunca participou desse tipo de curso, uma vez que a escala mínima foi 1.

TABELA 03- Frequência de participação dos entrevistados em cursos que tratem sobre turismo e sobre questões ambientais

Itens	Número de respostas	Mínimo	Máximo	Média*
Participação de cursos que tratem sobre o turismo	26	1	5	3,62
Participação de cursos que tratem sobre as questões ambientais	26	2	5	3,42

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A participação dos entrevistados em cursos que tratem sobre o turismo e sobre as questões ambientais foi medida em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nunca participou e 5 participou muito.

A Tabela 03 mostra que todos entrevistados participaram de cursos que tratem sobre as questões ambientais.

No que diz respeito a média notou-se que a maior foi a de participação de cursos que tratem sobre o turismo, que é de 3,62, enquanto a participação de cursos que tratem sobre as questões ambientais ficou com média 3,42. Contudo, observa-se que a diferença entre tais médias não é muito grande ficando a participação dos dois tipos de cursos com média aproximada uma da outra, mostrando que há interesse da esfera municipal na participação em tais cursos. Por outro lado, fica claro, pelas médias, que, como profissionais, os entrevistados, de modo geral, não estão mantendo-se atualizados nas duas áreas, posto que cada um deles prefere se especializar na sua área de interesse.

Nesse sentido, vale mencionar que é importante o poder público ter o conhecimento sobre o turismo, posto que, segundo Hall (2004), poderá haver uma intervenção por parte do gestor público de forma a estimular os investimentos no setor turístico e patrocinar pesquisas que beneficiam o turismo, fornecendo apoio estatístico e analítico ao governo e ao setor privado. Sendo assim, também se faz necessário o tratamento das questões ambientais para realizar um planejamento da localidade turística. Nessa perspectiva, Ruschmann (1999), Lorente (2001), OMT (2003) e Magalhães (2002) mostram que uma maneira de lidar com as questões ambientais

é minimizar os impactos ambientais negativos, por meio de algumas ações como: definição da capacidade de carga em determinado espaço sem uma alteração inaceitável do meio físico, elaboração de um Plano Diretor para a demarcação do uso e ocupação do solo e definição de padrões de qualidade ambiental através de permissões e licenças ambientais, prevendo obrigações contratuais para as empresas turísticas, dentre outras.

Sendo assim, para observar a importância que os gestores públicos dão ao tratamento das questões ambientais foi analisada a frequência com que os representantes públicos utilizam fontes de informações específicas que tratem sobre as práticas ambientais. Percebe-se, pela Tabela 04, que todos os entrevistados têm utilizado alguma fonte de informação específica que trate sobre as práticas ambientais, visto que a escala mínima obtida foi 2, significando que alguns gestores utilizam pouco esse tipo de fonte de informação, mas nenhum teve como resposta que nunca utilizou. No que diz respeito a média notou-se que foi de 3,77, ou seja, os representantes municipais tem-se mostrado preocupados em utilizar fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais. Desse modo, pode-se dizer que os gestores públicos municipais têm algum interesse pelas práticas ambientais, porém devem ser mais usadas.

TABELA 04- Nível de utilização de fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais

	Número de respostas	Mínimo	Máximo	Média*
Utiliza fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais	26	2	5	3,77

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*O nível de utilização de fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais foi medido em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nunca utilizou e 5 utiliza muito.

A consulta de informações específicas sobre questões ambientais, além das de turismo é uma forma de proporcionar conhecimento para se tomar decisões quanto a essas questões. Sendo assim, as autoridades públicas quando conscientizadas sobre a importância do meio ambiente podem ter como uma das ações juntamente com a Secretaria de Educação a aplicação da prática de educação ambiental nas escolas para segundo Amuquandoh (2010), colaborar preventivamente com a redução de problemas ambientais.

Contudo, para que os gestores públicos possam interferir de tal maneira nas decisões sobre turismo e meio ambiente, se faz necessário que tenha autoridade ou flexibilidade para tomar tais decisões de modo que possa contribuir para o turismo ambientalmente sustentável. Por essa razão, pode-se dizer que o nível de flexibilidade pode mostrar se as autoridades superiores

do gestor de turismo e meio ambiente estão deixando ou não que este gestor exerça o seu papel, ou seja, se o gestor municipal está tendo autonomia para tomar decisões inerentes ao turismo e a meio ambiente. Assim, a Tabela 05 mostra o nível de autoridade dos gestores municipais nas decisões inerentes ao turismo e meio ambiente.

TABELA 05- Nível de flexibilidade ou de autoridade para se tomar decisões inerentes ao meio ambiente e ao turismo

	Número de respostas	Mínimo	Máximo	Média*
Flexibilidade ou autoridade para se tomar decisões inerentes ao meio ambiente e ao turismo	26	2	5	3,35

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*O nível de flexibilidade ou de autoridade para se tomar decisões inerentes ao meio ambiente e ao turismo foi medido em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nenhuma autoridade e 5 muita autoridade.

A Tabela 05 mostra que todos entrevistados têm algum tipo de autoridade ou flexibilidade para a tomada de decisões sobre o meio ambiente e o turismo, posto que a escala mínimo obtida foi 2, o que representa que o representante pode ter pouca autoridade, mas nenhum dos entrevistados mencionou que tem nenhuma autoridade sobre este tipo de decisões. Sendo assim, para estes entrevistados a autoridade para tomar decisões é pouca, visto que, algumas decisões dependem de vereadores; da própria política partidária que beneficiam aqueles que são do mesmo partido político que eles e de órgãos estaduais e federais como IDEMA e IBAMA. Além disso, verifica-se que a principal limitação de flexibilidade são impostas pela própria prefeitura na figura do prefeito. No que tange a média percebe-se que foi de 3,35, o que significa que os entrevistados têm autoridade limitada nas decisões que compreendem o turismo e o meio ambiente.

Em suma, observa-se que os gestores públicos municipais de turismo e meio ambiente entrevistados são em maioria do sexo feminino. Além disso, a maioria dos entrevistados são secretários ou coordenadores de turismo e/ ou meio ambiente, porém o município de Touros tem um representante de outro setor que temporariamente tem representado o turismo e o meio ambiente. A maior parte dos entrevistados tem menos de dois anos que ocupam o cargo de representante de turismo e meio ambiente, tendo um bom nível de escolaridade, aprimorando seus conhecimentos de turismo e meio ambiente por meio de participação de cursos que tratem sobre essas questões. No que tange a utilização de fontes de informação sobre as práticas ambientais verifica-se que deveriam ser mais utilizadas pelos entrevistados. Quanto ao nível de autoridade percebe-se que os representantes públicos de turismo e meio ambiente têm autoridade limitada nas decisões sobre turismo e meio ambiente. Outro fator percebido é que alguns

entrevistados mencionaram que existem esferas de nível municipal, estadual e federal afetam diretamente ou indiretamente na aprovação ou não das decisões que os representantes públicos de turismo e meio ambiente desejam tomar.

Na média pode-se dizer na base das respostas dos entrevistados que as condições se encontram razoavelmente bem, mas observa-se ainda muito espaço para melhorar, uma vez que se trata da competitividade do destino turístico.

4.1.2 Perfil dos representantes públicos estaduais

Os representantes públicos estaduais influenciam nas decisões da esfera pública municipal, pois os recursos financeiros e técnicos, em boa parte, advêm do Estado para a implementação de práticas ambientais ou mesmo para projetos de turismo, representando elos entre o Estado e os municípios nas áreas de meio ambiente e turismo. Por essa razão, torna-se necessário para o estudo conhecer o perfil dos representantes públicos estaduais de turismo e de meio ambiente.

Foram entrevistados dois homens, sendo um o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA que nesse caso trata-se de um cargo inerente ao meio ambiente há oito meses e um Subsecretário do PRODETUR que é representante da Secretaria Estadual de Turismo e ocupa esse cargo há quarenta e oito meses. Os dois representantes possuem educação formal em nível de pós-graduação.

O Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) afirma que participa pouco de cursos que lidem com turismo mas participa muito de cursos que tratem sobre as questões ambientais. Já o Subsecretário do PRODETUR (2010), diz que participa muito de cursos que tratem sobre o turismo, porém participa razoavelmente de cursos de tratem sobre meio ambiente. Assim, pode-se perceber que cada um deles mostra um interesse maior por cursos que tratem das suas áreas específicas, mas o Subsecretário do PRODETUR, busca suprir sua carência em meio ambiente, procurando utilizar bastante fontes de informações sobre as práticas ambientais, bem como o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação que também utiliza tais fontes na mesma medida.

No que concerne ao nível de autoridade ou flexibilidade sobre as decisões inerentes a turismo e meio ambiente, o Subsecretário do PRODETUR (2010) e o Coordenador do Núcleo de

Unidades de Conservação (2010) acreditam que têm autoridade para tomada de decisões, podendo exercer suas funções em prol do turismo ambientalmente sustentável.

Em síntese, observa-se que os representantes públicos estaduais estudados possuem um alto grau de escolaridade, sendo que o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) está a pouco tempo nesse cargo, enquanto que o Subsecretário do PRODETUR (2010) se encontra há mais tempo no cargo que ocupa. Assim, percebe-se que os dois têm participado mais de cursos específicos de sua área, porém o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA tem participado menos de cursos que tratem sobre o turismo. No entanto, os dois gestores buscam se atualizar sobre as questões ambientais através de fontes de informação que tratem sobre o assunto. Sendo assim, os dois utilizam tais informações para tomar decisões inerentes ao turismo e meio ambiente, por terem autoridade para isso.

4.2 Grau de importância do meio ambiente para os representantes públicos de meio ambiente e de turismo

O turismo é uma atividade que se utiliza dos recursos naturais para se desenvolver como atividade econômica. Nesse contexto, o presente estudo foi realizado no Pólo Costa das Dunas que é uma região que tem localidades turísticas situadas na área litorânea, compreendendo áreas de preservação ambiental, áreas de dunas, falésias, rios, lagoas e mares.

Nesse sentido, como este estudo vem a conhecer os fatores que contribuem para o sucesso ou o insucesso do poder público municipal no planejamento do turismo ambientalmente sustentável no referido pólo, o meio ambiente se constitui em um dos fatores a ser analisado. Nessa perspectiva, o grau de importância que o representante público atribui ao meio ambiente deve influir no sucesso do destino sobre o meio ambiente.

Dessa forma, o Ministério do Meio Ambiente (2010) busca assessorar as prefeituras e as secretarias municipais quanto à relevância do meio ambiente natural para que estes formem um Conselho Municipal de Meio Ambiente de modo a elaborar políticas públicas ambientais no município, fiscalizar o cumprimento delas e promover a educação ambiental. Além disso, o mesmo órgão mostra que o Conselho Municipal de Meio Ambiente também pode opinar sobre os aspectos de políticas estaduais e federais que tenham impacto no município. Sendo assim, se faz necessário que as secretarias de turismo e meio ambiente se conscientizem quanto a essas

questões, buscando envolver outros segmentos da sociedade como secretarias municipais de saúde, educação, obras, planejamento; câmara de vereadores; sindicatos; entidades ambientalistas; associações de bairros e instituições de pesquisa, dentre outros.

Destarte, percebe-se que essa posição dos gestores públicos de meio ambiente e de turismo em relação ao meio ambiente natural se faz necessário para evitar que o destino turístico, segundo Ruschmann (1999), Kobal (2000) e Fonteneles (2007) sofra impactos negativos como:

- Excesso de veículos motorizados, que contribuem com a poluição sonora e a permeabilidade e compactação do solo;
- Poluição dos locais de *campings* e áreas de piquenique pela coleta inadequada de lixo;
- Destruição da paisagem natural (flora), das áreas agropastoris e da fauna;
- Congestionamentos, que impõem a sobrecarga aos serviços de infra-estrutura e de entretenimento e danos consideráveis ao meio ambiente, e
- Impactos da hotelaria e caça e pesca ilegal, em locais e épocas proibidas.

Assim, para medir o grau de importância que os representantes públicos de turismo e de meio ambiente atribuem ao meio ambiente foi observado quais as informações que os gestores públicos têm sobre a legislação ambiental. Além disso, como está sendo o nível de colaboração e integração dos municípios para com os órgãos estaduais e federais que lidam com o meio ambiente, verificando a integração deles com IDEMA, IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, dentre outros. Ademais, foi observado onde estão sendo feitos os investimentos nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística, de modo a buscar conciliar turismo e meio ambiente.

No que concerne ao fato do Pólo Costa das Dunas poder continuar a ser um destino turístico procurado foram verificadas as ordens de importância de elementos como: meio ambiente, infra-estrutura turística, mão-de-obra qualificada, segurança, serviços de saúde, acesso aos atrativos e beleza da cidade.

No que tange ao conhecimento dos gestores públicos de meio ambiente e de turismo sobre a legislação inerente ao meio ambiente para se gerir um destino de forma sustentável pode-se observar a diversidade de informações sobre a legislação ambiental por municípios do Pólo Costa das Dunas na Tabela 06. Percebe-se que os municípios que utilizam as mais diversas fontes de informações sobre a legislação ambiental são: Arez, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do

Amarante, visto que nessas localidades foram citadas cinco fontes de informações sobre meio ambiente. Na visão dos gestores públicos municipais a maior incidência de informações de legislação ambiental advém, em grande parte, da Secretaria de Meio Ambiente que repassa para as Secretarias de Turismo, ou mesmo do IDEMA e IBAMA que passam informações tanto para a Secretaria de Meio Ambiente, quanto para a de Turismo.

TABELA 06- Diversidade de fontes de informações sobre a legislação ambiental por município

Informações sobre a legislação ambiental	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Informações da Secretaria de Meio Ambiente ou do IDEMA ou IBAMA	10			1		1	1	1	1		1	1		1			1		1
Criação de políticas públicas dentro das leis / desenvolvimento de conselhos	8	1	1						1		1			1	1	1	1		
Plano Diretor	6		1						1	1						1	1	1	
Código de Meio Ambiente	5					1				1	1			1					1
Oficinas e audiências	3		1						1			1							
Importância do desenvolvimento do turismo sustentável	3		1								1								1
Licenciamento Ambiental	3			1	1									1					
Normas Ambientais	3					1					1								1
Código de Obras	3														1				1
Lei de recursos sólidos e de saneamento ambiental	2	1																	1
Resoluções do CONAMA ou decretos	2	1					1												
Fundo ambiental	2								1					1					
Coleta Seletiva	1	1																	
Lei de recursos hídricos	1	1																	
Informações da Secretaria de Saúde	1							1											
Auditorias ambientais	1															1			
Informações de ONG's	1																1		
Total de respostas por município	55	5	4	2	1	3	2	2	5	2	5	2	0	5	2	3	4	4	4

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Para que o IDEMA possa passar informações sobre a legislação ambiental aos municípios, o seu corpo técnico está constantemente se atualizando sobre as legislações, principalmente o pessoal do licenciamento ambiental que necessita estar ciente de modelos dos planos diretores ou de legislações municipais de outros municípios brasileiros para que possa-se fazer adaptação para os municípios do pólo (COORDENADOR DO NÚCLEO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO IDEMA, 2010).

Vale salientar que os órgãos estaduais de turismo como no caso da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), segundo o Subsecretário do PRODETUR, também vêm se informando sobre as legislações ambientais participando da discussão de elaboração de planos de manejo para Áreas de Proteção Ambiental (APA's), legislação turística e planos diretores dos municípios. Nesse contexto, observa-se que o conhecimento inerente as legislações ambientais são formas dos gestores públicos buscarem reduzir os impactos negativos e promover o desenvolvimento turístico nesse destino, levando em consideração alguns itens apresentados pela OMT (2003) como: padrões de projetos, padrões ambientais e zoneamento.

Nesse contexto, Magalhães (2002) sugere que para realizar o zoneamento das práticas turísticas locais necessita haver no destino turístico um Plano Diretor na perspectiva de ordenar melhor tais práticas e definir normas e procedimentos para disposição do agrupamento funcional das instalações e das atividades turísticas. Dessa maneira, Magalhães (2002) assegura que tal plano ainda pode ser um modo de proteger os ambientes naturais e culturais do município.

No que tange a visão das autoridades públicas municipais, o desenvolvimento de conselhos é um outro fator que tem contribuído para uma maior discussão das leis ambientais, criando políticas públicas que estejam em consonância com tais leis. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010) sugere que a criação das políticas públicas dentro das leis é uma das funções básicas para fiscalizar o cumprimento das normas ambientais e o desenvolvimento dos conselhos, já que estes são organismos que vêm a contribuir recebendo e apurando denúncias da população sobre a degradação ambiental, de forma a repassar para a prefeitura ou mesmo órgãos estaduais e federais tomarem providências.

Nesse sentido, também foi medido o nível de colaboração e integração dos órgãos estaduais e federais para fiscalizar o cumprimento das leis ambientais por municípios. A Tabela 07 mostra que o município que tem integração e colaboração com o maior número de órgãos estaduais e federais é Extremoz, uma vez que foram citadas sete modos de integração. Enquanto

que em seguida vem Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Macaíba, Parnamirim e Tibau do Sul com seis formas de integração e colaboração com tais órgãos.

TABELA 07- Nível de colaboração e integração dos órgãos estaduais e federais para lidar com o meio ambiente por município

Nível de colaboração e integração dos municípios para com os órgãos estaduais e federais para tratar das questões ambientais	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Parceria com o IDEMA	14	1	1	1	1	1	1		1	1	1			1	1	1	1	1	
Parceria com o IBAMA	13	1	1	1	1	1	1		1	1	1			1	1		1	1	
Palestras, reuniões e cursos	7		1	1			1		1			1		1			1		
Fiscalização e denúncias	7	1		1		1	1	1									1		1
Secretaria de Planejamento da União (SPU)	5		1						1		1					1		1	
Período de defesa da caça, pesca e caranguejo, controle florestal	4			1		1										1	1		
Comitê ou conselho gestor	4		1			1					1								1
Licenciamento Ambiental	3			1					1										1
Plano Diretor	3									1				1					1
Coleta seletiva	2	1						1											
Acompanhamento do Ministério Público	2	1			1														
Planejamento Estratégico e diagnósticos ambientais	2					1	1												
EMATER	1		1																
Inventário	1					1													
Parceria com a UFRN	1	1																	
Ministério do Meio Ambiente	1						1												
Fundo Municipal de Meio Ambiente	1										1								
Equipe Técnica multidisciplinar	1										1								
Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPU)	1														1				
Projeto Orla	1																		1
Secretaria de Obras, Saneamento Ambiental e de Tributação	1																		1
Total de respostas por municípios	75	6	6	6	3	7	6	2	5	3	6	1	0	4	3	3	5	6	3

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

* Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Essa integração e colaboração têm sido realizada principalmente junto ao IDEMA e IBAMA que, segundo os entrevistados de alguns municípios, têm se constituído em parcerias que contribuem com o corpo técnico que fornece informações por meio de orientações em palestras e cursos ou mesmo com trabalhos realizados nos municípios. Entretanto, os municípios também colaboram com o IDEMA e IBAMA na medida em que recebem denúncias da população e buscam fiscalizar as áreas ambientais frágeis para repassar informações aos órgãos ambientais estaduais e federais, posto que algumas atribuições não são de competência do município, mas apenas de tais órgãos.

O Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) diz que esse papel fiscalizador do município para com os órgãos estaduais vem a colaborar com o trabalho do IDEMA, posto que parte dos municípios do Pólo Costa das Dunas estão situados em unidades de conservação estaduais administradas do IDEMA, que enquanto órgão gestor executa a política estadual de meio ambiente. As Unidades de Conservação, segundo, Mowforth e Munt (2003), podem ser categorizadas como parques nacionais, reservas biológicas, áreas de belezas naturais bem conhecidas e locais de interesse científico. Dessa maneira, o IDEMA busca gerir tais unidades de conservação no sentido de conservar o meio ambiente natural e quando possível desenvolver algum tipo de atividade em tais áreas.

No que concerne ao Subsecretário do PRODETUR (2010) menciona que essa colaboração entre órgãos estaduais de meio ambiente e os municípios desse Pólo turístico se faz necessária, visto que não tem como se dissociar turismo do meio ambiente, pelo fato da conservação do meio ambiente se constituir no principal produto que o destino vende. Por essa razão, quando há reuniões do Pólo Costa das Dunas, é colocado assento para o IDEMA para que possa opinar e contribuir para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável da região do Pólo.

As reuniões realizadas no Pólo Costa das Dunas contribuem para o desenvolvimento de alguns municípios através de incentivos financeiros, sendo que no se refere às questões ambientais percebe-se que os incentivos são mais nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) e em Plano Diretor, conforme notou-se na Tabela 08.

TABELA 08- Prioridade, segundo o custo-benefício, em investir nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística por município

Prioridade de investimento nas questões ambientais	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Áreas de Reserva Legal (ações de reflorestamento e trilhas)	9	1	1	1		1					1					1	1	1	1
Educação Ambiental nas escolas / campanhas educativas	5	1		1	1			1			1								
Coleta seletiva /limpeza	5	1		1											1	1			1
Plano Diretor	5		1			1			1		1		1						
Ecoturismo / turismo sem agredir o meio ambiente	5					1	1		1		1						1		
Projetos / planos / estudos ambientais	5					1			1		1							1	1
Despoluição dos rios / saneamento	4			1										1		1			1
Corpo técnico / pessoas especializadas	4						1				1			1				1	
Setor social	3				1				1		1								
Saúde	2				1			1											
Código de Meio Ambiente	2					1											1		
Projeto Orla	2		1																1
Fiscalização para coibir degradações ambientais	2						1		1										
Sumidouros	1			1															
Semana do Meio Ambiente	1	1																	
Total de respostas por municípios	55	4	3	5	3	5	3	2	4	1	6	1	0	3	1	3	3	3	5

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Na Tabela 08 foi notado que os gestores de Parnamirim dizem que têm aplicado seus recursos nas questões ambientais, pois foram mostrados seis modos de investimento, como em:

- Área de Reserva Legal, como no caso do Cajueiro de Pirangi que trata-se de um patrimônio natural que o município busca conservar, uma vez que se tornou atração turística;
- Campanhas educativas nas escolas;
- Turismo sem agressão ao meio ambiente, devido ao Cajueiro e as áreas litorâneas do município, como Pirangi e Cotovelo;
- Projetos ambientais para estudos na área que está compreendida no município;
- Corpo Técnico competente ou pessoas especializadas para gestão do meio ambiente natural, sendo inclusive a Secretaria de Meio Ambiente composta por 70% de pessoas de cargos efetivos; e
- Setor social através do envolvimento da população local em algumas atividades relacionadas ao meio ambiente.

Em seguida, ficou Canguaretama, Extremoz e Touros que dão prioridade a cinco itens de investimento como Áreas de Reserva Legal pela Reserva Ecológica de Juarez Ribeiro em Canguaretama, pelas áreas de dunas de Extremoz como, por exemplo, Jenipabu, e pelas áreas de praia de Touros. A Secretaria de Meio Ambiente de Canguaretama tem incentivado a educação ambiental nas escolas do município para tentar frear o descaso com os recursos naturais da cidade. Apesar disso, percebe-se que a Secretaria de Turismo de Canguaretama não tem um foco voltado para o turismo ambiental, pois a ênfase do turismo é em eventos segundo a entrevista com o Coordenador de Turismo de Canguaretama (2010).

Outros setores de investimento dos municípios de Canguaretama e Touros são em coleta seletiva e saneamento. Já Extremoz tem uma prioridade maior em investimentos no Plano Diretor e no Código de Meio Ambiente, de modo a fazer adaptações nesses documentos em consonância com o turismo e o meio ambiente.

No que tange a Touros, o representante de turismo e meio ambiente afirmou que o município também tem investido no Projeto Orla. Já Canguaretama tem incentivado que os

moradores construam sumidouros como uma alternativa até que o saneamento básico esteja totalmente instalado.

No que concerne as principais prioridades para investimentos em âmbito regional na visão dos municípios nota-se que foram em Áreas de Reserva Legal, na perspectiva de reflorestar algumas áreas de conservação ambiental já devastadas e realizar a abertura de trilhas nas Unidades de Conservação para visitação. Em seguida, estão sendo realizados investimentos em educação ambiental, coleta seletiva, plano diretor, ecoturismo e projetos ambientais.

Na visão dos gestores públicos estaduais como o Subsecretário do PRODETUR (2010) e o Coordenador do Núcleo de Conservação Ambiental do IDEMA (2010) o PRODETUR é um programa que tem investido nas questões ambientais, fazendo a base cartográfica do Pólo Costa das Dunas que permitiu encontrar as áreas frágeis através de fotografias por vias aéreas, visto que 80% das unidades de conservação se encontra no litoral costeiro. Além disso, o mesmo programa tem investido em saneamento, revitalização de rios, urbanização de praias, Plano Diretor de resíduos sólidos e Plano Diretor para ordenamento do uso e ocupação do solo nas cidades.

Destarte, pode-se perceber que a Tabela 08 mostra três fatores que são o econômico, político e o ambiental, fazendo uma relação entre eles e mostrando a forma como cada localidade, através de seus governantes, prioriza a aplicação dos seus recursos para tratar das questões ambientais. Sendo assim, vale lembrar que esses fatores, bem como outros (culturais, espacial, social), foram citados por Sachs (1997) como forma de colaborar com o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

Pode-se dizer que também existem elementos em que são dados mais importância do que outros para que o destino turístico se torne procurado. Nesse sentido, percebe-se que apesar dos municípios do estudo ser todos pertencentes ao Pólo Costa das Dunas, cada um deles atribuem diferentes ordens de importância para os tais elementos. Entretanto, há concordância entre alguns municípios quanto à ordem de importância de alguns elementos.

Diante disso, nota-se que a opinião dos respondentes sobre a ordem de importância dos elementos para que o destino se torne cada vez mais procurado é verificada por instância, ou seja, separando os dados da esfera municipal e estadual na Tabela 09. Percebeu-se que na esfera municipal e estadual o que obteve maior média foi Meio Ambiente, sendo respectivamente 5,15 e 7,0. Todavia, verifica-se que na esfera estadual, os dois entrevistados colocaram essa categoria

como sendo a mais importante, enquanto que na municipal tal categoria as respostas variaram, podendo estar entre a segunda ou a terceira mais importante.

TABELA 09- Importância dos elementos por instância para um destino turístico se tornar procurado por instância

Elementos para que o destino se torne procurado	Nível de instância do respondente					
	Municipal		Estadual		Total	
	Média*	Número de respostas	Média*	Número de respostas	Média*	Número de respostas
Meio Ambiente (arborização, saneamento básico e coleta de lixo)	5,15	26	7,0	2	5,29	28
Infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências e entretenimento)	5,12	26	5,5	2	5,14	28
Mão-de-obra qualificada	3,96	26	2,5	2	3,86	28
Segurança	3,69	26	3,0	2	3,64	28
Serviços de Saúde	3,5	26	2,0	2	3,39	28
Acesso aos atrativos	3,27	26	2,5	2	3,21	28
Beleza da Cidade	3,23	26	5,5	2	3,39	28

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma ordem de 1 a 7, onde o número 1 representa o menos importante e o 7 o mais importante.

No que concerne a beleza da cidade, verificou-se nas respostas dos representantes públicos municipais a média foi de 3,23, enquanto que a esfera estadual ficou com uma média de 5,5, ou seja, os gestores estaduais consideram a beleza da cidade mais importante do que os gestores municipais.

Nesse contexto, vale mencionar que a beleza da cidade é um elemento importante segundo Ruschmann (1999), Kobal (2000) e Fonteneles (2007), posto que quando há impactos estéticos sobre a paisagem como, por exemplo, com as construções de edifícios em locais indevidos há um comprometimento da parte estética da cidade. Assim, Magalhães (2002) aponta que para o melhor ordenamento das instalações ou construções em uma localidade é necessário se ter um Plano Diretor.

Destarte, os gestores públicos municipais podem ser separados em grupos de acordo com suas percepções de importância pelos elementos que colaboram para o destino se tornar procurado. Constatou-se através da Tabela 10 que se divididos em grupos os representantes municipais, verifica-se que o primeiro grupo que são de 9 pessoas, constitui-se em um grupo

formado pelas importâncias atribuídas aos serviços e estrutura básica, posto que as médias maiores foram em, os serviços de Saúde (4,7), Mão-de-Obra Qualificada (4,1), Segurança (4,2) e Meio Ambiente (5,9). Enquanto que o segundo grupo é formado por 8 pessoas e nomeado, serviços e estrutura turística, sendo que o grupo atribuí mais importância a infra-estrutura turística (6,2), acesso aos atrativos (4,5) e beleza da cidade (4,2). Contudo, percebe-se que apenas 17 municípios se encaixaram nesses grupos, mas um município como o de Rio do Fogo não se encaixa em nenhum desses grupos por não ter participado da pesquisa.

TABELA 10- Importância dos elementos para que o destino turístico se torne procurado segundo os municípios

Elementos que colaboram para que o destino se torne procurado	Serviços e estrutura básica*	Serviços e estrutura turística*
Serviços de Saúde	4,7	2,3
Mão-de-obra qualificada	4,1	3,5
Segurança	4,2	3,1
Meio Ambiente (arborização, saneamento básico e coleta de lixo)	5,9	4,0
Infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências e entretenimento)	4,3	6,2
Acesso aos atrativos	2,4	4,5
Beleza da Cidade	2,2	4,2
Total de entrevistados por grupos	9	8

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma ordem de 1 a 7, onde o número 1 representa o menos importante e o 7 o mais importante. Sendo realizada análise de conglomerados para separação dos grupos.

Assim, pode-se observar que para parte dos municípios do Pólo Costa das Dunas, os serviços e a estrutura básica são considerados mais importantes, enquanto que para outros municípios, a maior importância está atribuída aos serviços e estrutura turística. Apesar de não fazer a distinção aqui mostrada Dias e Pimenta (2005) e Fonseca (2005) citam que uma preocupação para que o município se torne um produto turístico global é que sejam levados em consideração aspectos advindos de:

- Serviços e estrutura básica como espaços públicos (praças e parques), capacitação profissional, saúde e segurança, e
- Serviços e estrutura turística como hotéis, agências de viagens e restaurantes no desenvolvimento da política municipal de turismo.

Na Tabela 11 os municípios estão classificados conforme as importâncias por eles atribuídas aos elementos. A Tabela mostra que os municípios de Canguaretama, Extremoz, Maxaranguape, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, São Miguel do

Gostoso, Senador Georgino Avelino e Touros colocam maior importância nos serviços e estrutura básica, pois os representantes públicos desses municípios acreditam que se tornarão mais procurados se levarem em consideração: os serviços de saúde, mão-de-obra qualificada, segurança e meio ambiente (arborização, saneamento básico e coleta de lixo).

TABELA 11- Importância dos elementos para que o destino turístico se torne procurado por municípios

Serviços e estrutura básica	Serviços e estrutura turística
Canguaretama	Arez
Extremoz	Baía Formosa
Maxaranguape	Ceará Mirim
Parnamirim	Macaíba
São Gonçalo do Amarante	Natal
São José do Mipibu	Nísia Floresta
São Miguel do Gostoso	Pedra Grande
Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul
Touros	

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma ordem de 1 a 7, onde o número 1 representa o menos importante e o 7 o mais importante. Sendo realizada análise de conglomerados para separação dos grupos.

Nesse contexto, Ruschmann (1999) afirma que o meio ambiente é algo que deve ser trabalhado em paralelo com a atividade turística, de forma a conter a degradação dos recursos naturais que ocorre na forma de degradação da paisagem e poluição do ar e da água, pois o turismo necessita dos elementos da natureza para servirem de atrativos turísticos. Sendo assim, Beni (2007) mostra que tais elementos são: vegetação, fauna, flora, locais de interesse de visitação turística, qualidade da água, praias, falésias, baías, rios, características de paisagem circundante e conformação geológica e morfológica que se constituem para os indivíduos, segundo Ruschmann (1999), em uma maneira de se refugiarem na natureza para fugirem da deteriorização das condições de vida dos grandes conglomerados urbanos.

No que diz respeito aos municípios de Arez, Baía Formosa, Ceará Mirim, Macaíba, Natal, Nísia Floresta, Pedra Grande e Tibau do Sul percebe-se que estes são representantes do grupo de serviços e estrutura turística, uma vez que este grupo colocou itens relacionados ao turismo como sendo os mais importantes para que os municípios se tornarem destinos turísticos procurados. Sendo assim, pode-se dizer que os itens relacionados ao turismo são: infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências e entretenimento), acesso aos atrativos e beleza das cidades.

No que se refere à divisão dos dois grupos observa-se que os interesses de cada um deles têm um foco de políticas mais voltadas para o turismo em si ou para as necessidades de estruturas básicas para a população que iram dar suporte também a atividade turística. Nesse sentido, Beaumont e Dredge (2010) asseguram que a eficácia das políticas públicas de turismo em âmbito local e regional depende de como as estruturas institucionais funcionaram, participando de forma ativa das decisões relacionadas ao turismo.

Na Tabela 12, mostra a importância, na opinião dos representantes dos municípios, que o turista atribui as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar, sendo que a média maior é da esfera municipal (4,08), a qual teve como maioria das respostas bastante importante, enquanto que na esfera estadual a média foi de 3,50, sendo considerada razoavelmente importante.

TABELA 12- Importância que o turista atribui as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar

Nível de instância do respondente	Média*	Número de respostas
Municipal	4,08	26
Estadual	3,50	2
Total	4,04	28

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância que gestores públicos consideram que o turista atribui as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar foi medida em uma escala de 1 a 5, onde o número um representa sem importância e o 5 é muito importante.

Assim, para que o turista leve em conta as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar é necessário primeiro que a população da localidade turística também se conscientize sobre a importância do meio ambiente, pois Fennell (2006) afirma que os indivíduos devem ser educados para que entendam que podem ser afetados pelas adversidades ambientais e climáticas. Dessa forma, pode-se dizer que segundo Beaumont e Dredge (2010) e Amuquandoh (2010) tais indivíduos seriam tanto a comunidade quanto os próprios visitantes que poderiam ser educados por meio de campanhas para o turismo sustentável para turistas e residentes, quanto por meio de programas de educação escolar com a inserção da educação ambiental nas escolas com disciplinas ou palestras voltadas ao meio ambiente para população local. Amuquandoh (2010) ainda assegura que as autoridades devem dar mais atenção a questão da inserção da educação ambiental nas escolas, uma vez que colabora para o desenvolvimento de projetos ambientais, bem como promove, de acordo com Yasarata (2010), a conscientização sobre a conservação do meio ambiente e contribui para cooperação dos atores envolvidos direta e indiretamente no turismo.

Também pode ser observado o pensamento dos gestores públicos sobre a importância que o turista atribui às práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar por municípios na Tabela 13.

Constatou-se que a média 5,0 que foi a maior foram dos municípios de Baía Formosa, Macaíba, Maxaranguape e São José do Mipibu. Enquanto que os municípios de Arez, São Gonçalo do Amarante e Senador Georgino Avelino obtiveram média 4,5. Isso implica dizer que as autoridades municipais são, de modo geral, consciente da importância do meio ambiente para os turistas. Dessa maneira, tais dados relembram o pensamento de Ruschmann (1999), visto que a natureza deve ser conservada para que se tornem atrativos turísticos, pois os visitantes buscam um refúgio na natureza, de forma a fugirem do stress dos conglomerados urbanos, sendo, portanto, o fator ambiental levado em consideração na escolha do destino turístico.

TABELA 13- Opinião dos responsáveis pelo turismo e meio ambiente sobre a importância que o turista atribui às práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar por municípios

Município/ Local	Média*
Arez	4,5
Baía Formosa	5,0
Canguaretama	4,0
Ceará Mirim	3,0
Extremoz	4,0
Macaíba	5,0
Maxaranguape	5,0
Natal	3,0
Nísia Floresta	3,0
Parnamirim	4,0
Pedra Grande	4,0
Rio do Fogo**	
São Gonçalo do Amarante	4,5
São José do Mipibu	5,0
São Miguel do Gostoso	3,0
Senador Georgino Avelino	4,5
Tibau do Sul	3,5
Touros	4,0
Total	4,08

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma escala de 1 a 5, onde o número um representa sem importância e o 5 é muito importante.

**Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Face ao exposto, percebe-se que em uma análise geral constatou-se que na visão dos representantes públicos de meio ambiente e de turismo que eles estão se informando sobre a legislação ambiental, principalmente através de órgãos como IDEMA e IBAMA, vindo a colaborar com os mesmos por meio de fiscalização e denúncias da população que são repassadas a tais órgãos. Assim, observa-se que a prioridade de investimentos nas questões ambientais são em sua maioria em: áreas de reserva legal, educação ambiental nas escolas, coleta seletiva, saneamento, plano diretor, ecoturismo e projetos ambientais. Dessa forma, o meio ambiente, ou seja, a arborização, o saneamento básico e a coleta de lixo foram considerados os elementos mais importantes dentre os outros elementos.

Entretanto, em alguns municípios como Ceará Mirim, Maxaranguape, Nísia Floresta, Pedra Grande e São José do Mipibu foram apresentados alguns fatores de insucesso quanto ao grau de importância do meio ambiente atribuído pelos gestores públicos municipais. Face ao discutido, percebeu-se que o município de Ceará Mirim citou apenas como informações sobre a legislação ambiental o licenciamento ambiental, porém não foi demonstrado conhecimento de outras informações sobre a legislação que trata do meio ambiente. Quanto ao nível de colaboração e integração do município para com os órgãos estaduais que lidam com o meio ambiente, notou-se que Maxaranguape contribui apenas com a fiscalização e o recebimento de denúncias por parte da população, porém não há uma maior contribuição, visto que há alguns conflitos de interesses do IDEMA e os representantes públicos locais, segundo informações do Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Maxaranguape.

Sendo assim, segundo informações advindas do Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Maxaranguape existe uma área onde as dunas invadiram o asfalto e podem levar a ocorrência de acidentes, mas o IDEMA não aceita a retirada da areia desse local. Outra localidade que não tem tido uma boa integração com os órgãos estaduais é Pedra Grande, pois a colaboração esteve somente com a elaboração de um Plano Diretor que ainda se encontra em andamento, posto que segundo a Secretária de Turismo e Meio Ambiente de Pedra Grande (2010) antes não estava sendo realizado nada devido à falta de informações da gestão passada e o fato de até pouco tempo atrás à secretária não saber que a Secretaria de Turismo também era Secretaria de Meio Ambiente. Porém apenas depois foi passada essa informação à Secretária de Turismo e Meio Ambiente que passou a tomar algumas providências para lidar com o meio ambiente como a elaboração de um Plano Diretor que foi o único investimento relativo ao meio ambiente proferido

pela secretária em entrevista. Isso implica na falta de comunicação por parte de quem transferiu o cargo, como de quem passou a ser responsável pelo cargo, deixando que algumas providências pudessem ser tomadas em benefício do município.

Com efeito, pode-se dizer que a falta de compromisso para com a função de gestão dos impactos ambientais negativos pode levar, segundo Sealey e Cushion (2009), a causa de danos irreversíveis as áreas naturais, comprometendo também a própria atividade turística que necessita dos recursos naturais para o seu desenvolvimento.

No que concerne ao município de Nísia Floresta percebeu-se que o investimento também foi para o Plano Diretor e em São José do Mipibu foi para coleta seletiva.

Em resumo, pode-se dizer que os municípios estão cada vez mais buscando o auxílio em informações sobre a legislação ambiental, junto a órgãos estaduais e federais que lidam com as questões ambientais como IBAMA e IDEMA, visto que algumas ações são de responsabilidade destes órgãos nos municípios como, por exemplo, o cuidado com as Áreas de Proteção Ambiental (APA's). Entretanto, cabe aos municípios o compromisso de fiscalizar tais áreas de proteção e receber denúncias da população inerentes a tais áreas. No que tange a prioridade de investimentos nas questões ambientais observa-se que foram investidos recursos principalmente em Áreas de Proteção Legal para abertura de trilhas e ações de reflorestamento; educação ambiental nas escolas; coleta seletiva; Plano Diretor; ecoturismo e projetos ou planos ambientais. Sendo assim, percebe-se que o meio ambiente é considerado o elemento importante, segundo os entrevistados para que o destino se torne procurado, posto que primeiramente deve-se investir em arborização, saneamento básico e coleta de lixo. Em seguida, está a infra-estrutura turística com a construção de hotéis, restaurantes, agências e entretenimento. Desse modo, observa-se que alguns municípios como Canguaretama, Extremoz, Maxaranguape, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino e Touros mostram mais interesse pelos serviços e estrutura básica, posto que informaram como mais importante os seguintes elementos: serviços de saúde, mão-de-obra qualificada, segurança e meio ambiente. Entretanto, outros municípios como Arez, Baía Formosa, Ceará Mirim, Macaíba, Natal, Nísia Floresta, Pedra Grande e Tibau do Sul têm mais interesse na parte de serviços e estrutura turística por acreditarem que elementos como: infra-estrutura turística, acesso aos atrativos e beleza da cidade são importantes para que o destino turístico se torne procurado. No que se refere à importância que o turista atribui as práticas ambientais quando

escolhem um destino para visitar percebe-se que na visão dos gestores públicos o turista considera importante essas práticas.

De maneira geral, nota-se que para o sucesso do Pólo Costa das Dunas como um todo se faz necessário que os gestores públicos dos municípios do pólo se mostrem conscientes sobre a importância do meio ambiente, uma vez que os recursos naturais disponíveis no meio ambiente natural se constituem em produto turístico.

4.2 Fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável

Os fatores humanos podem influenciar no sucesso ou insucesso do planejamento do turismo ambientalmente sustentável em localidades turísticas. Nesse sentido, percebe-se que para medir o sucesso ou insucesso do planejamento municipal foram utilizados como medidas a identificação dos representantes públicos aliados a fatores políticos como descontinuidade das pessoas em cargos públicos, envolvimento das secretarias, envolvimento dos vereadores e dos representantes da política partidária. Nessa perspectiva, observa-se que para medir a influência dos fatores humanos no sucesso ou insucesso dos municípios do Pólo Costa das Dunas foram verificados os níveis de desempenho dos municípios e como este se relaciona com outros fatores relevantes às pessoas responsáveis como o tempo de ocupação do cargo, nível de envolvimento de outras secretarias no planejamento do turismo ambientalmente sustentável, a participação dos gestores públicos de turismo e meio ambiente em cursos que tratem sobre as questões ambientais e sobre o turismo e a utilização de fontes de informação específica que tratem sobre as questões ambientais. Além disso, o presente estudo investigou a influência da política partidária na execução de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável, a colaboração da câmara de vereadores para execução de tais ações e como a descontinuidade de pessoas em posições relevantes tem afetado nas decisões inerentes ao turismo ambientalmente sustentável.

Foi procurado saber sobre o nível de qualificação das pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e meio ambiente dos municípios ou de outra secretaria responsável pelo turismo ambientalmente sustentável, além da frequência com que os representantes públicos de turismo e meio ambiente utilizam fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais. Também, foi analisada a relação entre escolaridade e a forma como o município está

conseguindo tratar sobre as práticas ambientais e o turismo. Ademais, foi medida a relação entre sexo do entrevistado e a opinião sobre o nível em que o município está tratando das questões ambientais.

Começa-se a análise com a opinião dos responsáveis sobre o nível de desempenho dos municípios no tratamento sobre as questões ambientais por município. Notou-se por meio da Tabela 14 que os representantes dos órgãos municipais que acreditam que estão conseguindo obter um maior nível de sucesso nas questões inerentes ao turismo e meio ambiente são: Arez, Natal e Parnamirim. Isso se dá devido ao fato de Arez ter uma ação atuante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente junto a Secretaria Municipal de Turismo, fazendo ações como a cartilha educativa, dia da árvore, Semana de Meio Ambiente e Cooperativa de Reciclagem. Já no que diz respeito à Natal e Parnamirim são cidades maiores que não tem tanta essa ação conjunta das secretarias de turismo e de meio ambiente, porém cada uma das secretarias trabalha de forma autônoma. No caso de Parnamirim, verifica-se que há uma quantidade maior de trabalhadores efetivos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, vindo a colaborar com a continuidade do trabalho nessa secretaria. No que concerne a Natal percebe-se que há técnicos trabalhando na Secretaria Municipal de Meio Ambiente que contribuem para a gestão ambiental no município.

TABELA 14- Nível de desempenho no tratamento sobre as questões ambientais e o turismo por municípios

Município	Nível de sucesso do destino*
Arez	8,5
Baía Formosa	8,0
Canguaretama	5,0
Ceará Mirim	7,0
Extremoz	8,0
Macaíba	8,0
Maxaranguape	4,0
Natal	8,5
Nísia Floresta	7,0
Parnamirim	8,5
Pedra Grande	5,0
Rio do Fogo**	
São Gonçalo do Amarante	5,0
São José do Mipibu	4,0
São Miguel do Gostoso	8,0
Senador Georgino Avelino	6,0
Tibau do Sul	6,0
Touros	4,0
Média	6,69

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

** Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Desse modo, Beaumont e Dredge (2010), afirma que o desenvolvimento do turismo sustentável depende de ações e projetos de estratégias voltadas para a sustentabilidade como, por exemplo, campanhas de educação. Além disso, Ruschmann (1999) expõe que para propor tais ações e projetos faz-se necessário que se realize um planejamento turístico de forma integrada e interdisciplinar, contemplando elementos técnicos, econômicos, físicos e ambientais para satisfação dos atores envolvidos diretamente e indiretamente na atividade turística.

No que tange ao posicionamento do Secretário de Meio Ambiente (2010) e da Secretária de Turismo (2010), o município de Arez ainda não despontou como um destino de muita visitação, porém estão sendo adotadas medidas que levam em consideração as questões ambientais e culturais, mas ainda faltam recursos para investimentos em infra-estrutura turística.

Contudo, Natal e Parnamirim têm suas secretarias compostas por pessoas da área, tendo também mais investimentos por parte de PRODETUR como saneamento, urbanização de praias e projetos de revisão de Plano Diretor em Parnamirim.

No que se refere ao Plano Diretor, Magalhães (2002) assegura que é um detalhe importante a ser levado em consideração pelos destinos turísticos, visto que o Plano Diretor funciona para organização do espaço que possui potencialidades naturais e / ou histórico-culturais expressivas, delimitando as áreas onde serão ocupadas por instalações dos empreendimentos turísticos, resguardando os ambientes físicos e culturais do município.

No que concerne ao Subsecretário do PRODETUR (2010), os municípios do Pólo Costa das Dunas têm uma nota 8 para a forma como estão conseguindo tratar das questões ambientais e do turismo. Enquanto que para o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010), a nota é 6 para o modo como os municípios do pólo estão conseguindo tratar do turismo e do meio ambiente.

Sendo assim, a forma como os municípios estão conseguindo tratar sobre as questões de meio ambiente e de turismo deve ser relacionada com características profissionais dos responsáveis, tais como: a participação dos gestores públicos em cursos de meio ambiente e de turismo, a frequência com que utilizam fontes de informação que tratem sobre as práticas ambientais, o tempo de ocupação do seu cargo, o seu nível de autoridade na tomada das decisões e o envolvimento das outras secretarias responsáveis pelo município.

Das variáveis analisadas, pode-se depreender que quando há um envolvimento das Secretarias de turismo, meio ambiente, transportes e educação e uma maior flexibilidade para que

o gestor consiga tratar das questões ambientais e de turismo de modo desejado o destino pode chegar a alcançar maior índice de sucesso.

TABELA 15- Relação entre o tratamento sobre as questões ambientais e o turismo e alguns itens de envolvimento dos gestores públicos municipais

Itens	Nível de conseguir tratar sobre as questões ambientais e o turismo*
Participação em cursos que tratem sobre o turismo	0,13**
Participação em cursos que tratem sobre questões ambientais	0,09**
Utiliza fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais	0,03**
Tempo de ocupação no cargo	-0,05***
Nível de escolaridade	-0,07***
Nível de flexibilidade ou autoridade para tomada de decisões	0,45**
Nível de envolvimento da Secretaria de transportes	0,47**
Nível de envolvimento da Secretaria de Meio Ambiente	0,40**
Nível de envolvimento da Secretaria de Turismo	0,61**
Nível de envolvimento da Secretaria de Saúde	0,26**
Nível de envolvimento da Secretaria de Educação	0,46**
Nível de envolvimento da Secretaria de Planejamento	0,29**
Nível de envolvimento da Secretaria de Urbanismo ou obras	0,24**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

**Coeficiente de Correlação de Pearson.

***Coeficiente de Correlação de Spearman.

Conforme os responsáveis pelo turismo e meio ambiente o grau de sucesso do destino depende em parte da forma como a política partidária influenciará no planejamento e execução de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável.

A Tabela 16 mostrou que os municípios de Arez, Extremoz e Parnamirim foram os municípios que mais citaram formas de influência da política partidária com três modos de atuação de tal política. Com isso, segundo os gestores públicos dos municípios de Extremoz e Parnamirim, há grande influência nas ações e projetos, porém de forma positiva com investimentos em tais projetos, sendo um fator que contribui para o sucesso desses destinos. Entretanto, em outros municípios como Baía Formosa, São José do Mipibu, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Touros têm se constituído em um fator de insucesso para estes destinos, posto que a política partidária não tem colaborado para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável, por haver influência negativa da esfera estadual, terminando por atrapalhar nas decisões inerentes ao turismo sustentável.

De modo geral, observa-se que há grande influência da política partidária nas ações do poder público municipal em seis municípios, sendo eles: Ceará Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Natal e São Miguel do Gostoso principalmente com propostas e projetos. Entretanto, em outros municípios a política partidária tem se mantido omissa a algumas questões ambientais, não participando da elaboração das políticas públicas voltadas para o meio ambiente, como Baía Formosa, São José do Mipibu, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Touros. O Secretário de Meio Ambiente de Tibau do Sul (2010) revela que a política partidária ou se mantém omissa, ou quando vem a tomar alguma decisão termina por atrapalhar através da influência negativa da esfera estadual, pois quando as pessoas que estão no poder do município não são do mesmo partido político das que se encontram no Estado, na opinião dos responsáveis pelo turismo e meio ambiente há uma barreira para não conceder investimentos para projetos no município, contribuindo para o insucesso do destino.

TABELA 16- Influência da política partidária no planejamento e execução de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável por município

Influência da Política partidária	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Grande influência nas ações	6				1	1	1	1	1							1			
Não tem colaborado / sem participação / omissão nas questões ambientais	5		1												1		1	1	1
Propostas e projetos	5	1				1			1		1					1			
Neutralidade	4	1		1								1		1					
Influência negativa da esfera estadual	4									1		1		1					1
Recursos / investimentos em projetos	4					1	1			1	1								
A política partidária atrapalha	2						1												1
Influência indireta	1	1																	
Influência depende do nível de qualificação do gestor	1										1								
Total de respostas por municípios	32	3	1	1	1	3	3	1	2	2	3	2	0	2	1	2	1	3	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Nesse sentido, o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA concorda nesse ponto com o Secretário de Meio Ambiente de Tibau do Sul, pois quando as autoridades públicas municipais são de partidos diferentes dos gestores públicos estaduais, há um prejuízo com relação aos recursos financeiros disponibilizados para que os municípios realizem projetos. Nesse contexto, Yasarata et. al. (2010) acredita que a transição de um governo a outro de facções políticas diferentes pode influenciar de maneira negativa, impedindo o desenvolvimento do turismo na localidade por não dar andamento aos planos e projetos anteriores.

Todavia, na visão do Subsecretário do PRODETUR (2010) nos municípios ora estudados não há influência nenhuma da política partidária sobre as ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável que vêm ou mesmo podem vir a ocorrer no Pólo Costa das Dunas, pois essas ações são desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo-PRODETUR que quem toma decisões sobre elas é o Conselho do Pólo.

Essa visão está em consonância com Rodrigues (1999), uma vez que para este autor as ações e projetos executivos do PRODETUR são tomadas segundo as necessidades a nível regional, onde se encontram vários municípios, vindo a contribuir para geração de fluxos turísticos significativos que fará com que também se crie uma consciência preservacionista na população diretamente beneficiada, podendo surgir demandas de recuperação de ambientes degradados e ações que evitem alterações ambientais significativas.

No que tange a outro fator político que contribui para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável é a atuação da câmara de vereadores.

Na Tabela 17 percebeu-se que os municípios de Extremoz e Tibau do Sul foram os que obtiveram o maior número de respostas, sendo mostrado cinco formas de cada um deles. Porém, notou-se que em Extremoz a câmara de vereadores tem tido uma atuação mais positiva com aprovação de leis, plano diretor, código de meio ambiente, participação em reuniões e audiências públicas para aprovação de projetos, enquanto que em Tibau do Sul, constatou-se que há aprovação de leis como o Plano Diretor e o Código de Meio Ambiente, mas não estão beneficiando o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável, segundo o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Tibau do Sul (2010), pelo fato dos vereadores participarem pouco e terem aprovado apenas estas leis sem a preocupação necessária dos detalhes do projeto ou lei.

TABELA 17- Nível de colaboração da câmara de vereadores para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável por município

Nível de colaboração da câmara de vereadores	Municípios																			
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros	
Aprovação de leis	8	1			1	1	1		1		1			1						1
Participação de reuniões e conselhos / audiências públicas	7			1		1	1		1		1					1	1			
Plano Diretor	7	1				1		1			1						1	1	1	1
Aprovação de projetos / examina documentos	6			1		1	1		1					1	1					
Ausência de participação	4	1	1					1											1	
Código de Meio Ambiente	3					1					1								1	
Interferência de alguns vereadores para não aprovação de projetos	2			1								1								
Há participação em reuniões, porém é pequena	2									1									1	
Lei orgânica	1																	1		
Aproveitamento de leis inadequadas (sem detalhamento)	1																		1	
Total de respostas por município	41	3	1	3	1	5	3	2	3	1	4	1	0	2	1	1	3	5	2	

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

No que concerne ao nível de colaboração da câmara de vereadores para com os municípios do Pólo Costa das Dunas observa-se que as principais contribuições têm sido com a aprovação de leis; a participação nas reuniões, conselhos e audiências públicas e a aprovação do Plano Diretor dos municípios.

O Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) concorda com essa posição de que os vereadores têm participado de audiências e reuniões, buscando aprovar leis, visto que de acordo com o coordenador, os representantes da câmara têm a consciência de que deve dar a sua parcela de contribuição na questão da sustentabilidade ambiental do turismo.

Contudo, na opinião do Subsecretário do PRODETUR (2010), os vereadores têm tido uma baixa participação, uma vez que atualmente o poder legislativo perdeu seu papel de representar e participar da construção das ações necessárias a sociedade, pois eles estão mais preocupados em ganhar votos do que, necessariamente, pensar no bem estar da população, ou mesmo no turismo ou no meio ambiente. Essa posição dos vereadores em relação às ações na sociedade relembra o pensamento de Hall (2004) quando fala que os políticos tem interesses somente em se auto-promoverem, atendendo aos interesses apenas dos empresários e não estão preocupados com os interesses da população em geral, usando como argumento para ganhar votos o fato de que necessitam dos empresários para gerar emprego e renda a população.

Isso implica em conseqüências para a sociedade em termos sociais, econômicos e ambientais, posto que a câmara de vereadores que deveria se preocupar com essas questões passa a se preocupar principalmente em si mesmos, deixando de pensar como representantes do povo, ou seja, deixando de pensar no coletivo. Dessa forma, pode-se dizer que alguns posicionamentos da câmara de vereadores levam a falta de sucesso do alcance do turismo ambientalmente sustentável para um destino.

Outro problema de caráter político que pode ser visualizado por município é a questão da descontinuidade de pessoas em posições relevantes para tomada de decisões de ações voltadas para o turismo e o meio ambiente.

Na Tabela 18, percebe-se que o município de São Gonçalo do Amarante é o município que tem o maior número de tipos de problemas pela descontinuidade de pessoas, uma vez que a maioria dos cargos é comissionado, portanto quando há troca de pessoas de cargos dentro do município há uma descontinuidade dos projetos ou ações. Isso acontece, em parte, devido à falta de informações da gestão passada, como no caso de São Gonçalo do Amarante, onde o inventário turístico não foi entregue pela gestão passada.

Em seguida, estão os municípios de Parnamirim, Pedra Grande, Senador Georgino

Avelino e Tibau do Sul com a saída de pessoas de cargos comissionados, colaborando para falta de apoio para realização de projetos por uma questão partidária dentro dos próprios municípios, o que leva ao não repasse das informações da gestão passada, segundo informações dos gestores públicos desses municípios.

TABELA 18- Problemas relevantes à descontinuidade de pessoas em posições relevantes por municípios

Problemas relevantes à descontinuidade de pessoas em posições relevantes	Municípios																			
	Frequência	Areá	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros	
Saída de pessoas de cargos comissionados	10	1	1			1					1	1		1	1		1	1	1	1
Descontinuidade ou falta de apoio de realização de projetos ou ações	8		1	1			1				1	1		1				1	1	
Consciência do poder de gestão municipal	5				1	1			1		1								1	
Problemas partidários que são de Estado para municípios	3						1			1				1						
Falta de informações da gestão passada	3											1		1				1		
Demora para aprender a dinâmica do setor turístico	2								1						1					
Continuidade administrativa	1							1												
Falta de integração entre as secretarias	1															1				
Importância de realização de cursos para o quadro efetivo	1																			1
Total de respostas por município	35	1	2	1	1	2	2	1	2	1	3	3	0	4	2	1	3	3	3	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

No que tange a Parnamirim segundo o Secretário de Turismo (2010), há uma preocupação quanto a sua secretaria, pois já faz alguns anos que as campanhas políticas têm prorrogado essa saída do poder, porém se precisar sair poderá haver descontinuidade, podendo trazer prejuízos para continuidade de projetos. Entretanto, a Secretária de Meio Ambiente de Parnamirim (2010) diz que a secretaria de meio ambiente já se encontra em uma situação diferente da Secretaria de Turismo, posto que 70% das pessoas que trabalham na secretaria é efetivo e isso contribui para dar continuidade aos projetos de outra gestão, havendo uma consciência do poder sobre a gestão municipal.

A Secretária de Meio Ambiente de Parnamirim (2010) ainda afirma que dentre as pessoas que trabalham nessa secretaria tanto os efetivos quanto os cargos comissionados são capacitados, tendo cursos de graduação ou mesmo pós-graduação. Nesse sentido, Fonseca (2005) sugere que além dos gestores públicos, a população também deve ser capacitada por meio de cursos básicos que no Rio Grande do Norte estão sendo oferecidos pelo SENAC através do PRODETUR que tinha como uma de suas ações a capacitação de recursos humanos.

No que se refere à Pedra Grande e Senador Georgino Avelino há falta de informações da gestão passada, o que dificulta a continuidade de projetos de tal gestão, uma vez que a troca de pessoas em posições relevantes tem influenciado negativamente, posto que as informações de projetos passados não foram transferidas durante a troca de gestão.

No que concerne a Tibau do Sul o Secretário Municipal de Meio Ambiente (2010), expõe que acredita que nesse município não têm ocorrido muitos problemas quanto ao andamento dos projetos de outros representantes por se ter consciência do poder de gestão municipal. Todavia, na visão da Secretária Municipal de Turismo de Tibau do Sul (2010), quando ocorre descontinuidade de pessoas em posições relevantes pode ser um fator preocupante pelo fato desse município ter falésias, belezas naturais e mata atlântica que se não for dada atenção a esses fatores poderá comprometer esses recursos naturais.

Dessa forma, Mowforth e Munt (2003) e Schianetz et. al. (2007) opinam que para conservar os recursos naturais deve-se levar em conta o planejamento dentro dos critérios de sustentabilidade que prevê a preocupação para com as áreas de proteção ambiental como reservas biológicas, parques nacionais, áreas de belezas naturais, dentre outras, avaliando os impactos

ambientais através da realização de auditorias ambientais com estudo de capacidade de carga e técnicas de participação para inserção da população local.

No que diz respeito, o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) está em comum acordo com o pensamento dos gestores municipais, pois para ele há uma influência negativa quanto a essa questão da descontinuidade das pessoas em posições relevantes, pois o coordenador diz que tudo gira em torno do interesse do governo, independente de quem está assumindo a cadeira de secretário, coordenador e diretor de algum órgão ou instituição.

Nesse sentido, o Subsecretário do PRODETUR (2010), concorda em parte com o posicionamento do representante do IDEMA e dos municípios, posto que para ele nos municípios o que se tem visto ultimamente é que ou os representantes públicos da antiga gestão levam os computadores com as informações embora ou mesmo apagam o HD deles, existindo portanto, uma possibilidade de prejuízo. Entretanto, no Estado há uma maior conscientização em torno da importância das informações deixadas para os futuros gestores, sendo então preparadas todas as informações para que os projetos continuem.

Dessa forma, quando se menciona a questão da descontinuidade de pessoas em posições relevantes e alguns efeitos negativos, percebe-se a conformidade com o pensamento de Yasarata et. al. (2010), onde este assevera que nas transições de um governo a outro, muitas vezes há conflitos políticos que conduzem os governantes a modificarem seus planos federais, estaduais ou municipais, dificultando a continuidade de projetos e planos anteriores que são voltados para o turismo.

Além disso, percebe-se que existem outros fatores que devem ser levados em consideração para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável no destino, como a qualificação profissional das pessoas que atuam nas secretarias de turismo e de meio ambiente.

A Tabela 19 mostra que a maioria dos municípios têm um nível de qualificação baseado em experiência prática e treinamento ou cursos de capacitação para ocuparem a suas posições. Entretanto, em alguns municípios como Macaíba, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul tiveram algumas discrepâncias entre as respostas, visto que alguns entrevistados afirmavam que as secretarias tinham experiência prática e treinamento ou cursos de capacitação, enquanto que outros entrevistados diziam que no município as secretarias responsáveis por turismo e meio ambiente faltam experiência prática e treinamento ou cursos de capacitação,

sendo perceptível a falta de integração entre as secretarias de turismo e de meio ambiente. Quanto a Pedra Grande e São José do Mipibu foram descritas por seus representantes como secretarias que não têm pessoas trabalhando junto a eles com experiência prática e treinamento ou curso de capacitação. Já em São Miguel do Gostoso as pessoas que trabalham na secretaria não têm experiência prática, porém têm treinamento ou cursos de capacitação.

TABELA 19- Nível de qualificação das pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e de meio ambiente ou de outra secretaria responsável pelo turismo ambientalmente sustentável de acordo com cada município

Municípios*	Experiência prática	Treinamento ou cursos de capacitação	Sem experiência prática	Sem treinamento	Total
Arez	1	1			2
Baía Formosa	1	1			2
Canguaretama	1	1			2
Ceará Mirim	1	1			2
Extremoz	1	1			2
Macaíba	1	1		1	3
Maxaranguape	1	1			2
Natal	1	1			2
Nísia Floresta	1	1			2
Parnamirim	1	1			2
Pedra Grande			1	1	2
Rio do Fogo**					0
São Gonçalo do Amarante	1	1			2
São José do Mipibu			1	1	2
São Miguel do Gostoso		1	1		2
Senador Geórgino Avelino	1	1	1	1	4
Tibau do Sul	1	1		1	3
Touros	1	1			2

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Houve discrepâncias entre as respostas em alguns municípios devido a ter mais de um respondente.

** Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Para o Subsecretário do PRODETUR (2010), apenas 50% das pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e meio ambiente têm experiência prática, embora 80% já tenham realizado algum tipo de treinamento ou curso de capacitação. No entanto, na opinião do Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010), somente 20% das pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e meio ambiente possuem algum tipo de experiência prática e treinamento ou curso de capacitação. Face ao discutido, observa-se que nem

todas as pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e meio ambiente possuem treinamento ou capacitação.

Contudo, o PRODETUR II tem como proposta a capacitação de recursos humanos para formar técnicos que possam trabalhar na atividade turística. Assim, tem-se a seguinte questão: Como podem tais secretarias não terem todos os seus funcionários capacitados para gerir o turismo nos seus municípios se o próprio PRODETUR prevê a capacitação daqueles que irão trabalhar com a atividade turística? Responde-se a esse questionamento de maneira que se percebe que alguns cursos desenvolvidos pelo PRODETUR através do SENAC têm o intuito de abastecer o setor privado e outros cursos são voltados para gestão pública. No entanto, apenas teve a realização dos cursos de capacitação na capital e nas localidades próximas a capital, porém em municípios mais distantes ainda não foram realizados tais cursos, uma vez que está previsto a realização deles para 2011 segundo informações adquiridas pelos entrevistados. Mesmo assim, nem todos serão treinados.

O nível de escolaridade dos representantes públicos deve ser analisado no que tange a forma em que o município está conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo.

A Tabela 20 demonstra que os representantes que tinham o segundo grau completo atribuíram notas maiores (7,0) na forma como os municípios do Pólo estão conseguindo tratar das questões ambientais e do turismo, enquanto que os gestores que tinham ensino superior completo ou pós-graduação atribuíam notas menores à forma como o município está conseguindo tratar das questões ambientais e do turismo. Isto sugere que há uma maior exigência por parte dos representantes públicos de maior instrução, quanto a real situação do município no que confere ao turismo ambientalmente sustentável.

TABELA 20-Relação entre nível de escolaridade dos representantes e forma como o município está conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo

Nível de escolaridade	Média de sucesso*	Número de respostas
Primeiro Grau Completo**		
Segundo Grau Completo	7,0	7
Ensino Superior Completo	6,38	8
Pós-Graduação	6,73	11
Total	6,69	26

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

* A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

**Nenhum dos entrevistados tinha apenas o primeiro grau completo.

No que se refere à utilização de fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais pelos representantes de turismo e de meio ambiente dos municípios como forma de adquirir informações para a sustentabilidade ambiental do turismo no destino pode-se verificar a Tabela 21.

TABELA 21- Frequência que os representantes públicos de turismo e de meio ambiente utilizam fontes de informação específica que trate sobre as práticas ambientais

Utiliza fontes de informação sobre as práticas ambientais *	Frequência	% Respostas Válidas
Nunca Utilizou**		
Utiliza Pouco	1	3,8%
Utiliza Razoavelmente	12	46,2%
Utiliza Bastante	5	19,2%
Utiliza Muito	8	30,8%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A frequência de utilização de fontes de informação sobre as práticas ambientais foi medida em uma escala de 1 a 5, onde 1 é nunca utilizou e o 5 é utiliza muito.

** Ninguém indicou esse item como essa resposta.

Constatou-se que 46,2% dos respondentes dizem que utilizam fontes de informação específica sobre as práticas ambientais de maneira razoável, sendo para tanto um fator que merece mais atenção por parte do poder público, visto que a maioria dos municípios está situada em uma região que comporta uma diversidade de recursos naturais que servem de atrativos turísticos. Isso implica dizer que há uma necessidade de melhorar o nível de utilização de fontes de informações sobre as práticas ambientais.

No que concerne aos representantes da pesquisa dos órgãos de esfera estadual do IDEMA e da SETUR as fontes de informação específicas sobre as práticas ambientais são bastante utilizadas pelos municípios. Assim, observa-se que estas fontes de informação sobre as práticas ambientais podem ser descritas na Tabela 22, segundo a visão dos municípios.

A Tabela 22 mostra que o município de Canguaretama foi o que citou mais fontes de informação sobre as práticas ambientais, pois tal município expôs sete fontes que são leis estaduais, federais e municipais, interpretação de leis do CONAMA, Constituição, Código de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, informações de ONG's e outras fontes. Na sequência está Extremoz, onde foram mencionadas seis fontes que são desde internet e sites especializados a leis estaduais, federais, municipais, resolução do CONAMA, informações do IBAMA, IDEMA, ONG's, materiais de cursos da equipe técnica e outras fontes.

TABELA 22- Tipo de fonte de informação utilizada sobre as práticas ambientais

Tipo de fonte utilizada	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macalba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Internet e sites especializados	13	1			1	1	1		1		1	1		1	1	1	1	1	1
IDEMA	7	1	1			1				1						1	1	1	
Revistas/ periódicos / jornais	5						1	1			1	1						1	
Leis (federais, estaduais e municipais)	4	1		1		1			1										
Literatura especializada	4		1			1	1								1				
Oficinas, reuniões e audiências	3										1	1						1	
Materiais dos cursos da equipe técnica	3				1						1						1		
IBAMA	3	1	1			1													
ONG's	2			1		1													
Leis/ Resoluções do CONAMA (interpretações)	2			1					1										
Constituição	2			1													1		
Código de Meio Ambiente	2			1					1										
Ministério do Meio Ambiente	2			1											1				
Imprensa / entrevistas	2							1				1							
Contato com órgãos federais e estaduais / UFRN	2															1			1
Outras fontes	4		1	1					1		1								
Total de respostas por municípios	60	4	4	7	2	6	3	2	5	1	5	4	0	1	3	3	4	4	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Dessa maneira, percebe-se que há uma atuação em termos ambientais nos três municípios que se destacaram com mais informações, sendo notado que essas localidades possuem secretarias específicas para meio ambiente.

Vale salientar que essas informações sobre as práticas ambientais pelos gestores do destino são um dos fatores que contribuem para o sucesso do destino, pois segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), tais informações devem ser utilizadas para a qualidade ambiental da localidade turística, de modo que esta não entre em declínio, uma vez que caso contrário o destino será visto como poluídos ou congestionados.

Partindo dessa idéia pode-se dizer que as fontes de informações como do IDEMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, sites especializados, leis federais e estaduais, assim como leis municipais, planos diretores e códigos de meio ambiente de outros municípios, servem como exemplo para elaboração de planos diretores e códigos de meio ambiente de alguns municípios, de modo a condicionar regras para qualidade ambiental do destino.

Diante das respostas dadas pelos representantes dos órgãos públicos de turismo e meio ambiente sobre o uso das fontes de informação sobre as práticas ambientais constatou-se que a maioria dos municípios utiliza entre três ou mais fontes para buscar informações sobre as práticas ambientais. Isso implica em um fator positivo para os municípios que estão mostrando interesse em relação às práticas ambientais, porém existem municípios que não tem buscado se informar muito sobre as práticas ambientais como aqueles que citaram apenas uma ou duas fontes de informação que no caso são: Ceará Mirim, Maxaranguape, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante e Touros.

A Tabela 23 mostra que dentre os representantes públicos de turismo e meio ambiente as mulheres entrevistadas deram, na média, notas maiores que os homens para a forma como o destino está conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo, pois a média para elas foi de 7,12, enquanto que os homens atribuíram notas menores. Isso implica dizer que os homens têm-se posicionado de forma mais crítica em relação a julgar o sucesso ou insucesso do destino.

TABELA 23- Relação entre sexo do entrevistado e a opinião sobre o nível em que o município está conseguindo tratar das questões ambientais e do turismo

Sexo do entrevistado	Média*	Número de respostas
Feminino	7,12	17
Masculino	5,89	9
Total	6,69	26

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

De maneira geral, existem evidências que os fatores humanos influenciam no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para o turismo ambientalmente sustentável, pois quando há influência política partidária de maneira negativa impede que projetos sejam aprovados por pessoas de partidos contrários como é o caso de alguns vereadores que não são da mesma facção política do prefeito. Além disso, a descontinuidade de pessoas em posições relevantes também pode afetar diretamente na descontinuidade de projetos ou mesmo com a inserção de alguém no cargo que não tenha conhecimento sobre o funcionamento de uma secretaria de turismo ou de meio ambiente.

Ademais, foi observado durante a pesquisa que as pessoas com maior grau de instrução tendem avaliar como menos favorável o desempenho do município, atribuindo notas menores para a forma em que a cidade está conseguindo tratar sobre turismo e meio ambiente da maneira que desejam.

Sendo assim, também foi notado que as mulheres têm atribuído notas maiores do que os homens para o nível de sucesso do destino turístico. Isso implica dizer que os homens têm visto o turismo ambientalmente sustentável de uma forma mais crítica que as mulheres. Entretanto, vale salientar que a maior parte dos representantes públicos municipais utiliza fontes de informação específica sobre as práticas ambientais, porém não em um nível adequado.

Portanto, cabe observar que para o sucesso do destino turístico se faz necessário que estejam à frente das decisões dos municípios pessoas competentes com relação a gestão da cidade e do turismo ambientalmente sustentável na mesma. Contudo, percebe-se que em alguns destinos podem ter um ou dois representantes públicos que buscam fazer algo na tentativa de trazer melhorias quanto ao turismo e ao meio ambiente, porém há outras facções políticas de ordem municipal (vereadores) e estadual (deputados, governadores, dentre outros) que não colaboram para o sucesso desse destino, comprometendo em alguns momentos o trabalho de outras pessoas que têm interesse em fazer algo em prol do desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável no município, levando ao insucesso do destino. Outro fator que contribui com a falta de sucesso do destino é a falta de qualificação de alguns funcionários dos municípios, posto que tal fato leva ao desinteresse pelas questões ambientais devido a falta de conhecimento desses funcionários sobre essa relação entre turismo e meio ambiente. Nesse sentido, pode-se dizer que esse desinteresse por tais questões vem a refletir sobre o uso de fontes de informação específica que trate se as práticas ambientais, uma vez que não tem sido utilizada pelos gestores público.

4.4 Ações das prefeituras para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios

As ações das prefeituras para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios são medidas pelas atuações do poder público municipal. Sendo assim, são identificadas suas ações pelos itens que o município possui como: Plano Diretor; Agenda 21; Inventário Turístico; Plano de Ação para o desenvolvimento do turismo; plano ou código ambiental legalmente constituído; cooperativas ou grupos de reciclagem; grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar do turismo e das questões ambientais e o fato do município possuir ou não um aterro sanitário.

Além disso, observa-se qual é a média de implementação das práticas ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas e como estas práticas se relacionam com o nível em que o município está conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo.

Foi analisada a relação entre as avaliações do nível de sucesso do destino e o fato dos municípios terem ou não, fundo municipal legalmente constituído para promoção da atividade turística, auxílio de investimento financeiro federal ou estadual na área ambiental e ter recebido recursos do PRODETUR. Dessa forma, vem a ser mostrado a forma como o PRODETUR tem colaborado para o turismo ambientalmente sustentável nos municípios. Ademais, serão analisadas as sugestões dos municípios para alcançar essa sustentabilidade.

No que concerne as ações municipais para se atingir a sustentabilidade ambiental do turismo nos municípios são medidas pelo conjunto de componentes que estão distribuídos em cada destino turístico. Na Tabela 24 constatou-se que o município que contém mais itens de infra-estrutura básica e algumas ações ambientais e turísticas é Natal, posto que dos quatorze itens, o município contém treze, faltando apenas o inventário turístico. Em seguida, está o município de Parnamirim com doze itens, que não incluem escolas de nível superior e aterro sanitário. Nesse sentido, pode-se verificar que os dois municípios possuem Plano Diretor para ordenamento do uso e ocupação do solo, Agenda 21, Plano de Ação, Código Ambiental, posto de saúde, hospital público, escolas de nível fundamental e médio, cooperativas ou grupos de reciclagem, grupo, conselho ou associação para tratar de turismo e grupo para tratar das questões ambientais. Nesse contexto, percebe-se que os municípios que tiveram o maior nível de sucesso foram Natal e Parnamirim, visto que obtiveram como maior nota atribuída pelos gestores públicos desses municípios, sendo a maior quando comparada a todos os outros municípios.

TABELA 24-Ações que fazem parte dos municípios do Pólo Costa das Dunas e nível de sucesso desses municípios

Ações municipais	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Posto de Saúde	17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escolas de nível fundamental	17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Escolas de nível médio	17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Plano Diretor	14	1		1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	1		1	1
Hospital público	13	1		1	1	1	1		1		1	1		1	1		1	1	1
Grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar das questões ambientais	12	1		1	1	1	1		1	1	1			1		1	1	1	
Cooperativa ou grupos de reciclagem	10	1		1	1	1	1	1	1		1			1					1
Grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar do turismo	10			1	1	1			1	1	1					1	1	1	1
Inventário Turístico	9	1	1				1	1		1	1					1	1		1
Plano ou código ambiental legalmente constituído	9	1		1			1		1	1	1			1					1
Plano de Ação para o desenvolvimento do turismo	8	1		1	1				1		1			1			1	1	
Escolas de nível superior	8		1	1	1	1	1		1						1				1
Aterro sanitário	6				1	1	1		1					1					1
Agenda 21	5					1		1	1		1								1
Total	155	10	5	11	11	11	11	7	13	8	12	4	0	10	6	7	8	10	11
Nível de sucesso municípios no tratamento do turismo e das questões ambientais conforme avaliações feitas pelos responsáveis**	6,6	8,5	8,0	5,0	7,0	8,0	8,0	4,0	9,0	7,0	9,0	5,0		5,0	4,0	8,0	6,0	6,0	4,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

** A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

Assim, percebe-se que itens como: Plano Diretor, Agenda 21, Código Ambiental e Plano de Ação colaboram para proteger o ambiente físico do destino através do planejamento. Nesse sentido, a OMT (2003) assegura que o ambiente físico no turismo é tido como um fator de sucesso de um destino, baseando-se na qualidade ambiental, uma vez que quando os destinos são vistos como degradados terão dificuldades de manter a atividade turística.

Outro fator que pode ser observado na Tabela 24 é que alguns municípios responderam que possuem aterro sanitário, porém durante entrevista com os representantes desses municípios foi mencionado que o aterro se localiza no município de Ceará Mirim, e eles efetuam o pagamento de uma taxa para depósito do seu lixo nesse aterro, portanto consideram como sendo deles também o aterro. Dessa forma, é interessante perceber que caso o Aterro Sanitário de Ceará Mirim exceda a sua capacidade de carga de lixo, poderá trazer sérios problemas ambientais.

Destarte, Sealey e Cushion (2009) dizem que para evitar danos ambientais irreversíveis são necessárias ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável, de modo a buscar colocar em prática o conhecimento sobre planejamento e meio ambiente.

No que tange a implementação das práticas ambientais nos municípios e sua relação com sucesso verifica-se na Tabela 25.

Constatou-se que quando há contratação permanente ou temporária de um corpo técnico responsável pelo turismo e meio ambiente e quando há realização de algum tipo de auditorias ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados, há uma tendência de ter um nível de tratamento melhor quanto às questões ambientais e o turismo. Nessa perspectiva, Mowforth e Munt (2003) afirma que a auditoria ambiental é uma das ferramentas para sustentabilidade de um destino, pois é uma forma de monitorá-lo por causa das mudanças constantes e rápidas do meio ambiente do destino. Ainda de acordo com a Tabela 25 percebe-se que entre as práticas analisadas a educação ambiental nas escolas é mais fortemente relacionado ao nível do município conseguir tratar sobre as questões ambientais e o turismo, posto que seu coeficiente de correlação é de 0,54. Com efeito, Amuquandoh (2010) diz que a implementação da educação ambiental nas escolas por meio de disciplinas ou palestras voltadas para o meio ambiente tem uma colaboração preventiva quanto aos problemas ambientais, porém é necessário que baseadas nisso as autoridades públicas desenvolvam projetos turísticos ambientais.

Em geral, percebe-se que os níveis de desempenho mais fortes para alcance do sucesso foram: tratamento da educação ambiental nas escolas; a realização de auditorias ambientais para verificar como os recursos turísticos têm sido utilizados e contratação permanente ou temporária de um corpo técnico competente responsável pelo turismo e meio ambiente. Enquanto que os níveis de desempenho mais fracos são: aproveitamento do lixo por meio de reciclagem; criação das leis municipais para proteção do meio ambiente natural; elaboração de mini-cartilhas sobre meio ambiente para serem disponibilizados aos turistas; pesquisa com a população local para que ela possa opinar sobre o uso dos recursos naturais; manual de sensibilização ambiental da população, gestores públicos e empresários; controle sobre a altura máxima dos prédios; participação da população local em audiências públicas sobre turismo e meio ambiente; limitação do número de visitantes a área de proteção ambiental e controle sobre o uso e ocupação do solo. Sendo assim, pode-se dizer que tiveram mais fatores negativos do que positivos nos municípios, levando ao insucesso de tais municípios.

TABELA 25- Correlação* entre o nível implementação das práticas ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas e o nível que eles estão conseguindo tratar sobre as questões ambientais e o turismo

Implementação das práticas ambientais	Nível de sucesso do destino **
Tratamento da Educação Ambiental nas escolas	0,54
Realização de auditorias ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados	0,52
Contratação permanente ou temporária de um corpo técnico competente responsável pelo turismo e meio ambiente	0,45
Aproveitamento do lixo por meio da reciclagem	0,32
Criação de leis municipais para proteção do meio ambiente natural	0,31
Elaboração de mini-cartilhas sobre meio ambiente juntamente com outros municípios para serem disponibilizados aos turistas	0,27
Pesquisa com a população local para que ela possa opinar sobre o uso dos recursos naturais	0,26
Manual de sensibilização ambiental da população, gestores públicos e empresários	0,22
Controle sobre a altura máxima dos prédios para não comprometer a visão dos atrativos	0,14
Participação da população local em audiências públicas sobre turismo e meio ambiente	0,13
Limitação do número de visitantes a área de proteção ambiental	0,10
Controle sobre o uso e ocupação do espaço	-0,21

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Coeficiente de Correlação de Pearson.

**A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

Assim, os níveis de implementação das práticas ambientais podem ser observados por municípios na Tabela 26. Notou-se que os municípios que mais têm implementado práticas ambientais foram Arez, Ceará Mirim e Parnamirim, uma vez que a média geral para estes foi 4,0,

enquanto que o município que menos tem implementado tais práticas foram Senador Georgino Avelino que teve uma média de 1,9 e São José do Mipibu e Tibau do Sul com 2,0.

TABELA 26–Médias da implementação das práticas ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas

Implementação das práticas ambientais	Municípios																		
	Média de implementação das práticas ambientais**	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Ectremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Aproveitamento do lixo por meio da reciclagem	2,2	4,5	2,0	2,0	2,0	2,0	1,5	2,0	2,5	1,0	3,5	2,0		1,5	3,0	2,0	1,5	2,0	2,0
Elaboração de mini-cartilhas sobre meio ambiente juntamente com outros municípios para serem disponibilizados aos turistas	2,0	4,0	1,0	2,0	4,0	2,0	1,0	3,0	3,0	1,0	3,0	2,0		1,0	1,0	2,0	1,0	1,0	2,0
Manual de sensibilização ambiental da população, gestores públicos e empresários	2,6	3,5	1,0	4,0	4,0	2,0	4,0	3,0	2,0	2,0	5,0	3,0		2,0	2,0	1,0	2,0	1,0	2,0
Participação da população local em audiências públicas sobre turismo e meio ambiente	3,9	4,0	3,0	4,0	5,0	4,0	3,5	5,0	4,0	4,0	4,5	5,0		4,0	2,0	4,0	2,5	4,0	3,0
Pesquisa com a população local para que ela possa opinar sobre o uso dos recursos naturais	2,6	2,5	3,0	2,0	3,0	3,5	3,0	2,0	1,5	3,0	4,0	5,0		2,0	1,0	3,0	1,5	2,0	3,0
Controle sobre a altura máxima dos prédios para não comprometer a visão dos atrativos	4,1	3,0	3,0	4,5	5,0	4,0	4,5	5,0	4,5	5,0	5,0	5,0		4,0	1,0	5,0	1,0	5,0	5,0
Controle sobre o uso e ocupação do espaço	4,4	3,5	3,0	4,5	5,0	4,5	5,0	5,0	4,5	4,0	5,0	5,0		4,0	5,0	5,0	1,0	5,0	5,0
Limitação do número de visitantes a área de proteção ambiental	2,5	2,0	3,0	1,0	2,0	3,5	1,5	5,0	5,0	1,0	4,0	4,0		1,0	1,0	1,0	2,5	1,0	4,0
Realização de auditorias ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados	2,5	3,0	3,0	3,0	1,0	2,5	3,0	1,0	5,0	2,0	3,5	2,0		1,5	2,0	4,0	2,5	2,0	2,0
Contratação permanente ou temporária de um corpo técnico competente responsável pelo turismo e meio ambiente	3,3	4,5	3,0	5,0	4,0	5,0	4,0	1,0	5,0	2,0	5,0	2,0		4,0	3,0	3,0	1,5	1,0	3,0
Criação de leis municipais para proteção do meio ambiente natural	3,9	4,5	3,0	5,0	4,0	4,0	4,5	2,0	4,0	4,0	4,5	2,0		4,5	5,0	4,0	3,5	4,0	4,0
Média Total por município	3,0	4,0	3,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,7	2,6	4,0	3,0	0,0	3,0	2,0	3,0	1,9	2,0	3,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

** O grau de implementação do uso das práticas ambientais foi colocado em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nunca utilizado e 5 muito utilizado. Nos municípios onde mais de uma pessoa forneceu informação, o valor tabulado representa a média dos valores de escala.

Dessa forma, percebe-se que Arez tem uma preparação nas práticas ambientais por produzir material voltado para meio ambiente para a população e turistas, bem como tem um aproveitamento do lixo por meio de reciclagem, tendo inclusive um galpão especializado para isso. Além de ter preocupações com o controle sobre o uso e ocupação do solo, assim como leis municipais voltadas para proteção do meio ambiente natural e participação da população em audiências públicas.

No que corresponde a Ceará Mirim observa-se que há um foco maior na participação da população em audiências públicas, controle sobre a altura máxima dos prédios para não comprometer a visão dos atrativos e controle sobre o uso e ocupação do espaço.

Quanto a Parnamirim, tem trabalhado mais com a sensibilização ambiental da população, órgãos públicos e empresários por meio de manuais, controle da altura máxima dos prédios e controle do uso e ocupação do espaço.

No que confere ao município de Senador Georgino Avelino que foi o que obteve médias menores, segundo os representantes de turismo e meio ambiente do município, não tem sido atribuída notas maiores devido alguns itens terem ficado entre nunca utilizados, como a elaboração de mini-cartilhas sobre turismo e meio ambiente para os turistas, controle da altura máxima dos prédios e controle sobre o uso e ocupação do espaço, vindo a confirmar essa falta de controle das duas últimas categorias por falta de um Plano Diretor como pode-se verificar na Tabela 24.

De maneira geral, percebe-se que apesar da maioria dos municípios estarem sendo tratados positivamente com o nível em que consegue tratar sobre turismo e meio ambiente, os níveis de implementação das práticas ambientais são baixos. Sendo assim, pode-se dizer que essa falta de implementação de tais práticas pode estar relacionado, segundo Amuquandoh (2010), a falta de inserção da educação ambiental nas escolas ou em palestras para os gestores.

No que tange a relação entre avaliação do nível de sucesso do destino e o fato de terem ou não um fundo municipal legalmente constituído para promoção da atividade turística, receberem ou não auxílio financeiro federal ou estadual para investimentos na área ambiental e terem ou não colaboração do PRODETUR estão descritos na Tabela 27.

A Tabela mostra que a maior média em fundo municipal legalmente constituído para promoção da atividade turística e as avaliações de sucesso do destino turístico foram 6,94 para não e 6,5 para sim. No que concerne ao auxílio de investimento financeiro federal ou estadual na

área ambiental e o nível de sucesso do destino, a média foi de 8,33 para sim e 6,58 para não. No que tange ao recebimento de recursos do PRODETUR e o nível de sucesso do destino a média foi de 6,95 para sim e 6,0 para não, sendo assim é notável que quanto mais recursos do PRODETUR maior é o nível de sucesso do destino. Assim, conforme as médias de 8,33 em recursos para área ambiental e 6,95 para recursos do PRODETUR, mostram que os que recebem mais recursos julgam ter nível de sucesso mais alto do que os que não recebem.

TABELA 27- Médias entre as avaliações do nível de sucesso do destino turístico por itens de recebimento de recursos

Itens	Média dos grupos*	Nível de sucesso do destino turístico			
		Ordem Avaliação	Sim	Ordem Avaliação	Não
Fundo municipal legalmente constituído para a promoção da atividade turística	6,72	6	6,5	16	6,94
Auxílio de investimento financeiro federal ou estadual na área ambiental	7,46	3	8,33	19	6,58
Recebimento de recursos do PRODETUR	6,48	19	6,95	5	6

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*A importância foi medida em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

De modo geral, observa-se que a média maior foi para auxílio de investimento financeiro federal ou estadual na área ambiental, indicando que quanto maior o investimento na área ambiental, maior será o nível de sucesso do destino turístico.

No que concerne aos representantes dos órgãos estaduais como o Subsecretário do PRODETUR (2010), o Estado também não possui um fundo estadual destinado à promoção da atividade turística e ele acredita, assim como os representantes municipais, que os municípios do Pólo Costa das Dunas não recebem nenhum auxílio financeiro estadual ou federal para investimentos na área ambiental, porém recebem recursos advindos do PRODETUR .

Já no que diz respeito à visão do Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010), há uma concordância com o outro representante estadual quanto ao recebimento de investimentos do PRODETUR. Entretanto, o mesmo discorda dele no quesito do auxílio financeiro estadual ou federal para investimentos na área ambiental, pois para o Coordenador há investimentos. Sendo que para ele tais investimentos estão sendo realizados em São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo com aplicação de recursos em áreas degradadas especificamente em mata ciliar de rios e mananciais mais importantes desses municípios, tendo um convênio e uma cooperação técnica e científica por parte do IDEMA.

O PRODETUR tem colaborado para promover o turismo ambientalmente sustentável por municípios. Na Tabela 28 constatou-se que os municípios que mais têm recebido ajuda do PRODETUR foram Extremoz, Nísia Floresta, Parnamirim e Tibau do Sul, pois apresentaram quatro formas de colaboração do PRODETUR cada um deles, tais como urbanização da orla e sinalização, cursos de capacitação, construção de estradas, inventário turístico, Plano Diretor, projetos de turismo voltados para área ambiental e saneamento ou plano de resíduos sólidos.

TABELA 28- Formas como o PRODETUR tem colaborado para o turismo ambientalmente sustentável por município

Formas de colaboração do PRODETUR	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Urbanização da orla/ sinalização	7				1	1					1	1				1	1	1	
Plano Diretor	6	1	1							1	1	1					1		
Curso de Capacitação	5					1					1					1		1	1
Construção de estradas	5					1		1								1	1	1	
Saneamento/ plano de resíduos sólidos	4	1									1							1	1
Não teve a colaboração do PRODETUR	3			1				1							1				
Não sabe responder	1													1					
Projetos de turismo na área ambiental	2								1	1									
Código de Meio Ambiente	1									1									
Inventário Turístico	1					1													
Discute as necessidades dos municípios	1								1										
Código de Obras	1									1									
Total por municípios	37	2	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	0	1	1	3	3	4	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Vale lembrar que no município de Extremoz, o Secretário de Meio Ambiente (2010) não soube responder sobre a colaboração do PRODETUR por quando ter sido realizada esta entrevista ele estar somente há três meses ocupando esse cargo. Então, a maioria das informações sobre o PRODETUR foi dada pelo Secretário de Turismo (2010).

Entretanto, em outros municípios como Canguaretama, Macaíba e São José do Mipibu os seus representantes públicos afirmam que não receberam ajuda financeira do PRODETUR para o desenvolvimento de projetos ou mesmo para que seja realizada qualquer benfeitoria para o desenvolvimento da atividade turística.

Em contrapartida, o Subsecretário do PRODETUR do Estado do Rio Grande do Norte (2010), disse durante a entrevista, que o PRODETUR tem financiado planos diretores, planos de resíduos sólidos, código de obras e código de meio ambiente, citando inclusive alguns municípios como Parnamirim, Tibau do Sul e Natal como locais onde, por exemplo, estão sendo, executadas obras de saneamento. Mencionou na entrevista até locais que não estão no Pólo Costa das Dunas, porém não foi dito nenhum tipo de projetos ou ações específicas para os municípios de Canguaretama, Macaíba e São José do Mipibu.

No entanto, o Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) em entrevista assegura que o PRODETUR abre espaço para discussões das demandas oriundas dos municípios, injetando recursos e buscando parcerias entre o Estado e os municípios, buscando uma harmonia entre município, Estado e turismo.

Desse modo, o Ministério do Turismo (MTUR, 2007), reforça esse papel de incentivo do PRODETUR que tem como função buscar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado, melhorando a capacidade de gestão de atividades em áreas de expansão e de potencial turístico.

Rodrigues (1999) assevera que as ações e projetos do PRODETUR podem expressar o planejamento turístico em nível regional, contribuindo para geração de fluxos turísticos significativos que fará com que se crie uma consciência preservacionista na população diretamente beneficiada, fazendo aparecer demandas de recuperações ambientais.

Nesse sentido, pode-se dizer que as reuniões do Pólo Costa das Dunas são formas de incentivo a esse desenvolvimento integrado entre os municípios, visto que durante as reuniões têm representantes municipais e estaduais para tomar decisões inerentes à atividade turística. Todavia, é importante mencionar que nem todos os municípios do Pólo Costa das Dunas

possuem cadeiras permanentes nas reuniões para terem o poder de tomar decisões que venham a beneficia-los diretamente.

Um exemplo disso é o município de Macaíba que admite que por mais que esteja inserido no Pólo Costa das Dunas, por ter um foco de turismo voltado para cultura, diferentemente de alguns municípios do pólo é excluído das ações e projetos discutido nas reuniões do pólo.

De modo geral, de acordo com os entrevistados os investimentos têm sido realizados em primeira instância na urbanização da orla e sinalização de sete municípios, como: Ceará Mirim, Extremoz, Parnamirim, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul.

O PRODETUR financiou também os Planos Diretores de algumas cidades, cursos de capacitação, construção de estradas e saneamento.

Nesse sentido, Fonseca (2005) menciona que o PRODETUR tem feito às vezes de uma política urbana e não somente a de uma política de turismo.

Desse modo, fica a seguinte questão para reflexão: É correto que o PRODETUR deve responsabiliza-se por realizar investimentos em setores que não são necessariamente de sua competência como por exemplo é o caso de obras de saneamento básico? Pode-se dizer que há órgãos responsáveis pelas obras de saneamento que não estão cumprindo seu papel, sendo necessário que o PRODETUR realize tais obras, posto que caso contrário o destino pode vir a sofrer problemas ambientais pela produção cada vez maior de esgotos e dejetos advindos de meios de hospedagens e restaurantes, levando o destino turístico ao declínio. Por essa razão, no PRODETUR II foi inserida também a questão ambiental como um dos focos que esse programa deve atuar.

Além das ações já estão sendo tomadas foi pedido aos entrevistados sugestões para que sejam tomadas medidas para se tentar alcançar o turismo ambientalmente sustentável.

No que tange as sugestões para garantir a sustentabilidade ambiental do turismo de modo geral percebeu-se que as mais citadas foram respectivamente: os projetos de sustentabilidade ambiental para realizar a definição de trilhas; investimento do governo estadual e federal; envolvimento dos atores turísticos; educação ambiental e qualificação dos profissionais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que algumas das sugestões, apresentados na Tabela 29, estão em comum acordo com o pensamento dos representantes dos órgãos estaduais, como a do Subsecretário do PRODETUR (2010), que acredita que o envolvimento da população na atividade turística, trará o crescimento do turismo para os municípios, fazendo com que ela seja dona de restaurantes, pousadas. Todavia, também traz a preocupação com questões ambientais quando menciona que deve-se fiscalizar o ambiente no entorno de áreas naturais de forma a não estimular grandes empreendimentos com alta densidade.

TABELA 29- Sugestões dos gestores públicos municipais para garantir a sustentabilidade ambiental do turismo por município

Sugestões para garantir a sustentabilidade ambiental do turismo	Municípios																		
	Frequência	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Projetos de sustentabilidade ambiental/ planejamento ambiental (controle na definição de trilhas)	10	1	1			1	1		1		1			1			1	1	1
Investimento do governo estadual e federal	8				1	1	1	1						1	1		1		1
Envolvimento dos atores turísticos (população, turistas, órgãos públicos e iniciativa privada)	7	1		1						1	1					1			1
Educação Ambiental ou campanhas de conscientização	6						1	1		1	1	1				1			
Qualificação dos profissionais	5			1								1		1			1	1	
Desenvolvimento urbano ordenado e territorial	2	1	1																
Geração de emprego e renda a população	2			1		1													
Formação de um Comitê Gestor Ambiental ou Colegiado de gestão ambiental	2		1								1								
Total por município	42	3	3	3	1	3	4	2	1	2	4	2	0	3	1	2	3	2	3

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

Quanto ao Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010), mostra-se também em comum acordo com os gestores municipais quando opina que tais gestores devem proporcionar o envolvimento dos atores turísticos que são população, turistas e empresários por meio da educação ambiental para com estes atores. Isso implica dizer que a educação ambiental pode contribuir com uma maior conscientização e envolvimento por parte de tais atores, vindo a refletir sobre o sucesso do turismo ambientalmente sustentável.

Destarte, esse pensamento relembra o posicionamento de Beaumont e Dredge (2010) que afirmam que as políticas de turismo devem também inserir em seus objetivos ações e projetos de estratégias voltados a sustentabilidade que são: campanhas de educação para o turismo sustentável, incluindo visitantes, empresários e programas escolares.

Face ao discutido sobre as sugestões para ações das prefeituras para alcançar a sustentabilidade de maneira geral, percebeu-se que alguns municípios possuem um Plano Diretor e os que não possuem se encontram em processo de elaboração. Este plano é importante como forma de tentar implementar práticas ambientais como: controle do uso e ocupação do espaço e controle sobre a altura máxima dos prédios como apresentado na Tabela 26. Alguns municípios possuem grupos para tratar do turismo e das questões ambientais, formando comitês para discussão das reais necessidades do município, vindo a opinar também em audiências públicas.

Outros afirmam ter plano de ação para o desenvolvimento da atividade turística, porém mencionam que não possuem inventário turístico, ou seja, terminam por pular uma etapa do planejamento turístico como é o caso dos municípios de Canguaretama, Ceará Mirim, Natal, São Gonçalo do Amarante e Tibau do Sul, conforme observado na Tabela 24. No que tange ao uso do corpo técnico permanente ou temporário para tratar das questões ambientais e do turismo observa-se que tem sido bastante ou muito utilizado conforme informações da Tabela 26. Além disso, percebe-se através desta mesma Tabela que nos municípios onde são realizadas auditorias ambientais e é tratada a educação ambiental nas escolas têm sido considerados pelos entrevistados como fatores relacionados com sucesso para que tais municípios alcancem a sustentabilidade ambiental do turismo.

Também foi observado que muitos municípios não possuem um fundo destinado a promoção da atividade turística e nem recebe ajuda financeira federal ou estadual para investimentos na área ambiental, ao não ser São Miguel do Gostoso, Touros e Rio do Fogo. Já a maioria dos municípios do Pólo Costa das Dunas recebem auxílio financeiro do Programa de

Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), exceto Canguaretama, Macaíba e São José do Mipibu.

Assim, os entrevistados sugeriram diversas medidas que nas suas opiniões podem auxiliar nas futuras ações das prefeituras dos municípios estudados que são: projetos de sustentabilidade ambiental, investimento do governo estadual e federal, envolvimento dos atores turísticos, educação ambiental, qualificação dos profissionais, desenvolvimento urbano ordenado e territorial, criação de um colegiado de gestão ambiental e criação de um corpo técnico.

4.5 Desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes a atividade turística

Os desafios a sustentabilidade ambiental são problemas que podem influenciar de maneira negativa na atividade turística, inibindo o sucesso do destino turístico. Nesse sentido, pode-se dizer que um desses desafios pode ser a destruição de áreas naturais para construção de hotéis, restaurantes e comércios para criar uma infra-estrutura para receber o turismo ou mesmo abertura de trilhas com uma capacidade de carga superior a que as áreas naturais suportam.

Além disso, há outras atividades que não são do setor turístico cujo impacto influenciam o setor turístico como: a criação de camarão que leva a produção de dejetos em áreas de mangue que geralmente se localizam próximos a rios, causando impactos ambientais; a agricultura que leva a degradação de áreas de proteção ambiental para produção de alimentos e pesca predatória que ocorre geralmente fora da temporada permitida para pesca ou mesmo quando são pescados animais com o tamanho inadequado, não permitindo para tanto, a reprodução dos mesmos, vindo a interferir no cardápio dos restaurantes do destino turístico pela falta de certas espécies de pescados pela extinção dos mesmos.

Outro desafio a sustentabilidade ambiental pode ser a falta de saneamento básico que ocorre em cidades, onde não se teve uma preocupação com saneamento antes do desenvolvimento da atividade turística, que passa a ser esse um fator agravante, posto que com o turismo aumenta a quantidade de pessoas que visitam a cidade, aumentando também a quantidade de dejetos que necessitariam de um saneamento básico.

Um dos problemas que é trazido pelo falta de saneamento é a poluição da água que, devido aos dejetos jogados no mar, rios, lagos e lagoas podem provocar problemas de saúde tanto na população quanto ao visitante. Nesse contexto, se faz necessária à fiscalização dos impactos

ambientais por parte das autoridades competentes municipais que recebem denúncias advindas da população e repassam para a esfera estadual e federal. Sendo assim, como o órgão responsável pelo saneamento básico termina em alguns municípios por não cumprir seu papel, o PRODETUR inseriu em suas propostas o saneamento básico, como forma de tentar minimizar os impactos ambientais negativos e incentivar novos investimentos nas partes do poder público e setor privado.

Outros desafios ambientais são a poluição sonora e visual. Existem ainda mais fatores causadores de degradação ambiental como as empresas que despejam dejetos nos rios, lagos, lagoas e mares que são produtos químicos que causam problemas de saúde; vendedores ambulantes, turistas e moradores locais que são fatores humanos que causam degradação pela produção de lixo diário decorrente dos produtos consumidos. Além disso, há outros fatores também que causam degradação ambiental como: coleta de lixo deficiente; esgotos clandestinos que são jorrados no mar pela falta de saneamento básico; agricultura por causa da área desmatada para produção agrícola; pesca predatória por sua atividade fora da temporada adequada e criação de camarão que causa impactos pela destruição de manguezais para fazer o criadouro de camarões, além dos dejetos deixados por estes animais que trazem problemas ambientais.

Os desafios ambientais gerados pela atividade turística nos municípios conforme as opiniões dos representantes públicos de turismo e meio ambiente podem ser observados na Tabela 30. Percebe-se que a média maior foi para a questão do saneamento básico que foi de 2,75, sendo portanto, próximo de 3 considerado um grande desafio para os municípios do Pólo e os representantes estaduais. Em seguida, vem a destruição de áreas naturais para atividades relacionadas ao turismo, com uma média de 2,61 que está em uma escala de grande desafio. Logo após, está a poluição da água com média de 2,46 e a fiscalização dos impactos ambientais com 2,43, que são escalas consideradas próximas de grande desafio.

TABELA 30- Desafios ambientais gerados pela atividade turística nos municípios

Desafios ambientais	Frequência	Mínimo	Máximo	Média*
Saneamento básico	28	1	3	2,75
Destruição de áreas naturais para atividades relacionadas com o turismo	28	1	3	2,61
Poluição da água	28	1	3	2,46
Fiscalização dos impactos ambientais	28	1	3	2,43
Poluição sonora	28	1	3	1,82
Poluição visual	28	1	3	1,68

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Os desafios ambientais foram medidos em uma escala de 1 a 3, sendo que 1 é para não representa desafio e 3 para representa grande desafio.

Dessa maneira, notou-se que a maior parte dos entrevistados considerou os itens descritos na Tabela 30, um grande desafio, sendo o saneamento básico considerado o mais preocupante. Nesse sentido, o saneamento básico é necessário, posto que segundo Kobal (2000), Ruschmann (1999) e Fonteneles (2007) possibilitará a diminuição de impactos ambientais como esgotos despejados no mar, lagos, rios e cachoeiras.

Os principais fatores que são causadores de degradação ambiental, na percepção das autoridades estão apresentados na Tabela 31. Na Tabela constatou-se que entre os municípios do Pólo, os representantes do município de Senador Georgino Avelino registraram o maior nível de fatores de degradação ambiental, uma vez que é o que apresenta médias maiores em comparação aos outros municípios. A média geral foi de 3,9 para os fatores de degradação ambiental, por se aproximar mais da média 4, ou seja, segundo os entrevistados desse município é muito importante se ter atenção a esses fatores por estarem em alta escala de degradação nessa cidade.

Em seguida, estão os municípios de Pedra Grande, São Gonçalo do Amarante e Touros com uma média de 3,7 que é uma média alta, mostrando que existem muitos fatores de degradação ambiental.

Assim, em uma análise dos itens de degradação ambiental percebeu-se que os que obtiveram nota 5 em mais de um item, correspondente a mais importante possível, necessitam de uma maior atenção por parte do poder público como a coleta de lixo deficiente, os esgotos clandestinos e a criação de camarão. Nesse sentido, em algum grau ou outro, todos são fatores de degradação, sendo esgotos clandestinos o mais importante. Desse modo, Ruschmann (1999), Kobal (2000) e Fonteneles (2007) asseguram que tais esgotos gerados pela atividade turística na localidade turística são geralmente despejados no mar, lagos, rios e cachoeiras gerando problemas ambientais.

No que concerne a visão do Subsecretário do PRODETUR (2010) percebe-se que há uma preocupação do mesmo acerca dos esgotos clandestinos e da coleta de lixo deficiente, pois ele atribuiu nota 5 para estas causas de degradação, assumindo a mesma posição de alguns representantes municipais. Quanto ao Coordenador do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA (2010) atribuiu nota 5 a coleta de lixo deficiente e a criação de camarão, também estando em comum acordo com alguns representantes municipais.

Nesse caso, observa-se que os representantes públicos estaduais estão cientes dos causadores de degradação ambiental nos municípios do Pólo Costa das Dunas.

TABELA 31- Média dos fatores causadores de degradação ambiental por município

Fatores de degradação ambiental	Municípios																		
	Media por fator na região	Arez	Baía Formosa	Canguaretama	Ceará Mirim	Extremoz	Macaíba	Maxaranguape	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	Pedra Grande	Rio do Fogo*	São Gonçalo do Amarante	São José do Mipibu	São Miguel do Gostoso	Senador Georgino Avelino	Tibau do Sul	Touros
Empresas	3,4	3,0	3,0	3,5	4,0	4,0	4,0	2,0	3,0	3,0	4,5	4,0		4,5	3,0	3,0	3,0	4,0	3,0
Vendedores ambulantes	2,7	2,5	1,0	1,5	1,0	3,5	4,0	2,0	3,5	3,0	3,5	4,0		2,5	2,0	4,0	3,0	3,0	2,0
Coleta de lixo deficiente	3,8	5,0	1,0	2,5	3,0	3,5	2,5	5,0	4,0	5,0	3,0	5,0		3,5	3,0	5,0	4,5	5,0	4,0
Turistas	2,9	3,5	2,0	2,0	1,0	3,5	1,5	3,0	3,0	2,0	4,0	4,0		3,0	1,0	4,0	4,5	3,0	4,0
Esgotos clandestinos	4,2	4,0	4,0	4,0	2,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5	4,0		4,0	5,0	3,0	4,5	3,5	5,0
Moradores locais	3,2	3,5	3,0	3,5	1,0	3,0	3,5	5,0	2,5	3,0	4,0	3,0		4,5	3,0	3,0	3,0	2,5	4,0
Agricultura	2,9	4,0	2,0	1,0	2,0	3,0	3,0	3,0	1,5	2,0	2,5	3,0		3,5	3,0	3,0	4,0	3,5	5,0
Pesca	2,8	3,5	2,0	2,5	1,0	3,0	3,0	3,0	2,0	2,0	3,0	3,0		4,0	2,0	3,0	4,0	3,0	3,0
Criação de camarão**	3,1	3,5		4,0	3,0	3,5	4,0		3,5	5,0	2,5	3,0		4,0	4,0		5,0	5,0	3,0
Média total***	3,3	3,6	2,3	2,7	2	3,4	3,4	3,5	3,1	3,3	3,5	3,7	0	3,7	2,9	3,5	3,9	3,6	3,7

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

*Rio do Fogo não participou da pesquisa.

**Alguns municípios não tiveram opinião sobre esse item, por isso tal questão se encontra em branco para alguns municípios, que quando contabilizadas as médias gerais desses municípios sem opinião foram considerados somente os 8 itens acima desse item.

*** Os fatores causadores de degradação ambiental foram avaliados em uma escala de 1 a 5, sendo que 1 é sem importância e 5 é mais importante possível.

De modo geral, observa-se que na visão das autoridades públicas, um dos principais causadores de degradação é os esgotos clandestinos. Em seguida, respectivamente estão a coleta de lixo deficiente, empresas, moradores locais e criação de camarão.

Quanto a separação dos causadores de degradação ambiental por grupos percebe-se que os municípios de Baía Formosa, Canguaretama, Macaíba e São José do Mipibu são mais degradados por esgotos clandestinos e empresas. No que diz respeito a criação de camarão pode perceber que os municípios mais ameaçados são Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul. Enquanto que os outros municípios do Pólo Costa das Dunas se apresentam mais ameaçados por todas as causas descritas na Tabela 31.

Face ao discutido, constatou-se que as autoridades identificaram uma série de desafios ambientais a serem enfrentados pelos municípios, posto que alguns não se encontram preparados ou não têm no mínimo saneamento básico no mesmo, ou/e possui grandes áreas sendo desmatadas ou/e poluição nos aquíferos devido à falta do saneamento ora mencionado. Entretanto, segundo a maioria dos entrevistados os itens poluição sonora e poluição visual não foram colocados como grandes desafios ambientais, pois para eles pode ser considerado um desafio, mas não muito grande, porém conforme a Tabela 30 pelo menos um município considerou estes dois itens como grande desafio ambiental.

Sendo assim, foram identificados como principais causadores de degradação ambiental as empresas, esgotos clandestinos, coleta de lixo deficiente e a criação de camarão.

Portanto, vale salientar que para que os desafios ambientais e os fatores de degradação ambiental sejam diminuídos, segundo Park e Boo (2010), deve-se ter forças locais atuantes para se assumir responsabilidades sobre tais impactos ambientais negativos, buscando colaborar com o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno que vem crescendo nos últimos anos, sendo necessário para tanto de um controle quanto ao nível de conservação do meio ambiente natural para continuidade da atividade turística, posto que caso contrário o destino turístico entra em declínio.

As considerações finais apresentadas aqui, serão discutidas conforme os objetivos específicos definidos. Dessa forma, quanto aos objetivos levantados nesta pesquisa pode-se dizer que foi possível identificar alguns fatores que contribuem para sucesso ou insucesso no turismo ambientalmente sustentável do Pólo Costa das Dunas.

Nesse sentido, quanto ao primeiro objetivo do trabalho, o grau de importância do meio ambiente para os representantes públicos de meio ambiente e de turismo, os dados permitem concluir que os representantes públicos possuem uma diversidade de informação inerentes a legislação ambiental, como por exemplo, informações advindas do IDEMA para Secretarias de Meio Ambiente que transmite-as para a Secretaria de Turismo através da formulação do Plano Diretor, Código de Meio Ambiente e oficinas e audiências públicas. Sendo assim os municípios melhor informados são Arez, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Senador Georgino Avelino.

Além disso, os representantes públicos municipais mostraram que tem colaborado e se integrado com os órgãos que lidam com o meio ambiente como: IDEMA, IBAMA, Secretaria de Planejamento da União (SPU), Ministério Público nas questões da fiscalização e denúncias, licenciamento ambiental, Plano Diretor, coleta seletiva e planejamento estratégico e diagnósticos ambientais.

Já no que diz respeito à análise da prioridade de investimentos nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística percebeu-se que se têm investido mais em Áreas de Reserva Legal, na educação ambiental nas escolas, coleta seletiva, despoluição de rios, saneamento, Plano Diretor, ecoturismo, projetos e estudos ambientais, pessoas especializadas.

Quanto ao nível de importância dos elementos para que um destino turístico se torne procurado notou-se que o meio ambiente foi um elemento considerado importante pelos gestores públicos de turismo e meio ambiente dos municípios e em seguida está a infra-estrutura turística.

No que tange aos fatores humanos que influem no sucesso ou insucesso do planejamento municipal para um turismo ambientalmente sustentável observou-se que na opinião

dos entrevistados, quanto maior o envolvimento das secretarias de transportes, de meio ambiente e de turismo e o nível de flexibilidade para tomada de decisões maior será o nível de sucesso do destino como ambientalmente sustentável.

Também concluiu que a política partidária tem influenciado nas ações para realização de projetos e propostas, tendo, em alguns casos, influencia negativa da esfera estadual para os municípios por serem de partidos diferentes. Quanto ao nível de colaboração da câmara de vereadores para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável observou que a mesma contribui através da aprovação de leis, aprovação de projetos e participação em audiências públicas. Todavia, em alguns municípios há ausência de participação da câmara de vereadores e interferência de alguns vereadores de partidos contrários ao da gestão atual para não aprovação de projetos, se constituindo, assim, elementos inibidores de sucesso do destino.

No que diz respeito a qualificação das pessoas que trabalham nas secretarias de turismo e meio ambiente, segundo a visão dos gestores percebe-se que a maioria dos municípios possuem pessoas com experiência prática e treinamento ou cursos de capacitação. Contudo, os gestores de alguns poucos municípios afirmam não terem experiência prática e/ ou treinamento ou cursos de capacitação.

Um fator humano que inibe o sucesso é a saída de pessoas de cargos comissionados e entrada de novas pessoas que não dão continuidade aos projetos, muitas vezes pela falta de informação passada da gestão anterior.

No que concerne aos maiores níveis de sucesso do destino turístico percebeu-se que os municípios de Arez, Natal e Parnamirim apresentaram altos índices por, segundo os entrevistados, estarem conseguindo tratar de turismo e meio ambiente na forma como desejam.

Isso pode ser constatado quando se observa o Anexo A, onde Arez é mostrado como um município com algumas ações de educação ambiental importantes para esta localidade que pode vir a se tornar importante para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável. Quanto a Natal e Parnamirim trata-se dos municípios mais desenvolvidos em termos demográficos e de infra-estrutura básica e turística. No entanto, percebeu-se que estes dois últimos municípios são maiores e possuem as secretarias de turismo e meio ambiente separadas, sendo, porém, que cada uma delas trabalha sem uma maior integração com a outra secretaria. Todavia, Arez trata-se de um município menor e com uma maior integração entre as secretarias, posto que, segundo os entrevistados, há constantes trabalhos em conjunto das duas secretarias.

Contudo, vale a pena mencionar que nem todos os municípios menores mostram esse nível de integração.

No que tange as ações das prefeituras para atingir a sustentabilidade ambiental nos municípios concluiu-se que a maioria dos municípios tem um Plano Diretor e um grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar sobre o turismo e sobre o meio ambiente e cooperativas ou grupos de reciclagem. No entanto, quando se trata do aterro sanitário verificou-se que dentre os poucos municípios que afirmam ter aterro sanitário consideram o aterro de Ceará Mirim como sendo deles por efetuarem o pagamento de uma taxa para o uso do mesmo. Sendo assim, considerou-se um fator de sucesso para estes municípios por não estarem depositando seu lixo ao ar livre nos lixões. Por outro lado pode ser considerado fator de insucesso, posto que não se sabe ao certo quanto espaço ainda resta para depositar o lixo nesse aterro e por quanto tempo ainda vai suportar a quantidade de lixo depositada.

Ademais, constatou-se que a realização de auditorias ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados, a contratação permanente ou temporária de um corpo técnico competente responsável pelo turismo e meio ambiente e o tratamento da educação ambiental nas escolas são fatores que contribuem para conseguir tratar turismo e meio ambiente na forma desejada.

Também percebeu-se que a maioria dos municípios não possuem um fundo municipal legalmente constituído para a promoção da atividade turística e nem auxílio de investimento financeiro federal ou estadual na área ambiental. Contudo, a maioria deles recebe algum tipo de ajuda do PRODETUR para urbanização das orlas, sinalização, Plano Diretor, saneamento, curso de capacitação, construção de estradas e projetos de turismo na área ambiental.

Assim, os representantes públicos sugeriram algumas medidas para alcançar a sustentabilidade ambiental do turismo nos municípios do Pólo Costa das Dunas que são: projetos de sustentabilidade, investimento do governo estadual e federal, envolvimento e sensibilização de todos os atores turísticos e educação ambiental ou campanhas de conscientização.

No que concerne aos desafios a sustentabilidade ambiental, relevantes a atividade turística concluiu-se que o saneamento básico é um dos principais desafios ambientais enfrentados pelos municípios. Na seqüência está a destruição de áreas naturais para atividades relacionadas com o turismo, a poluição da água e a fiscalização dos impactos ambientais.

Quanto aos fatores causadores de degradação ambiental verificou-se que mais preocupantes foram: a coleta de lixo deficiente, esgotos clandestinos e em alguns municípios criação de camarão.

Portanto, a partir das entrevistas com os órgãos públicos de turismo e meio ambiente concluiu-se o meio ambiente é considerado um elemento importante por parte dos entrevistados, visto que eles vêm se informando sobre a legislação ambiental, colaborando com os órgãos públicos federais e estaduais que lidam com o meio ambiente, vindo a investir nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística. Tendo alguns fatores humanos do planejamento municipal que contribuem para o sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável como o envolvimento de algumas secretarias e a influência da política partidária. Além disso, a colaboração da câmara de vereadores em alguns municípios, constituindo um fator de sucesso neles, mas em outros municípios como Canguaretama e Pedra Grande, alguns vereadores têm interferido de maneira negativa, sendo um fator de insucesso.

Quanto às ações das prefeituras para se alcançar a sustentabilidade ambiental do turismo concluiu-se que tem tido algumas ações que colaboraram para a elaboração do Plano Diretor e constituição de um grupo legalmente constituído para tratar de turismo e meio ambiente. Nesse contexto, percebeu-se que quanto mais os municípios têm: realizado auditorias ambientais, tido contratação permanente ou temporária de um corpo técnico responsável pelo turismo e meio ambiente e tratado a educação ambiental nas escolas mais o destino tem tido sucesso. No que tange aos desafios ambientais têm se constituído em falta de sucesso para o turismo ambientalmente sustentável nos municípios, visto que o saneamento básico tem sido o principal desafio ambiental para o desenvolvimento do turismo sustentável. Sendo os principais causadores da degradação: empresas, esgotos clandestinos e criação de camarão, segundo os municípios de Baía Formosa, Canguaretama, Ceará Mirim e São José do Mipibu.

De modo geral, conclui-se que a falta de continuidade das pessoas em cargos públicos tem contribuído para a inibição do sucesso da região do Pólo Costa das Dunas, uma vez que quando há troca de um representante por outro termina por afetar nas ações de projetos municipais. Além disso, foi observado também, uma desorganização por parte das autoridades públicas no que se refere a transmissão das informações de um governo a outro, afetando diretamente nas secretarias de turismo e meio ambiente que tem suas informações retidas pela gestão anterior devido a falta de conscientização dos representantes dos municípios. Todavia, os

municípios deveriam ser todos preparados sem exceção, visto que o Pólo Costa das Dunas já está consolidado como destino turístico há alguns anos. Porém o que se verificou-se é que os municípios da região são muito deficientes no planejamento e execução de práticas para alcançar um turismo ambientalmente sustentável.

Por fim, conclui-se que o presente poderá contribuir na medida em que permite que desperta futuras pesquisas que sejam baseadas também nas exigências do turista e competitividade de outros destinos. Além disso, também colabora para que os gestores públicos de municípios que integram pólos turísticos que estejam emergindo agora possam pensar nas características ambientais das localidades que administram, no sentido de implementar o turismo nesses destinos em consonância com o meio ambiente natural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érika, COSTA, Carlos. O planejamento turístico entre os municípios brasileiros de pequena e média dimensão. **Observatório de informação em turismo**: revista acadêmica. Volume II, Nº 1, mar. 2007.

ALMEIDA, Joaquim Anécio, FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

AMUQUANDOH, Francis Eric. Resident's perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 18, Nº 2, March 2010 (223-238). Disponível em:<
<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&hid=105&sid=eea25e4a-daf8-49dc-b6e6-3d0ccd44e50b%40sessionmgr110>> Acesso em: 05 jul. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2006.

BATISTA, João. **Touros**: atrações turísticas. 2003. Disponível em<http://www.tourosrn.com/docs/atracoes_turisticas.php> Acesso em: 19 abr. 2011.

BEAUMONT, Narelle, DREDGE, Dianne. Local tourism governance: a comparison of three network approaches. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 18, Nº 1, January 2010 (7-28). Disponível em:<
<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&hid=105&sid=647cb3b5-c962-4e6c-ae74-a5f0a49794ec%40sessionmgr111>> Acesso em: 05 jul. 2010.

BNB-BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Dinâmica socioeconômica**. Disponível em:<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/rn_3_2_dimanica_social_100708.pdf> Acesso em: 20 out. 2008.

_____. **Relatório de avaliação de impactos sociais e ambientais do PRODETUR II**. 2002. Disponível em:<
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_3_bid_relav_imp_amb_e_sociais_do_prod_ii.pdf> Acesso em: 14 jun.2010.

_____. **Decreto Nº18.186, de 14 de abril de 2005**. Disponível em:<
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/docs/decreto_18186_rn.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.

_____. **Prodetur/NE II**- Pólos de turismo. Disponível em:<
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_riogdonorte.asp> Acesso em: 04 jul. 2010.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BEZERRA, D. M. F, CARVALHO, A . C. **Programa nacional de municipalização do turismo: realidade e perspectivas**. Curitiba, 1999. Trabalho de Especialização (Curso de Planejamento e Gestão do Turismo). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

BRASILRN. Pontos turísticos: **Praia de Muriú**. 2008. Disponível em:<
http://www.brasilrn.com/_pt/VisiteAttractionFiche.php?idmenu=3&idtpattraction=2&idattraction=49> Acesso em: 21 mar. 2011.

_____. **Barra de Maxaranguape**. 2008. Disponível em:<
http://www.brasilrn.com/_pt/VisiteAttractionFiche.php?idmenu=3&idtpattraction=1&idregion=3&idattraction=51> Acesso em: 26 mar. 2011.

CARLO, Manuela de, CUGINI, Antonella, ZERBINI, Fabrizio. Assessment of destination performance: a strategy map approach. **Tourism Review**, vol. 63, N° 2, 2008. Disponível em:<
<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewPDF.jsp?contentType=Article&Filename=html/Output/Published/EmeraldFullTextArticle/Pdf/3690630203.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2010.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli, MATOS, Karla Monteiro, FACCHINA, Márcia Maria. **Agenda 21 nos municípios brasileiros**, 2005. Disponível em:
http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/mesa3/Agenda_21_nos_municipios_brasileiros-EcoEco-_2005.pdf> Acesso em: 10 maio 2010.

CARVALHO, Adriana Garcia de. **Turismo e produção do espaço no litoral de Pernambuco**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Pós- Graduação em Geografia Humana (Mestrado em Geografia Humana), 2009.

CERUTTI, Sergio. **Natureza: sociedade na Grande Natal (RN): a proposta de sustentabilidade da “política ambiental do RN” à luz do modelo de desenvolvimento vigente**, 2003, 482f. Dissertação de mestrado- Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2003.

CIDADES BRASILEIRAS. **Ceará Mirim-RN**, 2000. Disponível em:<
<http://www.cidades.com.br/cgi-bin/cidade.cgi?id=003297>> Acesso em: 21 mar. 2011.

CONNELL, Joanne, PAGE, Stephen J., BENTLEY, Tim. Towards sustainable tourism planning in New Zealand: monitoring local government planning under the Resource Management Act. **Tourism Management**. Vol. 30, N° 6, December 2009, p. 867-877. Disponível em:<
http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MImg&_imagekey=B6V9R-4V9RHKP-1-1&_cdi=5905&_user=687335&_pii=S0261517708001982&_orig=browse&_coverDate=12%2F31%2F2009&_sk=999699993&view=c&wchp=dGLzVzz-zSkWA&md5=1d7ddad3848d2415c4fb4ec06bb529d4&ie=/sdarticle.pdf> Acesso em: 08 ago. 2010.

COOPER, Chris, FLETCHER, John, FYALL, Alan, WANHILL, Stephen. **Turismo: princípios e práticas**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

CROUCH, G. I., RITCHIE, B. J. R. Tourism, competitiveness, and societal prosperity. **Journal of Business Research**, Vol.44, No.3, 137–152, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção Turismo).

DARCY, Simon, CAMERON, Bruce, PEGG, Shane. Accessible tourism and sustainable: a discussion and case study. **Journal of Sustainable Tourism**. vol. 18, N° 4, May 2010, p. 515-537. Disponível em:<
<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&hid=9&sid=3aafd2d5-a89e-4556-bcc4-9d1c6c4ca750%40sessionmgr4>> Acesso em: 15 jun. 2010.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo, SILVEIRA, E. J. S. da. **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.

DIAS, Reinaldo, SILVEIRA, E. J.S., PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de hotelaria e turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DINICA, Valentina. Governance for sustainable tourism: a comparison of international and Dutch visions. **Journal of Sustainable Tourism**. vol.17, N° 5, september 2009.p. 583-603. Disponível em:<
<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&hid=17&sid=4af83987-f367-4852-823e-1de990d90e9b%40sessionmgr11>>Acesso em: 28 jun. 2010.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. São Paulo, 2004. Disponível em:<<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf>> Acesso em: 03 abr.2010.

ECOPIPA. **Orientações aos visitantes**. Disponível em<<http://www.ecopipa.com.br/orientacoesvisitantes.html> >Acesso em: 19 abr. 2011.

FENNELL, D. A. **Tourism ethics**. Clevedon: Channel View Publications, 2006.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. EDURFN: Natal, 2005.

FONTENELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2007.

GUIA HOSPEDAGEM. **Conheça Tibau do Sul-RN**. 2008. Disponível em<
<http://www.guiahospedagem.com/conteudo=destinos.php?id=572>> Acesso em: 19 abr. 2011.

HAIR, Joseph et. al. **Multivariate data analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HALL, Colin Michel. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2004.

HANAI, Frederico Yuri. **Sistema de indicadores de sustentabilidade**: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil, 2009. 432 f. Tese de Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental –Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) –Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de informações básicas municipais**: gestão pública 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=744&id_pagina=1> Acesso em: 07 maio 2010.

IDEMA- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. **Parque das Dunas**. Disponível:< <http://www.nataltrip.com/passeios/parque-das-dunas/21>> Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. **Perfil do seu município**: São Gonçalo do Amarante. Natal, 2005. Disponível em: < http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_s.asp> Acesso em: 18 abr. 2011(a).

_____. **Perfil do seu município**: São José do Mipibu. Natal, 2005. Disponível em: < http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_s.asp> Acesso em: 18 abr. 2011 (b).

INSTITUTO ECOBRASIL. **Ecoturismo e turismo sustentável**. 2009. Disponível em:< <http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=51&sid=5>> Acesso em: 13 fev. 2010.

KOBAL, A. E. **Seminário-taller “práticas ecoeficientes em hotelaria”**. Universidad de las Palmas de Gran Canaria: Máster Internacional de Turismo, 2000.

KRUTWAYSHO, Oratai, BRAMWELL, Bill. Tourism policy implementation and society. **Annals of Tourism Research**, Vol. 37, N° 3, p. 670-691, 2010. Disponível em:< http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MImg&_imagekey=B6V7Y-4YKF6YR-1-1&_cdi=5855&_user=687335&_pii=S0160738309001698&_orig=browse&_coverDate=07%2F31%2F2010&_sk=999629996&view=c&wchp=dGLzVtb-zSkzV&md5=64dc7016ae5c8ed5785a7f1bb978456f&ie=/sdarticle.pdf> Acesso em: 07 ago. 2010.

LEMOS, Clara Carvalho de. **Avaliação ambiental estratégica como instrumento de planejamento do turismo**, 2007.184 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental- Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo (USP), São Carlos- SP, 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de, COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Globalização, regionalização e América do Sul. **Observatório Político Sul- Americano**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. N°6, maio 2005. Disponível em: <
http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Globalizacao,%20Regionalizacao%20e%20Am%20e%20do%20Sul.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.

LORENTE, Pablo Echamendi. **La capacidad de carga turística**: aspectos conceptuales y normas de aplicación. Anales de Geografía de la Universidad Complutense, 2001.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa em marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

MARTINS, Espedito Cezário. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**: o caso de Jericoacoara no Ceará, 2002. 164 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências. Área de Concentração: Economia Aplicada), Universidade de São Paulo-Piracicaba, 2002.

MAZARO, Rosana Mara. **Competitividad de destinos turísticos y sostenibilidad estratégica**: proposición de un modelo de evaluación de factores y condiciones determinantes, 2006. 363 f. Tesis Doctoral (Doctorado en Investigación y Técnicas de Mercado). Universitat de Barcelona: Barcelona, 2006.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Inventário turístico do litoral de Parnamirim**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.

MOURA, Ana Karla Cavalcanti, GARCIA, Loreley Gomes. Políticas públicas de turismo e sustentabilidade: o pólo turístico Cabo Branco em análise. **CULTUR- Revista de Cultura e Turismo**. n° 03, jun., 2009.

MOWFORTH, Martin, MUNT, Ian. **Tourism and sustainability**: development and new tourism in the third world. 2.ed. Londres: Routledge, 2003.

MMA- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conselhos Municipais de Meio Ambiente**. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=123&idConteudo=6375&idMenu=5478>> Acesso em: 14 jun. 2010.

MTUR-MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília: 2003 (a).

_____. **Programa de regionalização do turismo**: relatório da oficina de planejamento. Brasília: 2003 (b).

_____. **Regionalização do turismo**. 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/> Acesso em: 14 jan. 2010.

NATALONLINE. **Praias**. Disponível em: <http://www.natalonline.com/jacuma_cearamirim_/> Acesso em: 21 mar. 2011.

_____. **Praias**. Disponível em: <http://www.natalonline.com/maracajau_maxaranguape/> Acesso em: 26 mar. 2011.

OMT-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. Trad.: Dolores Martin Rodriguez Corner São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2003.

PARK, Eerang, BOO, Soyong. An assessment of convention tourism's potential contribution to environmentally sustainable growth. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 18, N° 1, January 2010, p. 95-113. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=5&hid=17&sid=4af83987-f367-4852-823e-1de990d90e9b%40sessionmgr11>> Acesso em: 25 jun. 2010.

PEREIRA, Anette Santiago, LOPES, Fernando Dias. Relação entre ciclo de vida do produto turístico e estratégias de cooperação na faixa litorânea urbana do município de Natal. **Turismo em Análise**. Vol. 21, N°1, abril, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA. **Barra do Cunhaú: lazer, esporte, ecologia e religiosidade em Canguaretama/ RN**, 2010.

_____. **Lei Municipal n° 314/2006, de 09/10/2006: Plano Diretor de Canguaretama/RN**, 2006.

_____. **Código Municipal de Meio Ambiente de Canguaretama**, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMOZ. **Praias**. Disponível em: <<http://www.extremoz.rn.gov.br/>> Acesso em: 22 mar. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA. **Plano Diretor Participativo Macaíba/RN**. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA. **Lei Complementar do Plano Diretor Participativo de Nísia Floresta**, 2007 (a).

_____. **Lei Complementar do Código de Obras e Postura de Nísia Floresta**. 2007 b.

_____. **Lei Complementar do Código de Meio Ambiente de Nísia Floresta**. 2007 c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM. **Diagnóstico do litoral de Parnamirim**. 2007.

_____. **Lei nº 1058/ 2000 do Plano Diretor de Parnamirim**, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE. **Histórico do município**, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE. **Lei Complementar do Plano Diretor nº 049**, de 17 de julho de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MIPIBU. **Lei Complementar do Plano Diretor do município de São José do Mipibu nº 006**, de 28 de junho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. **Lei Complementar do Plano Diretor nº 045**, de 04 de dezembro de 2008.

_____. **Inventário turístico de São Miguel do Gostoso**. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL. **Lei Complementar nº 06 de 30 de dezembro de 2008 que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Tibau do Sul**. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS. **Lei Complementar nº 010/2006 do Plano Diretor do município de Touros**. 2006.

RIBEIRO, Gustavo, SRISUWAN, Angunthip. Urban development discourses, environmental management and public participation: the case of the Mae Kha canal in Chiang Mai, Thailand. **Environmental and Urbanization**. Vol.17, Nº 1, april, 2005. Disponível em: <<http://eau.sagepub.com/cgi/content/abstract/17/1/171>> Acesso em: 15 jun. 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. IN: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção do turismo).

_____. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri: Manole, 2002.

SACHS, Iganacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo. Cortez, 1997.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALDANHA, Eduardo Ercolani. **Modelo de avaliação de sustentabilidade sócio-ambiental**, 2007. 122 f. Tese de Doutorado (Doutorado de Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2007.

SCHIANETZ, Karin, KAVANAGH, Lydia, LOCKINGTON, David. Concepts and tools for comprehensive sustainability assessments for tourism destinations: a comparative review. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 15, N° 4, 2007. Disponível em: <
<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&hid=17&sid=4af83987-f367-4852-823e-1de990d90e9b%40sessionmgr11>> Acesso em: 28 jun. 2010.

SEALEY, Kathleen Sullivan, CUSHION, Nicolle. Efforts, resources and costs required for long term environmental management of a resort development: the case of Baker's Bay Golf and Ocean Club, The Bahamas. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 17, N° 3, May 2009, p. 375-395. Disponível em: <
<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&hid=105&sid=647cb3b5-c962-4e6c-ae74-a5f0a49794ec%40sessionmgr111>> Acesso em: 05 jul. 2010.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE GRAMADO. **Plano ambiental**. Disponível em: <
<http://blogs.gramado.rs.gov.br/meioambiente/plano-ambiental/>> Acesso em: 14 jun. 2010.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE CANGUARETAMA. **Projeto de arborização urbana da cidade sede e dos distritos de Piquiri e Barra do Cunhaú**, 2010 (a).

_____. **Plano do Sistema de Saneamento Ambiental**. Canguaretama, 2010 (b).

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. **Anuário Natal**. 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE NATAL. **Roteiros de praias e aventura**. Disponível em: < <http://turismo.natal.rn.gov.br/roteiros/ctd-17.html>> Acesso em: 30 mar. 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE DE SENADOR GEORGINO AVELINO. **Inventário turístico do município de Senador Georgino Avelino/RN-2007**.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad.: Laura Teixeira Motta; Rev. Técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

START CONSULTORIA. **Plano Diretor** (em construção). 2010.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. 2.ed São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo)

_____. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo)

TELFER, David J; SHARPLEY, Richard. **Tourism and development in the developing world**. New York: Routledge, 2008.

_____. **Tourism and development: concepts and issues**. Clevedon: Chanel, 2002.

WWF-WORLDWIDE FUND FOR NATURE. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm>. Acesso em: 17 set. 2009.

WHITFORD, Michelle. A framework for development of event public policy: facilitating regional development. **Tourism Management**. Vol. 30, N° 5, 2009. (674-682). Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MImg&_imagekey=B6V9R-4V34RB5-1-1&_cdi=5905&_user=687335&_pii=S0261517708001647&_orig=browse&_coverDate=10%2F31%2F2009&_sk=999699994&view=c&wchp=dGLbVzb-zSkzk&md5=9fbd3d48773b31a1b76947376b100ab8&ie=/sdarticle.pdf> Acesso em: 04 jul. 2010.

YASARATA, Muhammet, ALTINAY, Levent, BURNS, Peter, OKUMUS, Fevzi. Politics and sustainable tourism development: Can they co-exist? Voices from North Cyprus. **Tourism Management**. Vol. 31, N° 3, June 2010 (345-356). Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MImg&_imagekey=B6V9R-4W32950-3-1&_cdi=5905&_user=687335&_pii=S0261517709000582&_orig=browse&_coverDate=06%2F30%2F2010&_sk=999689996&view=c&wchp=dGLzVlb-zSkzk&md5=c039b760461862014b50275963fa270a&ie=/sdarticle.pdf> Acesso em: 04 jul. 2010.

APÊNDICES



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado em Turismo

Pesquisa: Fatores de sucesso ou insucesso no turismo ambientalmente sustentável: percepção das autoridades públicas no Pólo Costa das Dunas do Rio Grande do Norte

APÊNDICE A- Formulário de entrevista com os representantes públicos municipais

I- INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Em que nível o município está informado sobre as legislações relevantes ao meio ambiente?

2. Qual é o nível de colaboração e integração do município para com os órgãos estaduais e federais que lide com o meio ambiente?

3. Em uma análise custo-benefício qual é a prioridade do município em investir nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística?

4. Na sua opinião, para o município chegar a ser em destino turístico procurado, qual é a ordem de importância dos seguintes elementos? Enumere de 1 a 7, onde 1 significa menos importante e 7 é mais importante.

- () Saúde
- () Mão-de-obra qualificada
- () Segurança
- () Meio Ambiente (arborização, saneamento básico e coleta de lixo)
- () Infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências e entretenimento)
- () Acesso aos atrativos
- () Beleza da cidade

5. Quais são os desafios ambientais gerados pela atividade turística no município?

Desafios ambientais	Não representa desafio	É um desafio, mas não muito grande	Representa grande desafio	Sem opinião
Destruição de áreas naturais para atividades relacionadas com o turismo				
Áreas ameaçadas de degradação				
Saneamento básico				
Fiscalização dos impactos ambientais				
Poluição sonora				
Poluição visual				
Poluição d'água				

6. Qual é a importância dos fatores abaixo como causador da degradação ambiental no município?

Fatores de degradação	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Mais importante possível	Sem opinião
Empresas						
Vendedores ambulantes						
Coleta de lixo deficiente						
Turistas						
Esgotos clandestinos						
Moradores locais						
Agricultura						
Pesca						
Criação de camarão						

7. Responda o que o município possui ou não possui ou está em elaboração ou em construção, dentre os itens expostos no quadro:

Itens	Sim	Não	Em elaboração ou em construção
Plano Diretor			
Agenda 21			
Inventário Turístico			
Plano de ação para desenvolvimento do turismo			
Plano ou código ambiental legalmente constituído no município			
Posto de saúde			
Hospitais públicos			
Escolas de nível fundamental			
Escolas de nível médio			
Escolas de nível técnico ou superior			
Aterro sanitário			
Cooperativas de reciclagem			
Grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar do turismo			
Grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar das questões ambientais			

7.1 Em que grau a Educação Ambiental está sendo tratada nas escolas do município?

Não está sendo tratado	Pouco tratado	Razoavelmente tratado	Bastante tratado	Muito tratado	Sem opinião

7.1.1 Se não tratado, por quê?

8. Qual é o grau de implementação das práticas ambientais do seu município, apresentadas na Tabela abaixo:

PRÁTICAS AMBIENTAIS	ESCALA PARA AS PRÁTICAS AMBIENTAIS					
	NU	PU	RU	BU	MU	SO
	NU=Nunca Utilizado PU= Pouco Utilizado RU= Razoavelmente Utilizado BU= Bastante Utilizado MU=Muito Utilizado SO= Sem Opinião					
Aproveitamento do lixo por meio de reciclagem						
Elaboração de mini-cartilhas sobre meio ambiente com traduções para inglês e espanhol juntamente com outros municípios para serem disponibilizados aos turistas						
Elaboração de manuais para sensibilização da população, gestores públicos e empresários						
Oportunidade de participação da população local em audiências públicas para as pessoas opinarem sobre as questões relativas ao meio ambiente e ao turismo						
Pesquisa com a população local para que a mesma possa opinar sobre o uso dos recursos naturais e o desenvolvimento da atividade turística						
Controle sobre a altura máxima dos prédios para não comprometer a visão dos atrativos naturais						
Controle sobre o uso e a ocupação do espaço						
Limitação do nº de visitantes a áreas de proteção ambiental						
Realização de Auditorias Ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados						
Contratação permanente ou temporária de um corpo técnico competente responsável pelo meio ambiente e pelo turismo para avaliações						
Criação de leis municipais para proteção do meio ambiente natural						

9. Dentre as pessoas que trabalham nas secretarias responsáveis pelo meio ambiente e pelo turismo, qual é o nível de qualificação delas?

- Experiência prática
 Treinamento
 Sem experiência prática
 Sem treinamento

10. Na sua opinião, que importância o turista atribui as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar?

Sem importância	Pouco importante	Razoavelmente Importante	Bastante importante	Muito importante	Sem opinião

11. Existe algum fundo municipal legalmente constituído para promoção da atividade turística?

- Sim Não

11.1 Se sim, como o fundo municipal tem sido utilizado?

12. O município recebe algum tipo auxílio financeiro federal ou estadual para investimentos na área ambiental?

Sim Não

12.1 Se sim, onde tais recursos têm sido investidos? _____

13. O município recebe recursos advindos do PRODETUR?

Sim Não

14. De que forma o PRODETUR tem colaborado para o turismo ambientalmente sustentável no município?

15. Qual é a sua sugestão para garantir a sustentabilidade ambiental do turismo no seu município?

II- IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE PÚBLICO RESPONSÁVEL:

16. Município de realização da entrevista: _____

17. Qual é o cargo o Sr. (a) ocupa no município?

- Secretário (a) de turismo
 Secretário (a) de meio ambiente
 Outro. Qual? _____

18. Há quanto tempo ocupa esse cargo? _____

19. Qual é o seu nível de flexibilidade ou autoridade para tomar decisões nas questões inerentes ao meio ambiente e ao turismo?

Sem autoridade	Pouca autoridade	Autoridade razoável	Bastante autoridade	Muita autoridade	Sem opinião

20. Sexo do entrevistado:

Masculino Feminino

21. Nível de escolaridade:

- Primeiro grau completo
 Segundo grau completo
 Ensino superior completo
 Pós-graduação completo

22. Com que frequência o Sr. (a) tem participado dos cursos descritos na tabela?

Itens de participação	Nunca participou	Participou pouco	Participou razoavelmente	Participou bastante	Participou muito	Sem opinião
Cursos que tratem sobre o turismo						
Cursos que tratem sobre as questões ambientais						

23. Com que frequência o Sr. (a) utiliza fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais?

Nunca utilizou	Utiliza pouco	Utiliza razoavelmente	Utiliza bastante	Utiliza muito	Sem opinião

23.1 Se utiliza bastante ou utiliza muito, quais são as fontes?

24. Qual é o nível de envolvimento dos setores públicos na sustentabilidade ambiental do município?

Setores	Não tem envolvimento	Se envolve pouco	Se envolve razoavelmente	Se envolve bastante	Se envolve muito	Sem opinião
Secretaria de Transportes						
Secretaria de Meio Ambiente						
Secretaria de Turismo						
Secretaria de Saúde						
Secretaria de Educação						
Secretaria de Planejamento						
Secretaria de Urbanismo ou obras						

25. De que maneira a política partidária tem influenciado no planejamento e execução de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável?

26. De que forma a câmara de vereadores têm colaborado para o planejamento e implementação de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável?

27. Como a descontinuidade das pessoas em posições relevantes no município pode afetar o turismo ambientalmente sustentável?

28. Na sua opinião, em que nível o município está conseguindo tratar sobre o meio ambiente e o turismo na forma desejada? Assinale na escala abaixo, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

Não está conseguindo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Está conseguindo
----------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------------------



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado em Turismo

Pesquisa: Fatores de sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável:
 percepção das autoridades públicas no Pólo Costa das Dunas do Rio Grande do Norte

APÊNDICE B-Formulário de entrevista com os representantes públicos estaduais

I- INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Em que nível o Sr.(a) quanto representante estadual está informado sobre as legislações relevantes ao meio ambiente?

2. Qual é o nível de colaboração e integração dos municípios do Pólo Costa das Dunas para com os órgãos estaduais e federais que lide com o meio ambiente?

3. Em uma análise custo-benefício qual é a prioridade do Estado em investir nas questões ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas para o desenvolvimento da atividade turística?

4. Na sua opinião, para que os municípios do Pólo Costa das Dunas cheguem a ser em destino turístico procurado, qual é a ordem de importância dos seguintes elementos? Enumere de 1 a 7, onde 1 significa mais importante e 7 é menos importante.

- () Serviços de Saúde
- () Mão-de-obra qualificada
- () Segurança
- () Meio Ambiente (arborização, saneamento básico e coleta de lixo)
- () Infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências e entretenimento)
- () Acesso aos atrativos
- () Beleza da cidade

5. Quais são os desafios ambientais que podem ser gerados pela atividade turística nos municípios do Pólo Costa das Dunas?

Desafios ambientais	Não representa desafio	É um desafio, mas não muito grande	Representa grande desafio	Sem opinião
Destruição de áreas naturais para atividades relacionadas com o turismo				
Saneamento básico				
Fiscalização dos impactos ambientais				
Poluição sonora				
Poluição visual				
Poluição d'água				

6. Qual é a importância dos fatores abaixo como causador da degradação ambiental nos municípios do Pólo Costa das Dunas?

Fatores de degradação	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Mais importante possível	Sem opinião
Empresas						
Vendedores ambulantes						
Coleta de lixo deficiente						
Turistas						
Esgotos clandestinos						
Moradores locais						
Agricultura						
Pesca						
Criação de camarão						

7. Na sua opinião, qual a porcentagem dos municípios do Pólo Costa das Dunas que possui ou está em elaboração ou em construção, dentre os itens expostos no quadro:

Itens	Possuem (%)	Em elaboração ou em construção (%)
Plano Diretor		
Agenda 21		
Inventário Turístico		
Plano de ação para desenvolvimento do turismo		
Plano ou código ambiental legalmente constituído no município		
Posto de saúde		
Hospitais públicos		
Escolas de nível fundamental		
Escolas de nível médio		
Escolas de nível técnico ou superior		
Aterro sanitário		
Cooperativas ou grupos de reciclagem		
Grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar do turismo		
Grupo, conselho ou associação legalmente constituído para tratar das questões ambientais		

7.1 Em que grau a Educação Ambiental está sendo tratada nas escolas dos municípios do Pólo Costa das Dunas?

Não está sendo tratado	Pouco tratado	Razoavelmente tratado	Bastante tratado	Muito tratado	Sem opinião

7.1.1 Se não tratado, por quê?

8. Qual é o grau de implementação das práticas ambientais nos municípios do Pólo Costa das Dunas, apresentadas na Tabela abaixo:

PRÁTICAS AMBIENTAIS	ESCALA PARA AS PRÁTICAS AMBIENTAIS					
	NU	PU	RU	BU	MU	SO
	NU=Nunca Utilizado PU= Pouco Utilizado RU= Razoavelmente Utilizado BU= Bastante Utilizado MU=Muito Utilizado SO= Sem Opinião					
Aproveitamento do lixo por meio de reciclagem						
Elaboração de mini-cartilhas sobre meio ambiente com traduções para inglês e espanhol juntamente com outros municípios para serem disponibilizados aos turistas						
Elaboração de manuais para sensibilização da população, gestores públicos e empresários						
Oportunidade de participação da população local em audiências públicas para as pessoas opinarem sobre as questões relativas ao meio ambiente e ao turismo						
Pesquisa com a população local para que a mesma possa opinar sobre o uso dos recursos naturais e o desenvolvimento da atividade turística						
Controle sobre a altura máxima dos prédios para não comprometer a visão dos atrativos naturais						
Controle sobre o uso e a ocupação do espaço						
Limitação do nº de visitantes a áreas de proteção ambiental						
Realização de Auditorias Ambientais para verificar como os recursos naturais têm sido utilizados						
Contratação permanente ou temporária de um corpo técnico competente responsável pelo meio ambiente e pelo turismo para avaliações						
Criação de leis municipais para proteção do meio ambiente natural						

9. Na sua opinião, dentre as pessoas que trabalham nas secretarias responsáveis pelo meio ambiente e pelo turismo dos municípios do Pólo Costa das Dunas, qual a porcentagem que:

- Experiência prática
 Treinamento ou cursos de capacitação
 Sem experiência prática
 Sem treinamento

10. Na sua opinião, que importância o turista atribui as práticas ambientais quando escolhe um destino para visitar?

Sem importância	Pouco importante	Razoavelmente Importante	Bastante importante	Muito importante	Sem opinião

11. Existe algum fundo estadual legalmente constituído para promoção da atividade turística?

- Sim Não

11.1 Se sim, como o fundo estadual tem sido utilizado?

12. Os municípios que contemplam o Pólo Costa das Dunas recebem algum tipo auxílio financeiro federal ou estadual para investimentos na área ambiental?

Sim Não

12.1 Se sim, onde tais recursos têm sido investidos?

13. Os municípios do Pólo Costa das Dunas recebem recursos advindos do PRODETUR?

Sim Não

14. De que forma o PRODETUR tem colaborado para o turismo ambientalmente sustentável nos municípios que contemplam o pólo?

15. Qual é a sua sugestão para garantir a sustentabilidade ambiental do turismo nos municípios do pólo?

II- IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE PÚBLICO RESPONSÁVEL:

16. Local de realização da entrevista:

17. Qual é o cargo o Sr. (a) ocupa no município?

Secretário (a) ou representante de turismo

Secretário (a) ou representante de meio ambiente

Outro. Qual? _____

18. Há quanto tempo ocupa esse cargo? _____

19. Qual é o seu nível de flexibilidade ou autoridade para tomar decisões nas questões inerentes ao meio ambiente e ao turismo?

Sem autoridade	Pouca autoridade	Autoridade razoável	Bastante autoridade	Muita autoridade	Sem opinião

20. Sexo do entrevistado:

Masculino

Feminino

21. Nível de escolaridade:

Primeiro grau completo

Segundo grau completo

Ensino superior completo

Pós-graduação completo

22. Com que frequência o Sr. (a) tem participado dos cursos descritos na tabela?

Itens de participação	Nunca participou	Participou pouco	Participou razoavelmente	Participou bastante	Participou muito	Sem opinião
Cursos que tratem sobre o turismo						
Cursos que tratem sobre as questões ambientais						

23. Com que frequência o Sr. (a) utiliza fontes de informação específica que tratem sobre as práticas ambientais?

Nunca utilizou	Utiliza pouco	Utiliza razoavelmente	Utiliza bastante	Utiliza muito	Sem opinião

23.1 Se utiliza, quais são as fontes?

24. Qual é o nível de envolvimento dos setores públicos na sustentabilidade ambiental dos municípios do Pólo?

Setores	Não tem envolvimento	Se envolve pouco	Se envolve razoavelmente	Se envolve bastante	Se envolve muito	Sem opinião
Secretaria de Transportes						
Secretaria de Meio Ambiente						
Secretaria de Turismo						
Secretaria de Saúde						
Secretaria de Educação						
Secretaria de Planejamento						
Secretaria de Urbanismo ou obras						

25. De que maneira a política partidária tem influenciado no planejamento e execução de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável?

26. De que forma as câmaras de vereadores dos municípios do pólo têm colaborado para o planejamento e implementação de ações voltadas para o turismo ambientalmente sustentável?

27. Como a descontinuidade das pessoas em posições relevantes nos municípios do Pólo Costa das Dunas pode afetar o turismo ambientalmente sustentável?

28. Na sua opinião, em que nível os municípios do pólo estão conseguindo tratar sobre o meio ambiente e o turismo na forma desejada? Assinale na escala abaixo, onde 1 significa não está conseguindo e 10 está conseguindo.

Não está conseguindo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Está conseguindo
----------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------------------

ANEXOS

ANEXO A- Caracterização do Pólo Costa das Dunas

O Pólo Costa das Dunas é composto de dezoito municípios situados no litoral do Rio Grande do Norte. É uma das primeiras regiões do Estado a ser exploradas pelo turismo devido, em grande parte, a suas belezas naturais que são fatores fundamentais para o desenvolvimento do turismo de sol e mar.

Nesse sentido, Fonseca (2005) afirma que o principal incentivo ao desenvolvimento do turismo nesse pólo se deu por causa de duas políticas:

- Política de Megaprojetos, que teve por objetivo infra-estruturar a Via Costeira com uma ampla instalação de meios de hospedagens para recepcionar os visitantes;
- Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) que veio a colaborar com o desenvolvimento do turismo no Pólo Costa das Dunas, posto que trouxe investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que repassa-os para os municípios desse pólo incrementarem o turismo nessa região.

O Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado Sustentável (PDITS) é outro fator que colabora para a preparação do Pólo Costa das Dunas, levando em consideração entre outros itens, às características ambientais do pólo no planejamento turístico a definição das ações propostas e os seus possíveis impactos sobre o meio ambiente (BNB, 2002).

No que se refere à descrição do Pólo pode-se assegurar que o mesmo é formado por dezoito municípios, compreendendo todo litoral oriental e parte do litoral norte do Estado. O Pólo tem uma extensão de 200 quilômetros, dividindo-se em: Litoral Norte; Centro (Natal); e Litoral Sul (BNB, 2008).

No que tange ao ambiente natural do referido pólo pode-se perceber que há resquícios de Mata Atlântica nas seguintes Áreas de Proteção Ambiental (APA's): Mata Estrela, em Baía Formosa; Santuário Ecológico, em Pipa; Floresta Nacional (FLONA), em Nísia Floresta; Parque das Dunas, em Natal; e Jenipabu. O litoral também possui áreas de dunas, vegetação de restinga herbácea, arbustiva, arbórea, caatinga, além dos mangues (BNB, 2002).

Ademais, foi mostrado que 30,2% dos domicílios não possuem água adequada e quanto aos serviços de esgotamento sanitário percebe-se que 85,6% dos domicílios não têm esse serviço, comprometendo assim, o lençol freático. Também nota-se segundo a mesma fonte que a

presença de coleta inadequada nos municípios do pólo é elevada, havendo lançamentos clandestinos tanto no solo, em áreas isoladas quanto nas margens de córregos, estradas ou mangues, assim como a disposição final inadequada dos resíduos sólidos em lixões.

1 Arez

O município de Arez foi criado pela Lei nº 778 de 11/12/1976, pelo seu desmembramento do município de Goianinha. O turismo nessa localidade, embora ainda incipiente, é de caráter prioritariamente histórico por se encontrar alguns resquícios históricos no município.

Entretanto, existem locais como a Laguna de Guaraíras que é uma área de visitação em que segundo o Secretário de Meio Ambiente do município (2010), está pensando em abrir trilhas para visitação. De forma pretende tornar as áreas de mata atlântica em áreas de reserva legal para que o local possa se desenvolver de forma sustentável, dentro da qual a Secretaria de Turismo também deve ser envolvida.

Segundo, a Secretária de Turismo (2010), essa área de mata atlântica que pode ser observada é a APA Bonfim Guaraíras que está presente no município, porém com pouca visitação, não tendo ainda, portanto, a necessidade de uma limitação do número de visitantes.

Contudo, a prefeitura de Arez já está tomando algumas providências quanto a Educação Ambiental nas escolas e com a população em geral através de um Projeto de Turismo e Meio Ambiente realizado na escola Ezilda Smith sobre coleta seletiva e a própria história da cidade, segundo informações da Secretária de Turismo (2010). Tendo, também uma cartilha educativa onde são expostas informações sobre: os cuidados com o lixo, problemas do lixo, coleta seletiva, relação de materiais recicláveis e não recicláveis.

Ademais, são desenvolvidos eventos tais como o Dia da Árvore e a Semana do Meio Ambiente onde a Secretaria de Meio Ambiente está sempre envolvida entregando mudas e bolsas de pano para evitar o uso de sacolas de plástico (SECRETARIA DE TURISMO DE AREZ, 2010).

Além disso, Arez possui um galpão somente para coleta seletiva conforme pode-se observar na Figura 04:



FIGURA 04: Galpão da coleta seletiva.
 Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Assim, verifica-se há uma separação do lixo entre papel, vidro, metal e plástico com uma prensa para juntar os objetos de mesma qualidade para reciclagem.

Todavia, apesar dos cuidados com o lixo percebe-se que a cidade não possui um aterro sanitário e isso se constitui um problema para os habitantes da localidade.

2 Baía Formosa

A cidade de Baía Formosa que antes fazia parte de Canguaretama, atualmente está com pouco mais de 50 anos de vida e possui margens onde aparecem golfinhos. Além disso, ocorrem práticas de surf que levam surfistas da cidade a terem destaque em torneios nacionais e profissionais (SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, 2010).

Ademais, se encontra uma Reserva Particular Natural-RPPN, de Mata Atlântica com uma área de 2.365 hectares. Dessa reserva foi criada, a Mata Estrela Senador Antônio Farias, com 2.039,93 hectares, sendo 1.888 há de floresta semidecídua, 81ha de dunas e 69 há de lagoas. Em 1990 a Mata Estrela foi tombada pelo Estado do Rio Grande do Norte através da Portaria Estadual (tombamento) nº 460, de 22 de dezembro de 1990, e depois passou a integrar a Reserva Biológica da Mata Atlântica. Em 2000, a Mata Estrela foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN, por meio do Decreto Federal nº 20, de 20 de março de 2000, sob responsabilidade da Destilaria Baía Formosa e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) com o objetivo de ordenar o uso e proteger a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados (START CONSULTORIA, 2010).

Assim, a mesma empresa afirma que no instante em que foi transformada em uma Unidade de Conservação, existe a necessidade legal de regulamentação da Mata Estrela através da criação de seu Plano de Manejo desenvolvido pelos estudiosos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Potiguar, sendo que os técnicos estão sendo orientados pelo IBAMA para padronização necessária para aprovação e regulamentação do mesmo.

Na Mata Estrela encontra-se em seu interior diversas lagoas de águas límpidas e de águas escuras devido a pigmentos liberados pelas raízes das árvores e da composição mineral dos solos, sendo a lagoa do Araraquara mais conhecida e visitada pelos visitantes, a qual é conhecida também por lagoa da Coca-Cola (START CONSULTORIA, 2010).

Destarte, durante entrevista realizada com a Secretária de Turismo e Meio Ambiente (2010), a mesma demonstra preocupação com a questão da sustentabilidade ambiental ao mencionar sobre o Plano Diretor e as oficinas e audiências públicas inerentes ao meio ambiente. Contudo, em uma visita a praia verificou-se um descaso das autoridades na questão do esgoto que é despejado no mar conforme a Figura 05.



FIGURA 05: Esgoto despejado no mar em Baía Formosa.
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Diante do exposto, percebe-se que algumas ações ainda devem ser tomadas para que venha a ocorrer a sustentabilidade ambiental desse destino.

3 Canguaretama

O município de Canguaretama tem como atrativo turístico, Barra de Cunhaú com paisagens com coqueiros e rios, bem como piscinas naturais entre a foz dos rios Catú e Curimataú. Além disso, existe também a Reserva Ecológica Juarez Rabelo que apresenta resquícios de Mata Atlântica, possui trilhas com espécies vegetais pela mata de 80 hectares (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA, 2010 a).

Ademais, Canguaretama possui um Plano Diretor com o Capítulo III dedicado ao meio ambiente como forma de garantir a proteção do meio ambiente natural e as condições ambientais para o desenvolvimento sustentado e a boa qualidade de vida da população, sendo tal capítulo dividido em seções como diretrizes sobre a gestão ambiental e outra seção sobre Unidades de Conservação. Esta seção é classificada em: Áreas de Proteção Ambiental (APA), Parque Municipal, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Reserva Ambiental e Mirante (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA, 2006).

A cidade também possui um Código de Meio Ambiente que discorre sobre a política ambiental do município tratando de questões como: a organização e utilização adequada do solo, conservação de espaços especialmente protegidos, obrigação de recuperar áreas degradadas, promoção da educação ambiental de modo multidisciplinar e interdisciplinar nos níveis de

ensino, estímulo a incentivos fiscais e compatibilização com políticas nacionais e estaduais. Nesse sentido, convém mencionar que esse código tem uma parte especial dedicada a qualidade ambiental e ao controle da poluição em que fica proibido o lançamento nas águas, no ar ou no solo, de detritos conforme os padrões estabelecidos pela legislação (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA, 2003).

Nesse contexto, vale salientar que Canguaretama tem um Plano de Saneamento Ambiental que abrange o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a destinação dos resíduos sólidos, a drenagem e o controle de enchentes, vindo a contribuir dessa forma com a qualidade ambiental e o controle da poluição instituído pelo Código de Meio Ambiente (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2010 b).

O município está desenvolvendo também um Projeto de Arborização Urbana no sentido de tentar amenizar a radiação solar na estação quente e modificar a temperatura através do sombreamento e reduzir a poluição do ar por meio da fotossíntese e respiração. Todavia, existem alguns empecilhos à arborização das ruas como o fato de existir uma área comercial com grande tráfego de pessoas e áreas de descarga de produtos; ausência de calçadas ou áreas de passeio e edificações sem recuo ou com recuo mínimo incipiente (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2010).

A Figura 06 mostra a área comercial de Canguaretama e alguns de seus problemas conforme foi descrito anteriormente.



FIGURA 06: Avenida Getúlio Vargas: área comercial situada no centro da cidade de Canguaretama. As fachadas e alguns comércios, bem como os locais de descarga de produtos tornam-se empecilhos à arborização do local. Fonte: Secretaria de Meio Ambiente de Canguaretama, 2010.

4 Ceará Mirim

Ceará Mirim faz parte da região Metropolitana de Natal e seus primeiros habitantes foram índios potiguares que comercializam pau-brasil para franceses e espanhóis. Mais tarde, foi ocupada por portugueses. Entretanto, além desse fator histórico, o município apresenta atrativos naturais como as praias de Jacumã, Porto-Mirim e Muriú (PREFEITURA DE CEARÁ MIRIM, 2000).

A Praia de Jacumã se localiza numa enseada com arrecifes, deixando suas ondas fracas. Tendo uma lagoa com equipamentos para entretenimento como o aerobunda e skybunda. Já na Praia de Porto-Mirim tem a 500 metros da costa os arrecifes que formam piscinas naturais (NATALONLINE, 2011).

A Praia de Muriú possui também piscinas naturais, a 1 km no alto mar com formações de corais, sendo utilizado para prática de mergulho (BRASILRN, 2008).

5 Extremoz

Extremoz possui como atrativos turísticos naturais às praias de Redinha, Santa Rita, Genipabu e Pitanguí (PREFEITURA DE EXTREMOZ, 2011).

Sendo assim, a Praia da Redinha porta de entrada para o Litoral Norte do Rio Grande do Norte, a qual é a mais antiga vila de pescadores da região. Tendo construções antigas como a antiga Igreja de Pedra de Nossa Senhora da Apresentação. Essa praia fica no encontro do rio com o mar e possui estruturas de quiosques à beira do rio e do mar e tem como comida tradicional a gíngua com tapioca.

A Praia de Santa Rita possui dunas e tem pouca movimentação de banhistas, assim como poucos bares e barracas na praia, sendo utilizada geralmente para veraneio.

Já a Praia de Genipabu que é um dos cartões postais do Rio Grande do Norte conta com dunas e lagoas doces, tendo práticas de esquibunda e uma infra-estrutura para receber os turistas.

No que diz respeito à Praia de Pitanguí trata-se de uma praia de pescadores e para veraneio. Tendo infra-estrutura de restaurantes a beira mar, dunas, cachoeiras e lagoas como a Lagoa de Pitanguí e a Cachoeira de Pitanguí.

6 Macaíba

O município de Macaíba possui um Plano Diretor que trata dos princípios fundamentais que orientam a política de desenvolvimento territorial tais como: a função sócio-ambiental da cidade; sustentabilidade e gestão democrática e participativa (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA, 2008).

Assim, o Plano Diretor de Macaíba apresenta uma seção especial sobre o Conselho Municipal de Defesa e Proteção do Meio Ambiente que é deliberado o orçamento participativo para discussões inerentes ao planejamento e a gestão das políticas públicas do município para elaborar, apreciar, analisar e encaminhar propostas de alteração da legislação urbanística e ambiental do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA, 2008).

Entretanto, vale salientar que o Rio Jundiá que é um recurso natural tem tido sérios problemas tais como: despejo de materiais industriais no rio, vazão de esgoto, despejo lixo no rio e mortandade dos peixes, conforme verifica-se na Figura 07.



FIGURA 07: Problemas causados no Rio Jundiá.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macaíba, 2010.

Todavia, vale lembrar que anteriormente as pessoas transitavam pelo rio Jundiáí por meio de embarcações como se pode ver na Figura 08, posto que esse rio antes não era poluído.

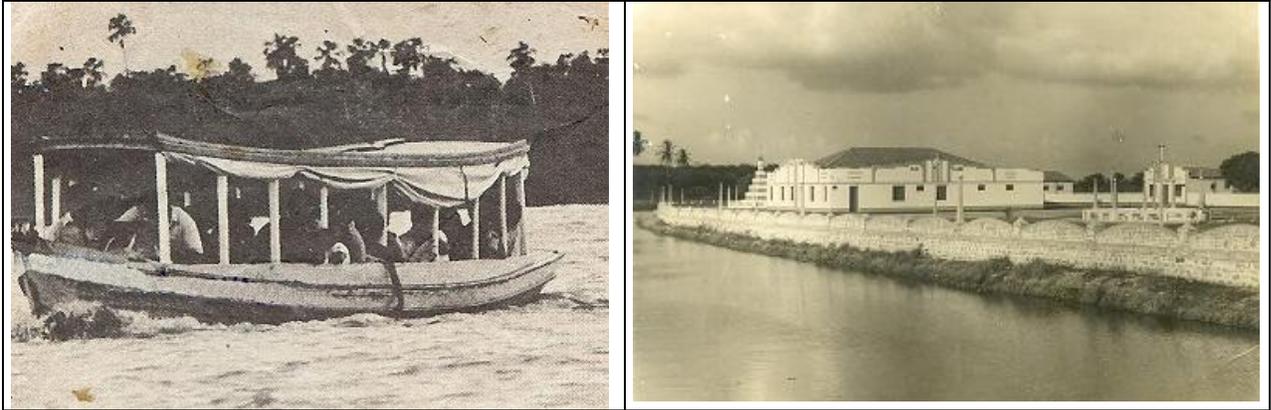


FIGURA 08: Rio Jundiáí antes da poluição.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Macaíba, 2010.

7 Maxaranguape

Maxaranguape reúne belezas naturais e é um importante marco geográfico por ser o ponto mais próximo da África, precisamente o Cabo de São Roque. A Praia de Maracajaú que se localiza na cidade de Maxaranguape possui passeios de barcos até os parrachos para mergulho. Nesses parrachos são encontrados recifes de corais, onde são vistas várias espécies de fauna e de flora oceânica, formando um aquário natural. Além disso, Maracajaú possui também dunas e lagoas (NATALONLINE, 2011).

Ademais, observa-se a Praia de Barra de Maxaranguape que é protegida por ondas e uma faixa de areia cercada de coqueiros cujo nome é “Ponta de Barra”. Sendo formado recifes na parte sul da praia, o que facilita o banho às margens da praia. Vale salientar também que a comunidade de Maxaranguape conserva suas tradições de pesca, com uma frota de embarcações, a qual está situada na parte sul do encontro das águas do rio com o mar (BRASILRN, 2008).

8 Natal

Natal tem como atrativos turísticos naturais às praias: Praia de Ponta Negra, a qual possui uma formação de uma descida de areia entre matas cujo nome é Morro do Careca, sendo um dos cartões postais da cidade, além de ter área para caminhadas; Praia dos Artistas, que é

propicia para surf; Praia do Forte e Praia do Meio, com ondas calmas e piscinas naturais, propicia para o banho e a prática de *windsurf*. Vale salientar que também tem a Praia de Areia Preta, porém está imprópria para banho, sendo um local de maior valorização dos prédios (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE NATAL, 2011).

Além disso, também existem em Natal outros tipos de atrativos naturais como as Unidades de Conservação, sendo elas:

- O Parque da Cidade do Natal Dom Nivaldo Monte que foi criado em 2006, através do Decreto Municipal nº 8.078, estando viabilizando a construção de estrutura de apoio, composto por centro de visitantes, memorial da cidade, escola de educação ambiental, apoio à guarda florestal, estacionamento, pórticos e adequação à acessibilidade de trilhas já existentes (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, 2007).
- O Parque das Dunas que foi criado em 1977, ocupando aproximadamente 1.172 hectares, entre os bairros de Mãe Luíza, Capim Macio, Ponta Negra. Seu ecossistema de dunas é rico e diversificado, abrigando várias espécies de fauna e flora, inclusive algumas espécies em processo de extinção. Tendo potencial científico e paisagístico, com condições para pesquisa, educação ambiental, lazer e turismo ecológico (IDEMA, 2011).

Assim, o Plano Diretor de Natal (Lei Complementar nº 082, de 21 de junho de 2007) adotou a seguinte definição para assegurar as áreas de recursos naturais, sejam elas praias ou áreas de proteção ambiental que é a questão de áreas de controle de gabarito que visa proteger os valores cênico-paisagístico, como forma de tentar garantir a qualidade de vida e o equilíbrio climático da cidade, compreendendo as orlas marítimas e o entorno do Parque das Dunas (IDEMA, 2011).

9 Nísia Floresta

O município de Nísia Floresta possui como opção de atrativos naturais 30 km de praia, sendo elas, Pirangi do Sul, Pirambúzios, Búzios, Barra de Tabatinga, Camurupim e

Barreta. Ademais, possui também lagoas como Papary, Boágua, Bonfim, Urubu, Boacica, Carcará, Arituba, Pium, entre outras, conforme pode-se ver no mapa a seguir da Figura 09.



MAPA 02: Mapa de alguns atrativos naturais de Nísia Floresta.
Fonte: Secretaria de Turismo de Nísia Floresta, 2010.

Assim, percebe-se que foi desenvolvido um Plano Diretor em 05 de novembro de 2007, no sentido de promover a preservação ambiental dessas áreas naturais e realizar o ordenamento territorial. Nesse contexto, nota-se que nesse plano também se aborda a questão de promover e incentivar o turismo, respeitando e valorizando o patrimônio cultural e natural do município e observando suas peculiaridades locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, 2007 a).

Além disso, a Prefeitura Municipal de Nísia Floresta (2007 c) criou também o Código de Meio Ambiente do município por meio da Lei complementar N° 003/2007 de 26 de dezembro de 2007, formando diretrizes para implantação e gestão municipal de uma política de meio ambiente, visando: a proteção do patrimônio ambiental; as garantias de cidadania que conferem cidadania e oportunidades de uma vida saudável para as atuais e futuras gerações; o uso racional e responsável dos recursos naturais para o alcance do desenvolvimento sustentável do município, delimitando direitos e deveres da ordem pública e privada.

A Prefeitura Municipal de Nísia Floresta (2010), também está desenvolvendo algumas ações educativas através de campanhas educativas com a entrega de folders a população.

O município tem ainda um Código de Obras criado através da Lei N° 002/2007 de 26 de dezembro de 2007, para tentar garantir a preservação das peculiaridades do ambiente urbano, nos seus aspectos ecológicos, ambiental, histórico, cênico-paisagístico, turístico e geotécnico (PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, 2007 b).

10 Parnamirim

Parnamirim tem como atrativos turísticos naturais segundo o Ministério de Educação e do Desporto (2001), às praias de:

- Pirangi do Norte que está localizada em área pública, e é explorada turisticamente, porém não possui planejamento par o desenvolvimento da atividade turística. Nessa praia há um Cajueiro que é atração turística pela sua dimensão, sendo uma planta que possui uma anomalia genética, com um tamanho de 8.400 m², correspondendo a um conjunto de 70 cajueiros de porte normal e com uma idade aproximada de 100 a 110 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, 2001).
- Cotovelo, que está localizada em área pública , sendo explorada turisticamente, mas não possui planejamento para o desenvolvimento desta atividade (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 2001).

Vale salientar que o município também tem como atrativos naturais os rios Pirangi e Pium que complementam a hidrografia do litoral de Parnamirim. O rio Pirangi proporciona uma paisagem de encontro com o mar e ao fazer a separação das praias de Pirangi do Norte e de Pirangi do Sul. Enquanto o rio Pium realiza o seu papel de produto turístico de outra forma, pois em suas margens já no município de Nísia Floresta se encontram alguns bares e restaurantes simples com mesas e cadeiras colocadas dentro da água (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, 2001).

O município em questão possui ainda um Plano Diretor com um capítulo especial para macrozoneamento ambiental, a qual prevê uma área adensável que é para onde a cidade pode se expandir e uma zona de proteção ambiental que é restrita as condições urbanas, abrangendo as áreas de condições físicas adversas à ocupação pelas condições geológicas, de

cobertura vegetal ou importância para preservação de corpos de água e espécies nativas de fauna e flora (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, 2000).

11 Pedra Grande

De acordo com a Prefeitura de Pedra Grande (2010), o município tem as seguintes belezas naturais:

- Praia do Marco que é uma praia eminentemente de veraneio com bares, restaurante, um clube e uma pousada, garantindo ao turista estadia e conforto;
- Praia do Enxú Queimado, que tem águas mornas do atlântico com piscinas naturais e coqueiros, tendo também a pesca de lagosta;
- Praia da Barra que é uma praia virgem com uma lagoa circundada de Dunas a beira mar, sendo um local para piquenique;
- Grutas do Lagêdo e dos Martins com três cavernas mapeadas pelo IBAMA, localizadas no distrito do lagêdo, a 4km da sede do município;
- Cabeço do Mororó, que é um local de 96 metros de altitude, sendo o ponto mais alto para visualizar três praias (Praia do Marco e Enxú Queimado em Pedra Grande e Praia do Guagirú em São Bento do Norte), porém o acesso é feito por estrada carroçável.

12 Rio do Fogo

O município de Rio do Fogo está situado dentro da Área de Proteção Ambiental Estadual dos Recifes de Corais (APAERC), criada pelo Decreto Estadual nº 15.476 de 06 de junho de 2001, tendo como objetivo principal à preservação da biodiversidade dos recifes, conhecida como parrachos, que se estende pelos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros.

Assim, pode-se dizer que os atrativos naturais se restringem a praia onde se localiza os parrachos e a área rural de Rio do Fogo.

O município tem como atividade, também a produção de lagostas, pesca de polvo, peixes pelágios e mariscos que são fontes de sustentação de parte da população de Rio do Fogo.

13 São Gonçalo do Amarante

O município de São Gonçalo do Amarante possui um Plano Diretor que trata de uma política urbana com objetivos e diretrizes para o desenvolvimento sócio-ambiental. Sendo esta uma forma de garantir o direito ao espaço urbano e rural e às infra-estruturas que o município dispõe ou virá a dispor, como requisito para o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2009).

Ademais, o Plano Diretor também é um modo de apoio as políticas setoriais complementares nas áreas de educação, saúde, lazer e turismo, objetivando a integração de tais políticas sobre uma base sócio-ambiental comum. Dessa maneira, tal plano buscar a eficiência e sustentabilidade na utilização dos recursos naturais, como solo, água, ar, flora e fauna por meio de planos, programas e projetos socialmente responsáveis e construídos por meio da participação popular (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2009).

Vale salientar que os recursos naturais de São Gonçalo do Amarante são os rios: Rio Doce, Rio Golandim e Rio Potengi. Estes rios servem apenas como passagem para embarcações para fazer extração mineral, visto que de acordo com o Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente (IDEMA, 2005 a) há ocorrências de minerais como areia, argila de cerâmica vermelha, calcário e argila. Contudo, tais rios não têm sido usados para o turismo ou transporte da população, pois segundo o Secretário de Meio Ambiente de São Gonçalo do Amarante (2010), a tipologia de turismo dessa localidade é o turismo religioso e cultural. Sendo assim, o secretário afirma que o turismo no município é sazonal, uma vez que fora esse período quase não tem atividade turística, devido à concorrência com as praias por se localizar próximo às praias de outros municípios.

Uma preocupação do Secretário de Meio Ambiente de São Gonçalo do Amarante (2010) é com a construção do novo Aeroporto no município, posto que segundo ele sabe-se que tal construção traz alguns impactos ambientais e por isso o município vem se preparando, tentando desenvolver um plano diretor de saneamento, planejando a cidade para os próximos 30 anos e os responsáveis por esse plano foram os técnicos da UNICAMPI através de um Instituto ligado a Universidade de Campinas.

14 São José do Mipibu

O município de São José do Mipibu possui um Plano Diretor que define princípios e regras para orientar as ações dos agentes públicos e privados no uso do espaço urbano e rural e na distribuição das atividades, caracterizando-se como instrumento básico da política de desenvolvimento físico, social, econômico e administrativo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MIPIBU, 2007).

Assim, o Plano Diretor expõe a criação de um fundo municipal de urbanização, saneamento e preservação ambiental, vinculado ao órgão de controle urbanístico e ambiental, gerido pelo Conselho da cidade de São José do Mipibu. Tendo um capítulo de Zoneamento com uma subseção específica para áreas de interesse ambiental, onde ficam definidas as áreas especiais de interesse ambiental como sendo aquelas que, pelo seu valor para manutenção de equilíbrio ecológico, restringem-se a usos compatíveis com a proteção ambiental, a manutenção dos processos ecológicos e de qualidade ambiental no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MIPIBU, 2007).

No que concerne aos recursos naturais de São José do Mipibu são os principais rios: Araraí, Urucará, Cajupiranga e Trairi. Além disso, tem os riachos de Tabora, Mendes, Defuntos, do Brejo e Pinho (IDEMA, 2005 b).

No entanto, tais recursos naturais não são utilizados como atrativos turísticos, visto que o foco do município é para o turismo cultural.

15 São Miguel do Gostoso

O município de São Miguel do Gostoso contém praias e práticas de kitesurf e windsurf. Assim, de acordo com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso (2001), as praias do município são: Ponta de Santo Cristo, Praia do Carneiro, Praia da Xêpa, Praia de Maceió e Praia do Reduto.

Nessa perspectiva, São Miguel do Gostoso foi contemplado com projetos do setor turístico que atuam no município, posto que ele está integrado ao Pólo Costa das Dunas. Sendo assim, teve alguns projetos concluídos como o asfaltamento da RN-221, que liga a BR-101 a São Miguel do Gostoso, facilitando o acesso. Além disso, também teve a implementação de um

Terminal Turístico de São Miguel do Gostoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, 2001).

Dessa forma, o município tem também um Plano Diretor com princípios gerais da política ambiental de modo a buscar proteger o patrimônio ambiental, visando às garantias que conferem cidadania e oportunidades de uma vida saudável para as atuais e futuras gerações, onde os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional para o alcance do desenvolvimento sustentável no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, 2008).

16 Senador Georgino Avelino

O município de Senador Georgino Avelino dispõe de um Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- COMMADS que tem o papel consultivo de auxílio ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE, 2007).

Dessa maneira, o mesmo órgão diz que o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-COMMADS busca:

- Propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;
- Elaborar leis, normas, procedimentos e ações, visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município;
- Exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica municipal;
- Obter e repassar informações sobre o desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos e iniciativa privada;
- Atuar no sentido de estimular a conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental com palestras, seminários e debates junto às escolas, meios de comunicação, entidades públicas e privadas, com ênfase nos problemas do município;
- Receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis;

- Opinar nos estudos sobre o uso e ocupação do solo urbano, visando a adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;
- Realizar e coordenar as audiências públicas, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;
- Acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente.

Desse modo, a Secretaria Municipal de Turismo e Coordenadoria de Meio Ambiente (2007) atribui como sendo os recursos naturais de Senador Georgino Avelino algumas praias, rios e lagoas. Nesse sentido, tais recursos do referido município são:

- Praia de Malembá, que é considerada por muitos como a única praia virgem do Rio Grande do Norte, sendo seu acesso realizado através de balsa ou carro sendo possível a prática da atividade de pesca, surf, kaitisurf, banhos de mar, caminhadas e outras práticas esportivas. Contudo, apesar da praia ser de propriedade do município de Senador Georgino Avelino, é o município de Tibau que a explora turisticamente.
- Rio Papeba, que embora não esteja poluído, não é possível a prática de banhos ou qualquer outra atividade, por passar dentro de uma propriedade particular.
- Rio Santopé, que se trata de outro rio inexplorado pela comunidade, nem pelo turismo porque também passa por área privada.
- Lagoa de Guaraíras ou Barragem, é apresentada como cartão postal do município, sendo um ambiente caracterizado pelas barracas de palhas, pescadores e o terminal turístico que está sendo construído em seu entorno. Dessa forma, pode-se dizer que um dos potenciais turísticos da Barragem está na observação paisagística e o passeio de barco, pouco explorado pelo município. Na realização do passeio o turista pode observar as ninhadas das garças, navegar entre a vegetação e conhecer o Poço do Marinheiro, onde há uma embarcação naufragada. Ademais, verificar também o encontro das águas da lagoa com o mar.

17 Tibau do Sul

De acordo com a Prefeitura Municipal de Tibau do Sul (2008), o município de Tibau do Sul possui um Plano Diretor que tem como diretrizes básicas:

- Compatibilizar o uso e ocupação do solo com a proteção do meio ambiente natural e construído;
- Promover o turismo, respeitando e priorizando o meio ambiente, e observando as peculiaridades locais, bem como o cuidado especial com a população e todo tipo de poluição e riscos de contaminação do meio ambiente;
- Definir operações consorciadas com municípios vizinhos, visando a qualidade do tratamento da água, da coleta e tratamento de resíduos sólidos e da integração de sistemas, como o sistema de transporte coletivo, da gestão da saúde e da educação ambiental e profissional;
- Promover a atuação conjunta do governo, da iniciativa privada e de outras esferas do governo, definindo instrumentos para melhorias urbanísticas necessárias ao município.

Todavia, vale mencionar que segundo o Secretário de Meio Ambiente de Tibau do Sul (2010), o Plano Diretor e o Código de Meio Ambiente foram aprovados no dia 31 de dezembro de 2008, sendo para tanto um dia impróprio, pois devido ao período de festas as pessoas que aprovaram essas leis não prestaram atenção aos detalhes de tais leis. Isso se torna claro segundo ele, quando se observa que no Plano Diretor anterior tinha uma lei específica com umas áreas salvas e o novo código não reforçou isso, passando como se não existisse.

Nesse sentido, com a não delimitação de áreas, posto que são citadas as normas de maneira geral, deixa a Secretaria de Meio Ambiente em uma difícil situação para agir porque o investidor quer construir em área de dunas e os órgãos federais não aceitam isso, porém o Plano Diretor do município aceita esse tipo de construção. Assim, 20% das construções passaram para serem construídas em área de duna, porém de acordo com o Secretário de Meio Ambiente estão tentando reverter isso acionando o Ministério Público.

No que se refere aos recursos naturais do município de Tibau do Sul segundo o Guia de Hospedagem (2008) pode-se verificar que são:

- Praia do Amor, por trata-se de uma praia que possui esse nome por causa do formato dela que é em coração e também por ser uma praia onde se pratica o nudismo, sendo a preferida dos surfistas, por suas ondas.
- Praia de Tibau do Sul, que possui barracas de praia, sendo a parte sul da praia mais abrigada sob falésias altas.
- Baía dos Golfinhos, que se localiza na Praia do Madeiro, onde a grande atração do lugar é os golfinhos, que aparecem para se alimentar e brincar, sendo possível em alguns momentos nadar com eles.
- Praia do Giz e da Bóia, que são boas para prática de surf, caminhada ou cavalgada, sendo praticamente deserta.
- Cacimbinha, que possui falésias altas com areias brancas e fofas, conchas, pedras e dunas, sendo seu acesso por escadas.
- Chapadão que tem uma vista do oceano, sendo um dos principais cartões postais do local.
- Santuário Ecológico de Pipa que tem sido organizado para incentivar os passeios a pé, priorizando a saúde física, a tranquilidade e o contato pessoal com a natureza. Assim, ao lado das falésias existem trilhas panorâmicas dotadas de mirantes ou outros locais de contemplação, porém não é permitido o uso de bicicleta ou cavalo nessas trilhas, nem praticar esportes de rapel ou asa delta, devido a fragilidade do solo e falésias (ECOPIPA, 2011).

18 Touros

O município de Touros possui um Plano Diretor que segundo a Prefeitura Municipal de Touros (2006) está pautado nos seguintes objetivos da política urbana: função social da cidade, função sócio-ambiental da propriedade, sustentabilidade e gestão democrática e participativa.

Assim, pode-se dizer que o Plano Diretor busca: definir o uso e ocupação do solo com a proteção do meio ambiente natural; promover e incentivar o turismo, como forma de desenvolvimento econômico e social, respeitando e priorizando o meio ambiente e ressaltando as peculiaridades locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS, 2006). No que concerne as normativas de preservação do meio ambiente, a Prefeitura Municipal de Touros (2006) expõe as seguintes:

- Proteger o patrimônio natural e paisagístico ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;
- Desenvolver instrumentos normativos e financeiros para viabilizar a gestão do meio ambiente;
- Instruir e executar projetos de recomposição vegetal;
- Implementar programas de controle a poluição;
- Estabelecer processo de avaliação de impacto ambiental; e
- Promover projetos de recuperação de ecossistemas diretamente, ou mediante convênios.

O recurso natural de Touros é a Praia de Touros, conhecida anteriormente por Praia do Marco por ter sido o local onde os portugueses deixaram um marco, que é uma Pedra chamada Marco de Touros, sendo considerado o monumento mais antigo do Brasil. Sendo assim, o tipo de turismo que mais tem predominado em Touros é o turismo cultural devido aos resquícios de história antiga (BATISTA, 2003).

ANEXO B – Cartilha Educativa de Arez

RELAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E NÃO RECICLÁVEIS

Papéis recicláveis	Papéis não recicláveis	Plásticos recicláveis	Plásticos não recicláveis
Folhas de papel	Adesivos	Tampas	Acrílico
Jornais	Etiquetas	Potes de alimentos	Tomada
Papelão	Fita crepe	Pet	Cabo de panelas
Formulário de computador	Papel carbono	Garrafas de água mineral	Adesivos
Cartolinas	Fotografias	Recipiente de limpeza	Teclado de computador
Cartões	Papel toalha	Higiene	
Envelope	Papel higiênico	PVC	
Rascunhos escritos	Papel gordurados	Sacos plásticos	
Folhetos	Metalizados	Baldes	
Impresso em geral	Plastificados		
	Papel de fax		

Metais recicláveis	Metais não recicláveis	Vidros recicláveis	Vidros não recicláveis
Lata de alumínio	Clipes	Pote de vidro	Planos
Latas de aço, tipo: óleo, sardinha, molho	Grampos	Copos	Espelhos
Ferragem	Esponja de aço	Garrafas	Lâmpadas
Canos	Latas de tinta ou veneno	Embalagem de molho	Cerâmicas
Esquadria	Latas de combustível	Frasco de vidro	Porcelana, Cristal
Arame	Pilhas		



Vamos fazer nossa parte. Ajudando assim a manter nossa cidade mais limpa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Praça Getúlio Vargas, 432 - Centro - Tel: 84 9982-2494
Email: semea_arez@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ / RN

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CARTILHA EDUCATIVA



SEMEA



TRANSPARÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

O QUE É LIXO?

São restos ou resíduos provenientes das atividades humanas considerados como inúteis, indesejáveis ou descartáveis. O Lixo, nem sempre, é o que não nos serve mais, pois nem tudo que jogamos fora pode ser encarado como simples lixo e sim como coisas que podem ser reaproveitadas e recicladas.



CUIDADOS COM O LIXO

- 1 - Não devemos jogar lixo em terrenos baldios, praças, canteiros e praias.
- 2 - Não se deve QUEIMAR o lixo, pois polui o ar e faz mal a saúde.
- 3 - Não jogue lixo pela janela do carro, pois assim você contribui com a sujeira, além de não ser educado.
- 4 - Não jogue lixo nas galerias, bueiros e lagoas, pois a obstrução causa alagamento.
- 5 - Retire o mato e capim que crescem perto de sua residência. Ajude a manter a rua limpa e bonita.

PROBLEMAS DO LIXO

1. O lixo prejudica o homem por meio da contaminação química e da disseminação de doenças através de animais como: porcos, ratos e aves.
2. O lixo a céu aberto polui o solo e a água através do seu líquido chorume e o ar através de odores.
3. O lixo jogado de forma incorreta deixa as ruas de sua cidade feias e com mal cheiro.

O QUE PODEMOS FAZER?

- É obrigação do proprietário de terreno mantê-lo limpo e murado.
- Reduzir ao máximo as quantidades de lixo produzido, desperdiçar menos, consumir só o necessário sem exageros.
- Reutilizar o que for possível dando nova utilidade a materiais, que na maioria das vezes consideramos inúteis e são jogados no lixo.
- Reciclar materiais a partir da reutilização de matéria-prima para fabricar novos produtos.

COLETA SELETIVA

Coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis: papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradoras e que podem ser reutilizados ou reciclados. A coleta



seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas de desperdício dos recursos naturais e da poluição causada pelo lixo. A reciclagem desses materiais diminui quantidade de resíduos nos depósitos de lixo (lixão) ou nos aterros sanitários, trazendo assim um ganho para o meio ambiente, além de representar um importante fator de geração de trabalho e renda nas economias dos países em desenvolvimento.



seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas de desperdício dos recursos naturais e da poluição causada pelo lixo. A reciclagem desses materiais diminui

Participe da Coleta Seletiva de sua Cidade e colabore com o Meio Ambiente.

ANEXO C- Campanha Educativa de Nísia Floresta

CAMPANHA EDUCATIVA

O meio ambiente pertence a todos, assim devemos colaborar com sua preservação. Buscando desenvolver um trabalho em conjunto com a comunidade, a Prefeitura de Nísia Floresta vem desenvolvendo ações em prol da limpeza urbana, principalmente nas praias e lagoas. Assim, pedimos que cada cidadão dê a sua contribuição através de atitudes que podem melhorar significativamente o ambiente da nossa cidade. Com a chegada do verão há um aumento na quantidade de lixo produzido, então esses cuidados precisam ser redobrados:

VAMOS COLABORAR!!!

- Ajude a preservar o meio ambiente;
- Durante os meses de janeiro e fevereiro, a coleta de lixo nas praias, será de segunda a sábado;
- Devido ao trânsito, o carro do lixo passará nas praias antes das 9hs, para evitar congestionamento;
- Evite colocar lixo na rua após a passagem da coleta;
- Não deposite o seu lixo nos terrenos baldios.
- Não queime lixo, evite acidentes;
- Manter a praia limpa é responsabilidade de todos.

